

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA (UESB)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA (PPGLIN)**

RICARDO PEREIRA VIEIRA

**HEROÍSMO E TIRANIA NOS DISCURSOS SOBRE A LEGITIMAÇÃO [DE
CHÁVEZ] NO EXERCÍCIO DO PODER POLÍTICO**

**VITÓRIA DA CONQUISTA – BA
2013**

RICARDO PEREIRA VIEIRA

**HEROÍSMO E TIRANIA NOS DISCURSOS SOBRE A LEGITIMAÇÃO [DE
CHÁVEZ] NO EXERCÍCIO DO PODER POLÍTICO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGLIN), da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), como requisito parcial e obrigatório para obtenção de título de Mestre em Linguística.

Área de Concentração: Linguística

Linha de Pesquisa: Sentido e Discurso

Orientadora: Profa. Dra. Edvania Gomes da Silva.

Coorientadora: Profa. Dra. Maria da Conceição Fonseca-Silva

VITÓRIA DA CONQUISTA – BA

2013

Vieira, Ricardo Pereira

V657h Heroísmo e tirania nos discursos sobre a legitimação [de Chávez] no exercício do poder político/ Ricardo Pereira Vieira; orientadora: Edvania Gomes da Silva; coorientadora: Maria da Conceição Fonseca-Silva. - Vitória da Conquista: UESB, 2013. 151f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

1. Hugo Chávez. 2. Discurso político-jurídico. 3. Análise de discurso. 4. Mídia. I. Silva, Edvania Gomes da. II. Fonseca-Silva, Maria da Conceição. III. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. IV. Título.

Catálogo na fonte: Elinei Carvalho Santana - CRB 5/1026
UESB – Campus Vitória da Conquista – BA

Título em inglês: Heroism and tyranny in discourses on legitimacy [of Chávez] in the exercise of political power

Palavras-chave em inglês: Hugo Chávez. Political-Juridical Discourse. Discourse Analysis. Mídia.

Área de concentração: Linguística.

Titulação: Mestre em Linguística.

Banca examinadora: Profa. Dra. Edvania Gomes da Silva (Presidente-Orientadora); Profa. Dra. Maria da Conceição Fonseca-Silva (coorientadora-UESB); Prof. Dr. Jorge Viana Santos (UESB); Prof. Dr. Pedro Luís Navarro Barbosa (UEM)

Data da defesa: 18 de fevereiro de 2013

Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Linguística.

RICARDO PEREIRA VIEIRA

**HEROÍSMO E TIRANIA NOS DISCURSOS SOBRE A LEGITIMAÇÃO [DE
CHÁVEZ] NO EXERCÍCIO DO PODER POLÍTICO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGLIN), da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), como requisito parcial e obrigatório para obtenção de título de Mestre em Linguística.

Data da aprovação: 18 de fevereiro de 2013.

BANCA EXAMINADORA



Prof.a. Dra. Edvania Gomes da Silva (UESB)

(Orientadora)

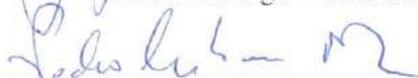


Prof.a. Dra. Maria da Conceição Fonseca-Silva (UESB)

(Co-orientadora)



Prof. Dr. Jorge Viana Santos (UESB)



Prof. Dr. Pedro Luís Navarro Barbosa (UEM)

Dedico este trabalho aos meus pais, especialmente à minha mãe, por seu apoio e por seu amor.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela oportunidade concedida.

Ao meu pai e à minha mãe, que, cada um do seu modo, nunca deixaram de me incentivar e de me oferecer o suporte necessário à realização dos meus projetos.

À Lívia, pela companhia e pelas conversas sensíveis e encorajadoras.

Ao meu amigo Vinícius Soeiro, também por sua companhia.

Ao meu grande irmão Vinícius Fonseca, por sua palavra de incentivo.

À minha família, pelo carinho e confiança.

À Crígina, pela ajuda no cuidado com Caio e Lara.

À minha orientadora, Profa. Edvania, pela disponibilidade, apreciações e acompanhamento, sem o que este trabalho teria se estagnado.

À minha co-orientadora, Profa. Conceição, pela confiança transmitida.

Aos professores do Mestrado, especialmente ao Prof. Jorge Viana, de cujo trabalho pude extrair inspiração para empreender as minhas pesquisas.

À Profa. Nirvana, pela seriedade e exemplo de profissionalismo.

Aos funcionários do Mestrado pelos cuidados com os trâmites burocráticos.

Ao meu amigo Fábio Macedo, pelo suporte e compreensão.

Aos meus amigos do Centro Espírita Colônia Nosso Lar, nas pessoas de Eliana, Cilene, Meiriva e Tia Lourinha, que têm me ensinado o valor da experiência da fé e do amor, sem o que não conseguimos nos manter equilibrados neste mundo.

A CAPES, pelo apoio financeiro.

*Agora eu era o rei
era o bedel e era também juiz
e pela minha lei
a gente era obrigado a ser feliz.*
Chico Buarque

*Nunca se viu e nunca se verá
um povo governar-se por si mesmo.*
Maurice Duverger

RESUMO

Neste trabalho, analisamos os discursos de ordem político-jurídica sobre Hugo Chávez, presidente da Venezuela, materializados na mídia, para verificar a circulação de um enunciado que indica Chávez como um herói [épico], mas que deve exercer o poder político dentro de determinados limites, sob pena de deslegitimar discursivamente o poder que detém: o que chamamos, metaforicamente, de *tiranía*. A pesquisa teve os seguintes objetivos: a) estudar os aspectos históricos e teóricos sobre a tirania, para verificar em que medida os seus caracteres podem ser identificados em relação a Chávez, no nível do discurso; e b) verificar na materialidade da mídia, tomada de forma ampla, se os aspectos heróicos e de tirania encenados sobre Hugo Chávez estão relacionados a uma posição de sujeito segundo a qual, para se chegar ao poder em cargos centrais na gerência da coisa pública, é preciso ser construído discursivamente como *herói* e, neste lugar de exercício de poder, não querer permanecer como *tirano*. O *corpus* da pesquisa é constituído por revistas, sítios da internet, vídeos, documentários, entrevistas televisionadas, etc., que circularam entre 2000 e aproximadamente julho de 2012. Na análise foram mobilizados conceitos operacionais do campo teórico da Escola Francesa de Análise de Discurso (AD) e, especialmente, da filosofia de Michel Foucault, além de tópicos de Política, Mídia, Direito e Filosofia.

PALAVRAS-CHAVE

Hugo Chávez. Discurso político-jurídico. Análise de Discurso. Mídia.

ABSTRACT

In this report, the political-juridical discourses about Hugo Chávez, president of Venezuela, materialized in the media, were analyzed, in order to check the circulation of a statement that indicates Chávez as a hero [epic hero], but must exercise his political power within certain limits, or, otherwise, has discursively delegitimized the power it holds, what we call, metaphorically, of *tyranny*. The research had the following objectives: a) to study the historical and theoretical perspectives on tyranny, to verify how their characters can be identified in relation to Chávez, on the level of discourse, and b) examine the materiality of media, broadly, if the heroic and tyrannical aspects staged on Chávez are related to a *subject* position according to which, to come to power in central positions in the management of public affairs, a person needs to be discursively constructed as a *hero* in this place exercise of power, not wanting to remain as a *tyrant*. The research *corpus* is constituted by magazines, web sites, videos, documentaries, televised interviews, etc., which circulated between approximately 2000 and July 2012. In the analysis were mobilized operational concepts of theoretical field of the French School of Discourse Analysis (AD), and especially Michel Foucault's philosophy, beyond the topics of Politics, Media, Law and Philosophy.

KEYWORDS

Hugo Chávez. Political. Juridical Discourse. Discourse Analysis. Media.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Textos escritos catalogados, lidos e analisados.....	30
Quadro 2 – Vídeos catalogados, lidos e analisados	34
Quadro 3 – Entrevistas catalogadas, lidas e analisadas.....	36
Quadro 4 – Documentários catalogados, lidos e analisados	38

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS	11
1.2 REFERENCIAL TEÓRICO	14
1.2.1 Do conceito de Enunciado	16
1.3 PERCURSO METODOLÓGICO	20
1.4 CONSTRUÇÃO DO <i>CORPUS</i>	25
1.5 ORGANIZAÇÃO DOS CAPÍTULOS.....	40
2 ENTRE A DEMOCRACIA E A TIRANIA: UMA METÁFORA.....	41
2.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	41
2.2 ÉDIPO TIRANO.....	42
2.3 CREONTE TIRANO	47
2.4 ASPECTOS HISTÓRICOS DA TIRANIA	51
3 CHÁVEZ: ENTRE A DEMOCRACIA E A TIRANIA (PARTE I).....	56
3.1 TEXTOS (LIDOS, OUVIDOS E ASSISTIDOS).....	56
3.2 OS TEXTOS CONSTITUCIONAIS VENEZUELANOS	84
3.3 RETORNO AOS DEMAIS TEXTOS	88
4 CHÁVEZ: ENTRE A DEMOCRACIA E A TIRANIA (PARTE II)	99
4.1 VÍDEOS.....	99
4.2 ENTREVISTAS	110
4.3 DOCUMENTÁRIOS	125
5 CONCLUSÃO.....	141
REFERÊNCIAS	147

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS

É preceito basilar da lógica formal que *quanto menor a extensão, maior a compreensão*. Tal preceito, aplicado à pesquisa acadêmica, determina que o tema da pesquisa seja bem *delimitado*, tanto para que se torne efetivamente viável a sua problematização quanto para que a solução de tal problema [ou pergunta] possa se dar nos precisos limites estipulados pelo programa. Geralmente, o maior desses limites é o tempo: não raro vemos um mesmo objeto ser destrinchado, esmiuçado, mais de uma vez pelo mesmo pesquisador, inclusive segundo um mesmo referencial teórico, pelo menos no Mestrado e no Doutorado.

Ocorre também que a compreensão sobre o objeto pesquisado não está pronta e acabada com a concepção de um projeto: fosse assim não seria necessária a pesquisa. A pesquisa se faz necessária justamente para se buscar conhecer aquilo que ainda não se sabe a respeito do objeto, aquilo que não é dado de antemão e que precisa ser conhecido, o que pressupõe, portanto, no mais das vezes, um trabalho de *análise*, do grego *dissolução*, processo de decomposição de um tópico complexo (ou substância) em seus diversos elementos constituintes, a fim de se obter uma melhor compreensão. Em muitos casos, o trabalho investigativo em torno da resolução de um determinado aspecto sobre um tema se desdobra em outras tantas perguntas que reclamam, do mesmo modo que a questão originalmente considerada, outras tantas respostas. Daí porque dizer o vulgar: a pesquisa acadêmica é *conhecer cada vez mais sobre cada vez menos*.

Este trabalho decorre de uma empreitada deste gênero: trata-se de uma pesquisa que toma como ponto de partida os esforços empreendidos no curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade (PPGMLS), realizado entre os anos de 2008 e 2009, também na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, campus de Vitória da Conquista-BA, cuja dissertação intitulada *Memória e Discurso: Chávez na mídia impressa* (VIEIRA, 2009) apresenta três enunciados discursivos independentes e entrelaçados, no sentido de Foucault (1969), sobre o presidente da Venezuela, Hugo Chávez, encontrados em circulação na mídia impressa brasileira: *Chávez é um tirano*; *Chávez é um comunista/esquerdista démodé*; e *Chávez é um inimigo/ameaça à democracia*, formando um discurso sobre Chávez, na medida em que Foucault (1969) define discurso como “um conjunto de enunciados [...] que tem um único e mesmo objeto” (p. 37), dos quais sem dúvida o mais interessante é o que trata da questão da *tiranía*, até mesmo porque envolve os outros dois enunciados, ao tempo em que atualiza o aspecto político dos tiranos gregos, sem, no entanto, fazer uma interpretação linear

da história, conforme postula Foucault (1974), em seu *A verdade e as formas jurídicas*, segunda conferência.

Sem pretensão de esgotar os possíveis e eventuais enunciados de ordem político-jurídica em circulação sobre tal personagem (na mídia ou em outras materialidades), o trabalho de Vieira (2009) limitou-se, assim, à análise das matérias da revista *Veja*, para efeito daquela pesquisa, por pelo menos três motivos: primeiro, por se tratar da maior revista em circulação no país; segundo, por uma questão de ordem prática, já que era preciso cumprir os créditos do mestrado e defender a dissertação no prazo máximo de vinte e quatro meses; e, por último, e esse foi o mais importante motivo, porque, após um início de investigação, pudemos verificar que, *grosso modo*, a materialidade linguística e pictórica de outras revistas veiculava os mesmos discursos sobre Chávez que aqueles encontrados em *Veja*, dispensando, pois a sua consulta.

Apesar de termos salientado em Vieira (2009), que, de acordo com o referencial teórico adotado, a espetacularização da política na mídia seria tomada como *ato de por em cena* discursos em circulação na sociedade (dizeres autorizados e na *ordem do discurso*), conforme Gregolin (2003)¹, e a própria mídia não como um quarto poder (BOURDIEU, 1989; 1996²), mas como um lugar de memória na sociedade contemporânea (lugar de lembrança e de *esquecimento*), conforme Nora (1984), no qual se materializam discursos do que pode e do que deve ser dito (ou evitado/ proibido dizer), justificando pois o trabalho com apenas a revista supra mencionada, foi (e é) bastante comum sermos indagados nas ocasiões e eventos em que o trabalho era (e é) apresentado: a) que se trata/tratava do *discurso de direita de Veja sobre Chávez*; e b) que seria interessante verificar também o *discurso de outras revistas de esquerda* (no dizer dessas pessoas: *Caros Amigos*, por exemplo) sobre o mesmo político.

¹ No texto “A mídia e a espetacularização da cultura”, que faz parte do livro *Discurso e mídia: a cultura do espetáculo*, a autora trabalha com a idéia de que: “É possível pensar essa produção da cultura do espetáculo como um fato de discurso” (GREGOLIN, 2003, p. 09-10) afirmando que: “Pensando a espetacularização da cultura como efeito do discurso, é necessário tentar entender as práticas discursivas que a constroem, trabalhar com a regularidade dos enunciados, com o conjunto das condições do seu aparecimento. As relações entre a mídia e a cultura do espetáculo podem ser observadas do interior do campo dos enunciados que dialogam em uma sociedade; do interior desse campo que não é um conjunto de placas inertes, escandido por momentos fecundos, mas um domínio inteiramente ativo, de lutas, de batalhas entre diferentes posições enunciativas” (GREGOLIN, 2003, p. 11-12).

²Bourdieu(1989) dirá, em *O poder simbólico*, que: “o poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem *gnoseológica*: o sentido imediato do mundo (e, em particular, do mundo social) supõe aquilo que Durkheim chama o *conformismo lógico*, quer dizer, ‘uma concepção homogênea do tempo, do espaço, do número, da causa, que torna possível a conformação entre as inteligências’ [...] É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os ‘sistemas simbólicos’ cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre a outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a ‘domesticação dos dominados’” (BOURDIEU, 1989, p. 9-11). Em outra oportunidade, em entrevista concedida ao Jornal do Brasil, caderno Idéias, 11/09/00, o autor utiliza expressões como *contra-poder crítico eficaz* e *quarto poder crítico* para comentar a função do jornalismo face ao *poder da televisão*.

Levando-se em consideração, entretanto, que Fonseca-Silva (2007a) desloca/reconfigura os conceitos de *Lugar de Memória* (NORA, 1984) e de *Memória Discursiva* (COURTINE, 2003), para cunhar o conceito de *Lugar de Memória Discursiva*, não refutando, portanto, de certa forma, o argumento de Orlandi (1999), para quem a memória pode ser tratada como interdiscurso, continuamos a endossar Vieira (2009), na medida em que toma uma revista como lugar onde circulam discursos, **mas nunca seu ponto de partida** (a revista enquanto *autora de discursos*).

A estes constantes *questionamentos*, pois, eram e são oferecidas as razões acima, porém, quase sempre sem êxito. É que estes interlocutores partiam/partem do pressuposto de que *o discurso é da revista, do canal de televisão, do jornal, etc.*, que através de seus repórteres e editores falam que são eles *os sujeitos* do discurso, impregnados de consciência política, destarte trazendo à tona uma visão destoante daquela oferecida pelo referencial teórico adotado: a de um **sujeito tomado como posição**, não um sujeito pragmático, de um sujeito consciente, autor de suas próprias formulações, origem da enunciação. Não que tal sujeito *de carne e osso* não exista, mas é que para a abordagem com a qual trabalhamos, à luz da filosofia de Foucault e dos pressupostos da Análise do Discurso, o sujeito pragmático não funciona como uma *categoria de análise*, ou, em outras palavras, a pergunta não é “dirigida a ele”.

Eis que os principais motivos que se delineiam para justificar o empreendimento de uma nova pesquisa³ em torno do mesmo objeto seriam basicamente: i) a necessidade de aprofundarmos aspectos teóricos que envolvem o funcionamento discursivo da posição de sujeito de *tirano* em que Chávez se subjetiva no *corpus* selecionado, para entender *como e porque* ocorre a atualização desta figura histórica específica (deste *locus* discursivo) própria da Antiguidade Arcaica (séc. VI a.C.) para os nossos dias, posto que estão apenas metaforicamente apontados no texto de Foucault (1974), tomado como ponto de partida o que foi analisado em Vieira (2009); e ii) a necessidade de se verificar na materialidade de revistas, sítios da internet, vídeos, documentários, entrevistas televisionadas, etc., enfim na mídia de modo amplo e em outras materialidades, se os aspectos heróicos e de tirania encenados sobre Hugo Chávez estão relacionados à posição de sujeito segundo a qual para se chegar ao poder em cargos centrais na gerência da coisa pública, ou seja, se para ser legitimado neste lugar de exercício de poder, é preciso ser construído discursivamente como herói e nele não [querer] permanecer como *tirano*, o que “julga possuir a polis”, confirmando o constatado no início de seleção de *corpus* e análise empreendida em Vieira (2009), conforme acima asseverado.

³ Aqui também em nível de mestrado – Mestrado em Linguística/UESB.

Partindo, portanto, da hipótese de que este enunciado de ordem político-jurídica pode ser identificado em outras materialidades, em textos midiáticos e institucionalizados, e não somente na revista *Veja*, não se constituindo, pois, de um discurso *da revista*, mas *na revista*, o presente trabalho se propõe a descrever/interpretar formulações verbais/linguísticas, na mídia escrita, vídeos, internet, e outros textos, para, aprofundando a compreensão da filosofia [política] de Foucault, comprovar – ratificando os resultados encontrados em Vieira (2009) – que, nos discursos que circulam na mídia e na sociedade, encontra-se em funcionamento uma posição de sujeito que indica Chávez:a) como **herói-épico**, conforme acima narrado;b) ocupando uma posição de sujeito de *herói* diante dos seus iguais, enquanto *aquele* que **salva o povo (a polis)** de algum problema, a Esfinge edipiana; ec) como detentor de um saber autocrático (que somente ele detém), e que **tem limites para ser exercido** dentro de uma configuração política moderna, sob pena de deslegitimar [discursivamente] o poder deste mesmo detentor.

1.2 REFERENCIAL TEÓRICO

Escrever novamente sobre algo de que já tratamos em semelhante esforço, também numa Dissertação de Mestrado, se nos apresenta como um desafio que pode ser encarado de pelo menos duas formas diferentes: *textualeteórico*, já que, no que tange à metodologia, esta cobrança apresenta-se com menor [ou nenhuma] relevância. No caso, esta preocupação poderia ser resumida na seguinte questão: como falar do mesmo, utilizando-se de semelhante instrumental, sem repetir o já dito em Vieira (2009), sem copiá-lo?

Do ponto de vista da construção do texto, o desafio é o da originalidade e parece não apresentar muitas dificuldades, na medida em que a tônica de qualquer produção, especialmente na seara acadêmica, orienta o respeito à autoria e o repúdio ao plágio⁴. Fruto de outra reflexão, de outra análise, e versando sobre outro *corpus*, o requisito da originalidade preenche-se de maneira automática na escrita deste trabalho.

Já, do ponto de vista teórico, a facilidade não é a mesma: por possuírem objetivos convergentes no que tange à identificação de *enunciados discursivos*, a filosofia de Foucault será requisitada como aporte teórico para as análises a serem empreendidas, especialmente na

⁴ Nesse sentido, gostaríamos de disponibilizar o link para acesso *online* à Dissertação defendida em 2009, no Mestrado em Memória: Linguagem e Sociedade/UESB, para efeito de consulta (Banco de Dissertações): <http://www.uesb.br/ppgmemorials/conteudo.php?pagina=banco-de-dissertacoes>.

forma como vemos no *A arqueologia do Saber* (1969), dentre outras obras do mesmo autor, como também verificamos em Vieira (2009).

A este respeito, importa salientar que os postulados de Foucault em relação aos estudos da linguagem têm se feito presentes na obra de diversos autores da Análise do Discurso, como é o caso de SARGENTINI (2004), na introdução de *A descontinuidade da história: a emergência dos sujeitos no arquivo*, que diz que:

Ao centrar-me na proposta deste livro de refletir sobre as articulações entre os estudos de Michel Foucault e os domínios da linguagem, observei a necessidade de recuperar estudos iniciais que exploram os pontos de contato e equívocos presentes na relação entre linguística e história para, então, situar as relações existentes entre discurso e história. Para traçar esse percurso, conto com os avanços propostos por pesquisadores que ancoraram os estudos atuais da Análise do Discurso, sobretudo, Michel Pêcheux e Michel Foucault (SARGENTINI, 2004, p. 77).

Os conceitos operacionais da Análise de Discurso (AD) de Michel Pêcheux, no entanto, para efeito deste trabalho, deixarão de ser evocados, como fora em Sargentini (2004), Fonseca-Silva (2007a; 2007b) e mesmo em Vieira (2009), haja vista defendermos existirem suficientes elementos para embasar uma análise de cunho linguístico (sobre materialidades linguísticas) na obra de Foucault, de modo que recorreremos aos postulados da Escola Francesa de Análise de Discursosomente quando da necessária atividade interpretativa e dasustentação epistemológica do texto⁵. Nesse sentido, tomamos emprestadas as palavras de Deleuze (1986) que afirma:

Uma época não preexiste aos enunciados que a exprimem [...]. O que Foucault espera da História é esta determinação dos visíveis e dos enunciáveis em cada época [...]. A tarefa da arqueologia é primeiramente descobrir uma verdadeira forma de expressão que não possa ser confundida com nenhuma das unidades linguísticas, sejam quais forem⁶. [...] É preciso então rachar, abrir as palavras, as frases e as proposições para extrair delas os enunciados [...]. Eles nunca estão ocultos, e, no entanto não são diretamente legíveis, sequer dizíveis. [...] Que tudo seja sempre dito, em cada época, talvez seja esse o maior princípio histórico de Foucault: atrás da cortina nada há para se ver, mas seria ainda mais importante, a cada vez, descrever a cortina ou o pedestal, pois nada há atrás ou embaixo (DELEUZE, 1986, p. 58-63).

Ademais, há que se observar que os deslocamentos imprescindíveis para se trabalhar com Foucault dentro do quadro teórico da AD são sempre arriscados e requerem um domínio amplo tanto dos postulados de Foucault quanto da Escola Francesa de Análise de Discurso

⁵ Ver página 20 e seguintes.

⁶ Aqui já notamos uma primeira divergência séria a ser considerada entre Foucault e Michel Pêcheux, uma vez que este adota, no quadro da AD, o conceito de *enunciado* como sinônimo da própria *formulação linguística*.

fundada por Pêcheux (é preciso trabalhá-los antes de fazê-los funcionar no outro campo), como o faz com maestria Fonseca-Silva (2007b), pelo que optamos por trabalhar preponderantemente com os conceitos operacionais do autor de *As palavras e as coisas* (1966), no que tange ao aspecto das análises, embora ele não possa ser considerado um analista do discurso. Sobre esta questão, de ordem epistemológica, recorreremos a Possenti (2009), que alerta que:

No seminário do GEL de 2005 [...], Baronas falou de uma espécie de clichê que marca muitos trabalhos em análise de discurso: os autores costumam colocar-se sob o amplo – ou colorido – guardachuva (sic) de Pêcheux, Bakhtin e Foucault [...]. Trata-se de leituras equivocadas de Foucault [...]. Acrescentarei apenas que a leitura de Foucault que estou criticando prospera às vezes entre analistas do discurso, é fato (POSSENTI, 2009, p. 169-178).

De Foucault, portanto, mobilizaremos conceitos de sua obra como: *enunciado, posição de sujeito, discurso, condição de existência, história (não-linear), diagrama, etc.*, na medida em que as análises forem demandando, paulatinamente, ao longo dos capítulos, posto que da necessidade do emprego (ou não) de conceitos operacionais, somente poderemos afirmar quando do seu uso efetivo. Pêcheux e a Análise de Discurso (AD), por outro lado [conforme dito acima], nos fornecerão as bases seguras para a atividade interpretativa que Foucault não chega a empreender, ou recomendar, de sorte que a pesquisa se delineará com fulcro na AD sem, contudo, utilizar diretamente as categorias da Escola Francesa de Análise de Discurso.

De igual modo, outros autores serão evocados à medida que a pesquisa o exigir. Nesse sentido, levemos em conta que, ao fazer um trabalho embasado numa dada teoria, nem todos os seus conceitos e postulados são utilizados. Trata-se, ao mesmo tempo, de uma medida de *economia* e de *cautela*, por assim dizer, que encontra sua exigência nos autores evocados para dar sustentação à pesquisa.

1.2.1 Do conceito de Enunciado

Antes de iniciarmos qualquer discussão em relação aos dados coletados, importa, mostrarmos de que espécie de enunciado estamos nos ocupando. Certamente não é aquele da Escola Francesa de Análise de Discurso (AD), fundada por Michel Pêcheux na década de 1960 na França, haja vista coincidir [o conceito de enunciado da AD] com a própria formulação linguística. Com efeito, o **Enunciado** de que trata Foucault (1969) aparece na língua, mas não é uma frase, uma proposição, um ato de linguagem. Trata-se, antes, de uma

função de existência, no nível do discurso, que permite que algo possa e deva ser dito, que faça sentido em determinadas condições históricas, ou seja, de tempo e de espaço.

Em seu modo de ser singular (nem inteiramente lingüístico, nem exclusivamente material), ele é indispensável para que se possa dizer se há ou não frase, proposição, ato de linguagem [...] trata-se, antes, de uma função que se exerce verticalmente, em relação às diversas unidades, e que permite dizer, a propósito de uma série de signos, se elas estão aí presentes ao não. [...] é uma função de existência que pertence, exclusivamente, aos signos, e a partir da qual se pode decidir, em seguida, pela análise ou pela intuição, se eles fazem sentido ou não [...]; é que ele não é em si mesmo uma unidade, mas sim uma função que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis e que faz com que apareçam, com conteúdos concretos, no tempo e no espaço (FOUCAULT, 1969, p. 97-98).

A este respeito é necessário assinalar que ainda que uma frase seja repetida, com as mesmas palavras inclusive, não teremos ali necessariamente o mesmo Enunciado de que trata o autor de *Arqueologia do Saber*. **O Enunciado não é um sintagma**, mas sim o que faz com que existam tais conjuntos de signos, com suas regras de construção e suas formas de sucessão e de permutação em constante atualização. É indispensável “para que se possa dizer se a frase está correta (ou aceitável, ou interpretável), se a proposição é legítima e bem constituída, se o ato está de acordo com os requisitos e se foi inteiramente realizado” (FOUCAULT, 1969, p. 97-98). Mas o Enunciado também não deve ser confundido com uma Língua, embora haja uma relação de interdependência entre Língua e Enunciado, no âmbito do *dizível*.

É evidente que os enunciados não existem no sentido em que uma língua existe e, com ela, um conjunto de signos definidos por seus traços oposicionais e suas regras de utilização [...]. Se não houvesse enunciados, a língua não existiria; mas nenhum enunciado é indispensável à existência da língua (e podemos sempre supor, em lugar de qualquer enunciado, um outro enunciado que, nem por isso, modificaria a língua). A língua só existe a título de sistema de construção para enunciados possíveis; mas, por outro lado, ela só existe a título de descrição (mais ou menos exaustiva) obtida a partir de um conjunto de enunciados reais. Língua e enunciado não estão no mesmo nível de existência; e não podemos dizer que há enunciados como dizemos que há línguas (FOUCAULT, 1969, p. 96).

A *análise do discurso*, que ora queremos empreender, tem como ponto de partida a filosofia de Michel Foucault e trabalhos como os de Fonseca-Silva (2007a), em que a autora postula que, identificados determinados elementos constitutivos, a existência (utilização, atualização, etc.) de um Enunciado pode ser demonstrada.

Destarte, o primeiro destes elementos é um **referencial**, não um objeto, ou um correlato, como uma proposição (uma formulação linguística) possui um referente, ou como um nome

próprio designa uma pessoa, um indivíduo. Não são *coisas*, nem *fatoss*, nem *realidades*, mas leis de possibilidade que formam o **lugar ou campo de emergência** do que dá sentido a uma frase e valor de verdade a uma proposição (ou assertiva).

O referencial do enunciado forma o lugar, a condição, o campo de emergência, a instância de diferenciação dos indivíduos ou dos objetos, dos estados de coisas e das relações que são postas em jogo pelo próprio enunciado; define as possibilidades de aparecimento e de delimitação do que dá à frase seu sentido, à proposição seu valor de verdade. É esse conjunto que caracteriza o nível *enunciativo* da formulação, por oposição a seu nível gramatical e a seu nível lógico: através da relação com esses diversos domínios de possibilidade, o enunciado faz de um sintagma, ou de uma série de símbolos, uma frase a que se pode, ou não, atribuir um sentido, uma proposição que pode receber ou não um valor de verdade (FOUCAULT, 1969, p. 103).

Eis porque dizer Foucault (1969) que o Enunciado, enquanto função de existência, é que possibilita, **pela análise ou pela intuição**, dizer do sentido (ou não) de uma frase: porque a descrição do nível enunciativo está ligada às relações entre o enunciado e “os espaços de diferenciação, em que ele mesmo faz aparecer as diferenças” (FOUCAULT, 1969, 103), nunca a uma análise formal ou uma investigação semântica.

O segundo dos elementos que constituem um enunciado é o sujeito, que aqui não deve ser entendido como o autor de uma proposição ou de uma formulação linguística, senão como *uma posição*, no nível do discurso. Sob este enfoque, o indivíduo não será jamais a causa, a origem ou o ponto de partida do fenômeno da articulação oral ou escrita de uma frase, mas um lugar vazio e determinado que pode ser ocupado por diferentes indivíduos, desde que estes preencham determinadas condições. Nesse sentido, a **posição de sujeito** seria um lugar que,

em vez de ser definido de uma vez por todas e de se manter uniforme ao longo de um texto, de um livro ou de uma obra, varia - ou melhor, é variável o bastante para poder continuar, idêntico a si mesmo, através de várias frases, bem como para se modificar a cada uma. [...] Se uma proposição, uma frase, um Conjunto de signos podem ser considerados “enunciados”, não é porque houve, um dia, alguém para proferi-los ou para depositar, em algum lugar, seu traço provisório; mas sim na medida em que pode ser assinalada a posição do sujeito. Descrever uma formulação enquanto enunciado não consiste em analisar as relações entre o autor e o que ele disse (ou quis dizer, ou disse sem querer), mas em determinar qual é a posição que pode e deve ocupar todo indivíduo para ser seu sujeito (FOUCAULT, 1969, p. 107-108).

O trecho acima transcrito, ao mesmo tempo em que nos permite refutar o argumento de que *um discurso pertenceria a uma dada Revista*, e reforçar que *uma mesma revista materializa inúmeros e diferentes discursos em circulação na sociedade*, nos autoriza, concordando com Foucault (1969), a apresentar o terceiro aspecto que constitui o Enunciado: estar inserido numa

trama complexa chamada de **campo associado ou domínio de memória**, que é o que permite que o sujeito, enquanto posição, permaneça *idêntico a si mesmo* em infindáveis frases (inclusive linguisticamente distintas), desde que, para isso, em todas elas se inscrevam o mesmo enunciado, como um *jogo de réplicas ou uma conversa* em que as mesmas premissas e as mesmas conclusões acabam por constituir **uma narração, uma sequência de afirmações** [em torno de um dado referencial]. Deste modo, o campo associado ou domínio de memória pode ser definido como o

conjunto das formulações a que o enunciado se refere (implicitamente ou não), seja para repeti-las, seja para modificá-las ou adaptá-las, seja para se opor a elas, seja para falar de cada uma delas; não há enunciado que, de uma forma ou de outra, não reatualize outros enunciados [...] conjunto das formulações cujo *status* é compartilhado pelo enunciado em questão, entre as quais toma lugar sem consideração de ordem linear, com as quais se apagará, ou com as quais, ao contrário, será valorizado, conservado, sacralizado e oferecido como objeto possível, a um discurso futuro [...]. Pode-se dizer, de modo geral, que uma sequência de elementos linguísticos só é enunciado se estiver imersa em um campo enunciativo em que apareça como elemento singular (FOUCAULT, 1969, p. 111).

Decorre precisamente daí que o Enunciado não é sinônimo de formulação linguística. Uma frase ou uma proposição só serão considerados um enunciado se, e somente se, estiverem relacionados a enunciados que os antecedem, e estiverem abertos a [eventuais] discursos futuros, nesta trama complexa em que não basta a *utilização de alguns elementos e regras linguísticas por um falante* para que ali haja um Enunciado.

Por último, um Enunciado para Foucault precisa ter uma **materialidade repetível**, que é a prova da sua existência material independentemente do *ato de enunciação*, já que esta [a enunciação – por exemplo, uma fala proferida por alguém] é o tipo de acontecimento que não se pode repetir, dada a singularidade de suas circunstâncias. O tempo e o lugar da enunciação, bem como o suporte material utilizado (um livro, um papel, um vídeo, uma revista, a internet, etc.), são indiferentes do ponto de vista do *discurso* que Foucault postula, na medida em que

o que se destaca é uma forma indefinidamente repetível e que pode dar lugar às enunciações mais dispersas. Ora, o próprio enunciado não pode ser reduzido a esse simples fato da enunciação, pois ele pode ser repetido apesar de sua materialidade: não teremos problemas em afirmar que uma mesma frase pronunciada por duas pessoas, em circunstâncias, entretanto, um pouco diferentes, constitui apenas um enunciado (FOUCAULT, 1969, p. 114-115).

Desta forma, quando falamos em uma *materialidade repetível* própria dos enunciados, estamos falando de um regime que é mais da ordem da instituição do que da localização espaço-

temporal. Tem a ver com que sujeito (enquanto posição) fala, posto que os indivíduos, que ocupam tal lugar *vazio e determinado* para dizer algo que esteja na *ordem do discurso*, (FOUCAULT, 1971) são irrelevantes.

Este regime de materialidade repetível define as possibilidades de reinscrição e de transcrição no âmbito dos Enunciados. Um *campo de estabilização* estabelece os limites dentro dos quais um enunciado pode ser repetido em sua identidade e o limiar a partir do qual deixa de ser ele mesmo para dar lugar a outro Enunciado. Por outro lado, um *campo de utilização* permite a manutenção desta identidade através de acontecimentos singulares de enunciação, que abrem ao Enunciado a possibilidade de ser *repetido* em situações bastante estritas, uma vez que **são raros** por definição e **apenas lentamente modificáveis**.

Enquanto uma enunciação pode ser *recomeçada* ou *reevocada*, enquanto uma forma (linguística ou lógica) pode ser *reatualizada*, o enunciado tem a particularidade de poder ser *repetido*: mas sempre em condições estritas. [...] Ao invés de ser uma coisa dita de forma definitiva – e perdida no passado, como a decisão de uma batalha, uma catástrofe geológica ou a morte de um rei –, o enunciado, ao mesmo tempo que surge em sua materialidade, aparece com um *status*, entra em redes, se coloca em campos de utilização, se oferece a transferências e a modificações possíveis, se integra em operações e em estratégias onde sua identidade se mantém ou se apaga (FOUCAULT, 1969, p. 118-119).

Partindo, portanto, do pressuposto de que o Enunciado não é a um só tempo nem visível e nem oculto; que a análise enunciativa lastreada em Foucault (1969) é sempre uma análise histórica *que se mantém fora de qualquer interpretação*; que é necessária uma certa *conversão de olhar e de atitude para poder reconhecer um Enunciado* e considerá-lo em si mesmo; e, sobretudo, que “o nível enunciativo está no limite da linguagem” (FOUCAULT, 1969, p. 127), desenvolveremos as nossas análises, debruçando-nos sobre o *corpus* de pesquisa selecionado, logo adiante.

1.3 PERCURSO METODOLÓGICO

A presente pesquisa é de cunho documental e descritivo. Documental porque toma como objeto os enunciados em circulação na sociedade, de um modo geral, fazendo de revistas, páginas na internet, vídeos do *YouTube*, documentários, textos jurídicos (Constituição da Venezuela, por exemplo) e institucionais, seus dados para análise. Descritivo porque, uma vez que nos propomos a fazer análise de discursos, o ato de descrever implica e se confunde com o gesto de interpretar, não podendo ser separados. Destarte, concordamos com a crítica que

Pêcheux (1983) faz à “*ciência régia*” [cartesiana e positivista do século XX] e à sua tentativa de negar o equívoco do real:

O fantasma da ciência régia é justamente o que vem, em todos os níveis, negar esse equívoco, dando a ilusão que sempre se pode saber do que se fala, isto é, se me compreendem bem, negando o ato de interpretação no próprio momento em que ele aparece. [...] Este ponto desemboca sobre a questão final da discursividade como estrutura ou como acontecimento (PÊCHEUX, 1983, p. 55).

Com efeito, tomar a filosofia de Foucault para empreender uma análise linguística, partindo do real na/da língua, a língua na história, a língua como algo opaco e não-transparente, e os próprios significados [ou significações] como algo determinado pelas condições políticas, sociais e históricas, para que então possamos *rachar, abrir as palavras, as frases e as proposições para extrair delas os enunciados* (DELEUZE, 1986), implica um posicionamento epistemológico importante. Afirmar que a língua está exposta ao equívoco, e que somente nesta perspectiva pode ser compreendida, abre margem para uma análise do ponto de vista do discurso.

Pêcheux (1983), ao afirmar que o estruturalismo (tal como se desenvolveu particularmente na França dos anos 60, em torno da linguística, dentre outras disciplinas) pode ser considerado como uma tentativa antipositivista visando a levar em conta este tipo de real não-unívoco, sobre o qual o pensamento vem dar, no entrecruzamento da linguagem e da história, destaca o primado do gesto descritivo no ato de interpretar.

Novas práticas de leitura (sintomáticas, arqueológicas, etc...) aplicadas aos monumentos textuais [...] surgiram desse movimento: o princípio dessas leituras consiste em, como se sabe, em multiplicar as relações entre o que é dito aqui (em tal lugar), e dito assim e não de outro jeito, com o que é dito em outro lugar e de outro modo, a fim de se colocar em posição de “entender” a presença de não-ditos no interior do que é dito (PÊCHEUX, 1983, p. 44).

Nietzsche afirma em sua obra que sobre a realidade se exerce um ato interpretativo e que este ato interpretativo é, acima de qualquer coisa, uma ilusão. Colocando que “todo fato já é uma interpretação”, como referência antipositivista ao filósofo alemão, Michel Pêcheux diz que as abordagens estruturalistas de meados do século XX colocaram “em suspenso a produção de interpretações [...] em proveito de uma pura descrição desses arranjos” (Pêcheux, 1983, p. 44). Alerta, contudo que, apesar de uma recusa de se constituir em *ciência régia* da estrutura do real, tais abordagens estruturalistas cederam a este fantasma e acabaram por fazer funcionar uma nova ciência régia, nas palavras do fundador da AD:

Mas ao mesmo tempo, esse movimento anti-narcísico (cujos efeitos políticos e culturais não estão, visivelmente, esgotados) balançava em uma nova forma de narcisismo teórico. Digamos: em um narcisismo da estrutura [que] se marca, na inclinação estruturalista, pela reinscrição de suas “leituras” no espaço unificado de uma lógica conceptual. [...] É antes de tudo esta posição de desvio teórico, seus ares de discurso sem sujeito, simulando os processos matemáticos, que conferiu às abordagens estruturais esta aparência de nova “ciência régia”, negando como de hábito sua própria posição de interpretação (PÊCHEUX, 1983, p. 47).

A esta suspensão da interpretação, por meio de um retorno a uma concepção unívoca da realidade (como fizeram os positivistas), engessando a compreensão do real por meio de uma *fórmula estrutural imóvel* que tudo deveria explicar [já de antemão] e a que tudo deveria se encaixar, se amoldar – dispensando, assim, a necessidade contínua de descrição/interpretação –, oferece Foucault uma opção metodológica que expõe de maneira mais sistematizada em *Arqueologia do saber* (1969).

Sintonizado com as mudanças na concepção da História enquanto uma disciplina de interpretação que deveria se dedicar cada vez menos à leitura dos Grandes Textos (da Ciência, do Direito, do Estado), ao *monumento enquanto documento*, e se pôr cada vez mais na escuta das circularidades cotidianas, tomadas no ordinário do sentido (como, por exemplo, De Certeau, em *A invenção do Cotidiano*), nos termos do que afirma Michel Pêcheux (1983, p. 48), Foucault trilha seu caminho metodológico partindo daquilo que ele colhe da historiografia menos tradicional como sendo a crítica do *documento*: não mais reconstituir o passado a partir *do que dizem os documentos (estes objetos inertes)*, às vezes com *meias-palavras*, mas, de modo completamente diferente:

por uma mutação que não data de hoje, mas que, sem dúvida, ainda não se concluiu, a história mudou sua posição acerca do documento: ela considera como sua tarefa primordial, não interpretá-lo, não determinar se diz a verdade nem qual é seu valor expressivo, mas sim trabalhá-lo no interior e elaborá-lo: ela o organiza, recorta, distribui, ordena e reparte em níveis, estabelece séries, [...] define unidades, descreve relações. [...] ela é o trabalho e a utilização de uma materialidade documental (livros, textos, narrações, registros, atas, edifícios, instituições, regulamentos, técnicas, objetos, costumes etc.) que apresenta sempre [...], em qualquer sociedade, formas de permanências, quer espontâneas, quer organizadas (FOUCAULT, 1969, p. 7-8).

Trata-se, pois, de tomar o *documento* não mais como o infeliz documento (objetos inertes) de uma história que seria em si mesma *memória*, não mais como *monumentos* do passado que a história tradicional se propunha meramente a *memorizar*, transformando-os em *documentos*, como postula o autor ao afirmar que:

Em nossos dias, a história é o que transforma os *documentos* em *monumentos* e que desdobra, onde se decifravam rastros deixados pelos homens [...], uma massa de elementos que devem ser isolados, agrupados, tornados pertinentes, inter-relacionados, organizados em conjuntos (FOUCAULT, 1969, p. 8).

Conforme Deleuze (1986),

O que Foucault espera da História é esta determinação dos visíveis e dos enunciáveis em cada época, que ultrapassa os comportamentos e as mentalidades, as idéias, tornando-as possíveis. Mas a História só responde porque Foucault soube inventar, sintonizado com as novas concepções dos historiadores, uma maneira propriamente filosófica de interrogar, maneira nova e que a nova vida à História (DELEUZE, 1986, p. 58-59).

E esta forma *propriamente filosófica de interrogar* a que se refere Deleuze (1986) está ligada à identificação de enunciados, ao gesto descritivo que os interpreta, descobrindo-os, definindo as condições específicas de seus (re)aparecimentos e seus regimes de circulação. Daí porque o olhar de Foucault não está voltado ao unívoco, ao geral, à regra, ao linear, ao encadeamento, à causa e seu respectivo efeito, mas ao plural (cuja existência não exclui a de outros, pelo contrário, o delinea), ao ímpar, à exceção, ao ruído, à ruptura, ao singular, e ao que retorna [sendo raro]. Daí também porque, ao conceber a sociedade como algo estruturado no tempo, impõe seja-lhe considerado o movimento, e, portanto, a história: propõe olharmos para *diagramas*, cambiantes por definição, e não estáticos como as *abordagens estruturalistas engessantes*, acima mencionadas, na definição de Pêcheux (1983).

Destarte, cumpre assinalar que Foucault retoma o elemento do *movimento*, trazido novamente ao cenário filosófico por Nietzsche no século XIX, após reler os antigos como Heráclito. Com efeito, o conceito foucaultiano de *diagrama* (dentre todos os outros do filósofo francês): de uma *estrutura social* que pressupõe o movimento, a precariedade [diante do tempo], a mudança, o próprio *não-ser heraclítico*, mas que permite uma análise do todo, justamente isolando o que é raro e singular (para permitir sejam-lhe determinados os contornos), reivindica um instrumental adequado a um trabalho de interpretação que deve ser incessante, prestigiando *um gesto descritivo como queria Pêcheux* (1983), como a do homem heraclítico *que não entra no mesmo rio por duas vezes*.

Espaço humano do simbólico por excelência, a língua em sua não-transparência, em sua equivocidade, em sua heterogeneidade constitutiva e em sua existência histórica, será tomada como objeto de estudo deste trabalho para que, identificando o(s) enunciado(s) que nela se

encontram materializados, possamos compreender melhor o tema proposto: o problema da discursivização da legitimação no poder político.

A primeira exigência consiste em dar o primado aos gestos de descrição das materialidades discursivas. [...] essa concepção da descrição supõe [...] o reconhecimento de um [...] real da língua [...]. Eu disse bem: a língua. Isto é, nem linguagem, nem fala, nem discurso, nem texto, nem interação conversacional, mas aquilo que é colocado pelos linguistas como a condição de existência [...], sob a forma da existência do simbólico, no sentido de Jakobson e de Lacan. [...] Isto obriga a pesquisa linguística a se construir procedimentos (modos de interrogação de dados e formas de raciocínio) capazes de abordar explicitamente o fato linguístico do equívoco como fato estrutural implicado pela ordem do simbólico (PÊCHEUX, 1983, p. 50-51).

Rotulado ora de estruturalista, ora de positivista, por aqueles que procuravam ver em seus trabalhos um traço ou outro de estruturalismo ou de positivismo, conforme lhes conviessem às críticas (os inimigos dos métodos), Foucault sempre respondeu inabalável, refutando-os, que nas suas escavações [arqueológicas e genealógicas] sempre lançou mão dos instrumentos de que necessitava para empreender as suas análises, lembrando a questão metodológica trazida por Saussure (1916), no seu *Curso de Linguística Geral*: “bem longe de dizer que o objeto precede o ponto de vista, diríamos que é ponto de vista que cria o objeto” (SAUSSURE, 1916, p. 15). Nesse sentido Foucault, responde aos seus interlocutores que:

Não se trata de transferir para o domínio da história, e singularmente da história dos conhecimentos, um método **estruturalista** que foi testado em outros campos de análise. [...] É bem possível que essa transformação, os problemas que ela coloca, os instrumentos que utiliza, os conceitos que aí se definem, os resultados que ela obtém, não sejam, até certo ponto, estranhos ao que se chama análise estrutural. Mas não é essa análise que aqui se encontra, especificamente, em jogo. [...] Se substituir a busca das totalidades pela análise da raridade, o tema do fundamento transcendental pela descrição das relações de exterioridade, a busca da origem pela análise dos acúmulos, é ser **positivista**, pois bem, eu sou um positivista feliz, concordo facilmente (FOUCAULT, 1969, p. 17-142, negritamos).

Assim, quando Foucault (1969) afirma que o enunciado é constituído por um *referencial*, por uma *posição de sujeito*, pertence a um *campo associado* ou a um *domínio de memória*, e tem *materialidade repetível*, conforme assinala Fonseca-Silva (2007a), ele chama a atenção para o fato de que um enunciado é *demonstrável* (nem visível e nem oculto), isto é, uma vez identificado, sua existência pode ser demonstrada e sustentada, desde que preenchidos os requisitos acima elencados, o que torna imperiosa a sua apropriação no âmbito deste trabalho para que, ao lado dos indícios coletados, lidos e analisados, nos possibilite afirmar acerca da

existência/circulação de um enunciado de ordem político-jurídica sobre a tirania em torno do que se diz sobre Hugo Chávez.

1.4 CONSTRUÇÃO DO *CORPUS*

Em Vieira (2009), o *corpus* de pesquisa foi constituído por todas as edições da revista *Veja*, publicadas entre dezembro de 1998 e fevereiro de 2009 (pouco mais de 10 anos) que trouxeram alguma notícia ou matéria sobre Hugo Chávez. Para isto, justificamos que, não sendo escrita por uma só pessoa, e não sendo dirigida a um grupo social e político restrito, *Veja* poderia ser considerada um importante suporte que materializa discursos heterogêneos em circulação na sociedade.

Neste trabalho, no entanto, o objetivo é outro que não precisamente a identificação de discursos materializados numa dada materialidade (*uma revista*, por exemplo). Aqui os objetivos estão ligados à necessidade de demonstrar *como* e *porque* o aspecto da tirania é discursivamente atualizado em relação a Hugo Chávez, a partir da experiência política grega arcaica. Por isso, optamos por investigar outras materialidades significantes (para além da revista *Veja*) em que aparece a posição de sujeito que indica Chávez como *tirano*, especialmente materialidades que são tomadas no vulgar como sendo de esquerda, como a revista *Caros Amigos*, por exemplo, e mesmo documentários feitos claramente para registrar o legado político de Chávez nestas primeiras décadas do século XXI, no cone sul da América Latina, como é o caso do famoso *Ao sul da fronteira* (título original *South of the border*), lançado pelo cineasta americano Oliver Stone em 2009, e que só foi disponibilizado para venda no mercado brasileiro no início do ano de 2012.

Sendo, portanto, a hipótese central do trabalho a de que, *à luz da questão discursiva em torno de Chávez, em tempos de democracia, o líder se legitima no poder pela sua capacidade (caracteres pessoais e heróicas) de conduzir a polis a uma situação melhor, salvando-a de algum grave problema que aflige a população, mas que se deslegitima por querer permanecer indefinidamente no poder*, o que só poderá ser confirmado ou refutado ao final da pesquisa, o *corpus* de análise foi constituído pelo agrupamento de pequenas séries (ou uma grande série de fontes heterogêneas) de textos extraídos de vídeos, da internet, de documentários, etc., cujos elementos reunidos em torno de um **modelo indiciário** de investigação, conforme Ginzburg (1986), nos possibilitam demonstrar a retomada (ou não) de enunciados de discurso.

Ginzburg (1986), em seu *Mitos Emblemas e Sinais*, dedica parte da obra às reflexões sobre um modelo epistemológico (ou paradigma) que chama de *indiciário*. No capítulo *Sinais*:

Raízes de um paradigma indiciário, o autor mostra que, no final do século XIX, emergiu de maneira silenciosa no âmbito das ciências humanas este paradigma epistemológico ao qual, segundo ele, não se prestou suficiente atenção, e sobre o qual ainda não se teorizou explicita e suficientemente.

O autor inicia a discussão relatando que, entre os anos de 1874 e 1876, o italiano Giovanni Morelli (utilizando o pseudônimo de um desconhecido russo Ivan Lermolieff), publicou uma série de artigos sobre pintura italiana na *Zeitschrift für bildende Kunst*, em que apresentava um método para identificação de quadros antigos. O método consistia na análise de detalhes característicos de determinados pintores famosos (os lóbulos das orelhas, as unhas, as formas dos dedos, etc.), muitas vezes despercebidos ou negligenciados por seus copiadores. Tais detalhes integralizavam um conjunto de dados fundamentais para a atribuição de autoria das obras⁷. Ginzburg defende que, apesar de muito criticado (taxado de mecânico e grosseiramente positivista, por alguns) e posteriormente ter caído em descrédito, o método indiciário de Morelli jamais deixara de ser utilizado, e, através dos testemunhos dos trabalhos de Wind, Castelnovo e Freud, argumenta que tanto no Sherlock Holmes (de Arthur Conan Doyle) quanto na psicanálise freudiana esta metodologia de investigação deixou a sua marca, na medida em que os nossos pequenos gestos inconscientes (os atos falhos, chistes, equívocos, etc.) revelam o nosso caráter mais do que qualquer atitude formal, meticulosamente preparada e controlada por nós.

Esses dados marginais, para Morelli, eram reveladores porque constituíam os momentos em que o controle do artista, ligado à tradição cultural, distendia-se para dar lugar a traços puramente individuais, “que lhe escapam sem que ele se dê conta”. Ainda mais do que a alusão, não excepcional naquela época, a uma atividade inconsciente, impressiona a identificação do núcleo íntimo da individualidade artística com os elementos subtraídos ao controle da consciência (GINZBURG, 1986, p. 150).

Para Ginzburg (1986), as observações de Wind sobre Morelli chamaram a atenção dos estudiosos para um trecho, por muito tempo esquecido (deixado de lado), do consagrado ensaio de Freud *O Moisés de Michelangelo*, concebido em 1914. Nele, Freud registra a influência de Morelli sobre a sua psicanálise, dizendo que, muito tempo antes de ouvir falar em psicanálise, tomou conhecimento dos trabalhos de arte de Ivan Lermolieff (que sabemos ser Giovanni Morelli), que, no final do século XIV, havia provocado uma *revolução nas galerias de arte de*

⁷ Segundo Wind (*apud* GINZBURG, 1986, p. 145) “Qualquer museu de arte estudado por Morelli adquire imediatamente o aspecto de um museu criminal”.

toda a Europa, com a sua forma de identificação de obras por artista, dando atenção aos detalhes (FREUD apud GINZBURG, 1986):

Ele chegou a esse resultado prescindindo da impressão geral e dos traços fundamentais da pintura, ressaltando, pelo contrário, a importância característica dos detalhes secundários, das particularidades insignificantes, como a conformação das unhas, dos lobos auriculares, da auréola e outros elementos que normalmente passavam despercebidos e que o copista deixa de imitar, ao passo, porém, que cada artista os executa de um modo que o diferencia. [...] Creio que o seu método [de Morelli] está estreitamente aparentado à técnica da psicanálise médica. Esta também tem por hábito penetrar em coisas concretas e ocultas através de elementos pouco notados ou despercebidos, dos detritos ou “refugos” da nossa observação (FREUD apud GINZBURG, 1986, p. 147).

Estas *pistas* que Ginzburg vê se relacionarem na forma de *sintomas* (no caso de Freud), *indícios* (no caso de Sherlock Holmes) e de *signos pictóricos* (no caso de Giovanni Morelli), estariam vinculadas, segundo o autor, à *semiótica médica*, pois, como bem observa, Freud era médico, Morelli havia se formado em medicina e Arthur Conan Doyle (criador do personagem de Sherlock Holmes) também havia sido médico antes de se dedicar a literatura. “Nos três casos, entrevê-se o modelo da semiótica médica: a disciplina que permite diagnosticar as doenças inacessíveis à observação direta na base de sintomas superficiais, às vezes irrelevantes aos olhos do leigo” (GINZBURG, 1986, p. 151).

Prosegue Morelli dizendo que este paradigma indiciário tem a ver com uma série de atividades humanas (por milênios o homem foi caçador), e relaciona-se a uma série de disciplinas ligadas ao humano (medicina, história, política, por exemplo), em que a análise de vestígios e indícios (sintomas) particulares é determinante para solução de problemas igualmente singulares, não raro ligados ao cotidiano dos homens. Os médicos, os historiadores, os políticos, os carpinteiros, os oleiros, os marinheiros, os pescadores, os caçadores e as mulheres eram, para os gregos, apenas algumas dentre as inúmeras categorias que operavam neste vasto território do *saber conjectural* (das conjecturas, da astúcia, da capacidade de prever os acontecimentos): território governado pela deusa Métis (a primeira esposa de Zeus), que personificava a *adivinhação pela água*. “Mas esse paradigma permaneceu [...] implícito – esmagado pelo prestigioso (e socialmente mais elevado) modelo de conhecimento elaborado por Platão” (GINZBURG, 1986, p. 155).

Este ponto de vista epistemológico sistemático totalizante que vem desde Platão e passa por Galileu, Descartes e Newton, e que sacrifica o conhecimento do elemento individual em prol da generalização expressa em linguagem objetivo-matemática, encontra nas ciências

naturais a forma privilegiada de se desenvolver. A consolidação de disciplinas como Física e Biologia, como conhecimento de tez científica (o que só vai ocorrer com as *humanidades* muito tempo depois) se dá pela tendência [destas matérias] de apagar os traços individuais dos objetos com que lidam, promovendo o **afastamento emocional do observador**.

A crença na emancipação da humanidade por meio da ciência moderna (que a tudo explica de modo geral e segundo relações lineares de causa e efeito) esbarra, contudo, na infiltração do paradigma indiciário nas *humanidades*: “se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la. Essa idéia [...] penetrou nos mais variados âmbitos cognoscitivos, modelando profundamente as ciências humanas” (GINZBURG, 1986, p 177). Além de Freud, visto acima, a filosofia aforismática de Nietzsche e Adorno vieram denunciar a decadência do pensamento sistemático:

O próprio termo “aforismático” é revelador. [É um indício, um sintoma, um sinal] *Aforismos* era o título de uma famosa obra de Hipócrates. No século XVII, começaram a sair coletâneas de *Aforismos políticos*. A literatura aforismática é, por definição, uma tentativa de formular juízos sobre o homem e a sociedade a partir de sintomas, de indícios: um homem e uma sociedade que estão doentes, *em crise* (GINZBURG, 1986, p. 178).

Tomando, pois, a filosofia de Foucault, sua *arqueogenealogia*, como um conjunto de postulados que se aproxima deste modelo epistemológico indiciário (pela própria noção de história *não-linear* que oferece, ao lado do seu gosto pelos limiares, seu olhar para os ruídos e para as rupturas, e o abandono de uma relação de causa e efeito entre fenômenos) – o que se vê, especialmente, no seu conceito de enunciado discursivo –, decidimos construir o nosso *corpus* de pesquisa de modo a verificar, seguindo vestígios, sinais ou “sintomas”, se o enunciado segundo o qual *Chávez é um tirano* encontra-se presente em outras materialidades.

Ginzburg (1986), no entanto, chama a atenção para o aspecto do rigor de uma *metodologia indiciária*, indagando se tal paradigma pode garantir investigações rigorosas do ponto de vista científico. Como resposta, observa que, com exceção da Linguística, as *ciências humanas*, de um modo geral, têm uma dura escolha ou dilema pela frente (colocada justamente pela orientação quantitativa e antiantropocêntrica das *ciências da natureza* após Galileu): “ou assumir um estatuto científico frágil para chegar a resultados relevantes, ou assumir um estatuto científico forte para chegar a resultados de pouca relevância” (GINZBURG, 1986, p. 178). E, nesse sentido, pondera, que

este tipo de rigor é não só inatingível mas também indesejável para as formas de saber mais ligadas à experiência cotidiana – ou, mais precisamente, a todas as situações em que a unicidade e o caráter insubstituível dos dados são, aos

olhos das pessoas envolvidas, decisivos. [...] Em situações como essas, o rigor flexível [...] do paradigma indiciário mostra-se ineliminável. Trata-se de formas de saber tendencialmente *mudas* – no sentido de que, como já dissemos, suas regras não se prestam a ser formalizadas nem ditas. Ninguém aprende o ofício de conhecedor ou de diagnosticador limitando-se a pôr em prática regras preexistentes. Nesse tipo de conhecimento entram em jogo [...] elementos imponderáveis: faro, golpe de vista, intuição (GINZBURG, 1986, p. 178-179).

Neste trabalho, no que tange à construção/seleção do *corpus* de pesquisa, optamos por aliar uma postura epistemológica indiciária ao conceito de *enunciado*, no sentido de Foucault (1969), para garantir à nossa *análise* [do discurso], a qualidade de *rigorosa*, o que passa a ser assegurado pelo caráter da *demonstrabilidade* que o *enunciado* possui, conforme mencionamos anteriormente.

O posicionamento de Orlandi (1999) a este respeito é importante. Para a autora, em análise de discurso, a constituição do *corpus* e a análise estão relacionadas. Ao tratar da questão da (im)parcialidade do analista de discurso diante do seu objeto (o que evoca o aspecto *do faro, do golpe de vista e da intuição* acima expostos por Ginzburg), a autora argumenta que:

a construção do *corpus* e a análise estão intimamente ligadas: decidir o que faz parte do *corpus*, já é decidir acerca de propriedades discursivas. [...] Em grande medida o *corpus* resulta de uma construção do próprio analista. [...] e que se organiza face à natureza do material e à pergunta (ponto de vista) que o organiza. [...]. Não dizemos da análise que ela é objetiva mas que ela deve ser o menos subjetiva possível [...]. Concluída a análise, o que podemos avaliar é a capacidade analítica do pesquisador, pela habilidade com que ele pratica a teoria [...] e sua capacidade de escrita [...]. Uma vez analisado, o objeto permanece para novas e novas abordagens. Ele não se esgota em uma descrição. [...] o dispositivo analítico pode ser diferente nas diferentes tomadas que fazemos do *corpus*, [...] isso conduz a resultados diferentes. (ORLANDI, 1999, p. 63-64).

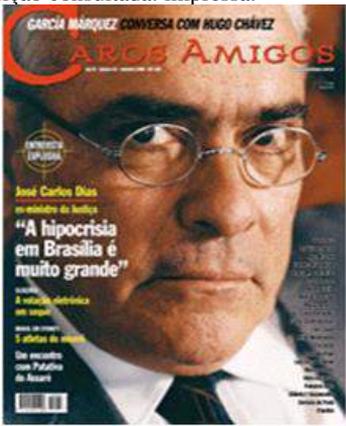
O *corpus* que lastreia este trabalho foi agrupado com o objetivo de não desprezar dados. Se, por um lado, o referencial teórico adotado demonstra interesse pelo limiar e pela ruptura (o que nos leva a necessidade de agrupar e serializar), por outro, uma metodologia indiciária conduz-nos a prestar atenção aos detalhes (*detritos* ou *refugos* da nossa observação), para tomá-los como verdadeiros sinais da/na pesquisa.

Nesse sentido, cumpre salientar que este *corpus* já recebeu um tratamento de análise superficial que lhe permitisse a classificação e a instrumentalização para o trabalho, no que diz respeito ao material bruto coletado (tal como está exposto, a *superfície linguísticas* em tratamento), pois, se é verdade o que diz Orlandi, “o próprio analista está envolvido na

interpretação” (ORLANDI, 1999, 66). Mas nada que se confunda com a análise propriamente dita, esta que se debruçará sobre o objeto discursivo, e que será feita logo mais adiante.

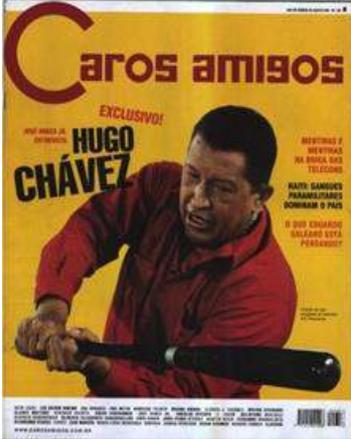
Todos os textos que constituem o *corpus* foram lidos, ouvidos ou assistidos (vídeos), o que permitiu que fossem elencados nos 04 (quatro) quadros a seguir e agrupados segundo um critério [que chamamos] de *materialidade* (textos escritos, vídeos, entrevistas e documentários). Diferentemente de Vieira (2009), a cronologia não foi fator determinante para o estabelecimento deste rol. Todos esses cuidados foram tomados para assegurar a organização dos dados e evitar que fossem *jogados para debaixo do tapete*, estabelecendo-se, assim, uma linha de coerência na análise.

Quadro 1–Textos escritos catalogados, lidos e analisados

Quantidade ⁸	Identificação do material	Do que trata o texto. Quais os elementos importantes e relevantes para a pesquisa	Citação no trabalho ⁹
1.	Revista Caros Amigos – edição 42 – setembro 2000 Edição consultada: impressa. 	Gabriel García Márquez narra a conversa que manteve com Hugo Chávez e revela a dupla impressão que lhe deu o presidente da Venezuela. Fala sobre um encontro que o escritor colombiano Garcia Marquez teve com Hugo Chávez e a ambígua impressão que ele lhe deixou: herói do país ou um déspota a mais?	p. 59
2.	Revista Caros Amigos – edição 89 – agosto 2004 Edição consultada: impressa.	Hugo Chávez: “Só a união latino-americana permite enfrentar o império”. Entrevista de Hugo Chávez a José Arbex Jr. em 2004.	p. 56

⁸Neste quadro especificamente (quadro 1), a coluna da “quantidade” se refere ao número de itens coletados de uma mesma revista (ex.: 2 Piauí, 3 caros amigos, etc.), de um mesmo sítio da internet (Revista Veja, Portal Terra, etc.), e assim sucessivamente. É somente no final do quadro, portanto, na última linha da tabela, que contabilizaremos o número total de “textos escritos”. Nos demais quadros (2, 3 e 4) isto não ocorrerá: a quantidade será contabilizada de forma direta na coluna.

⁹De acordo com o quadro abaixo, os textos inseridos no trabalho contarão, na coluna da direita, com a descrição da página em que está citado em cada capítulo. Os que, porém, não forem utilizados serão identificados com um “não” indicativo de sua não inclusão na Dissertação. O mesmo ocorrerá com os quadros 2, 3 e 4 (vídeos, entrevistas e documentários).

			
3.	<p>Revista Caros Amigos – edição 163 – outubro 2010 Edição consultada: impressa.</p> 	<p>Venezuela entra em novo patamar de luta política (p. 7). Fala sobre as eleições presidenciais de 2005 contra o que a revista chama de “oposição de direita”. Novas eleições em 2012. “A oposição foi obrigada a reconhecer [a legitimidade] o processo”.</p>	p. 61
1.	<p>Revista Piauí – edição 11 – agosto 2007 Edição consultada: impressa.</p> 	<p><i>O poder ontem e hoje. Na Venezuela e na Bolívia. “Entre o mal e a esperança, a dificuldade para definir a retomada socialista na América Latina de Lula, Evo Morales e Hugo Chávez”.</i> Fala da falta de apoio (ou oposição) da “mídia” a (contra) Chávez.</p>	p. 63
2.	<p>Revista Piauí – edição 69 – junho 2012 Edição consultada: “online”. Link: http://revistapiaui.estadao.com.br/edicao-69</p>	<p><i>O candidato TOCOCHA. Lula inspira Henrique Capriles, o homem que vai enfrentar Chávez nas urnas da Venezuela.</i> Fala que o candidato da oposição se destaca mais como anti-chávez do que por suas próprias qualidades. Fala da doença de Chávez e de como há um clima de instabilidade política: medo de que, com a sua morte, haja novo golpe militar. Na segunda parte enfatiza os motivos que levaram Chávez ao poder, seu lado heróico, e como seu governo não consegue resolver os problemas do país. Depois de 14 anos no poder ele não teria conseguido “modernizar” o país e sua política se aproximaria de um perfil autoritário, personalista e caudilhesco.</p>	p. 63

			
1.	<p>Revista Veja – 29 junho 2012 Edição consultada: “online”. Link: http://veja.abril.com.br/noticia/internacional/chavez-tentou-provocar-levante-militar-para-poupar-lugo</p>	<p>Internacional. Paraguai. Chávez tentou provocar levante militar para poupar Lugo. Informação foi confirmada pela nova ministrada Defesa paraguaia. Presidente Federico Franco disse que responderá à intromissão do chanceler do imperialista bolivariano Hugo Chávez.</p>	p. 82
2.	<p>Revista Veja – 29 junho 2012 Edição consultada: “online”. Link: http://veja.abril.com.br/noticia/internacional/chavez-considera-entrada-da-venezuela-no-mercosul-uma-derrota-do-imperialismo</p>	<p>Internacional. Política. Chávez considera entrada da Venezuela no Mercosul uma derrota do imperialismo.</p>	p. 82
1.	<p>Portal Terra (internet) – 11 junho 2012 Link: http://noticias.terra.com.br/mundo/noticias/0,,OI5830180-EI8140,00-Chavez+oficializa+candidatura+com+comicio+em+Caracas.html</p>	<p><i>Chávez oficializa candidatura com comício em Caracas.</i> Eleições presidenciais de 2012.</p>	p. 88
2.	<p>Portal Terra (internet) – 11 junho 2012 Link: http://noticias.terra.com.br/mundo/noticias/0,,OI5830180-EI8140,00-Chavez+oficializa+candidatura+com+comicio+em+Caracas.html#tphotos</p>	<p>Série de fotos (06 imagens) que tratam do registro da candidatura de Chávez às eleições de 2012.</p>	p. 89
3.	<p>Portal Terra (internet) – 27 junho 2012 Link: http://noticias.terra.com.br/mundo/noticias/0,,OI5863247-EI8140,00-Chavez+diz+que+quem+nao+e+chavista+nao+e+venezuelano.html</p>	<p>Chávez diz que <i>quem não é chavista não é venezuelano.</i></p>	p. 89
4.	<p>Portal Terra (internet) – 27 junho 2012 Link: http://noticias.terra.com.br/mundo/noticias/0,,OI5868069-EI8140,00-Chavez+Venezuela+no+Mercosul+e+uma+derrota+do+imperialismo.html</p>	<p>Chávez: Venezuela no Mercosul é uma derrota do imperialismo.</p>	p. 83
1.	<p>YAHOO! Notícias (internet) – 29 junho 2012 Link: http://br.noticias.yahoo.com/venezuela-ser%C3%A1-membro-pleno-mercosul-em-31-julho-190455231--finance.html</p>	<p><i>Mercosul aceita entrada da Venezuela e suspende Paraguai até 2013.</i></p>	p. 83
1.	<p>Portal G1 (internet) – 11 junho 2012 Link: http://g1.globo.com/mundo/noticia/2012/06/chavez-oficializa-candidatura-e-</p>	<p><i>Chávez oficializa candidatura e promete respeitar resultado das urnas. Presidente, que trata câncer, oficializou candidatura no último dia de prazo. O aspecto da tirania aparece discursivizado na relação doença (câncer)</i></p>	p. 90

	promete-respeitar-resultado-das-urnas.html	<i>versus</i> vontade de concorrer às eleições, onde Chávez é encenado como quem compromete o seu tratamento em nome da permanência no poder – o que, levando em conta que se trata de uma questão de vida ou morte, aparece como LOUCURA. Quando a matéria fala em “se comprometer em respeitar os resultados das próximas eleições” coloca em cena o aspecto da tirania em oposição ao da tirania.	
2.	Portal G1 (internet) – 29 junho 2012 Link: http://g1.globo.com/mundo/noticia/2012/06/entrada-da-venezuela-no-mercosul-e-dia-historico-diz-hugo-chavez.html	Entrada da Venezuela no Mercosul é “dia histórico”, diz Hugo Chávez. Decisão, tomada à revelia do Paraguai, foi anunciada nesta sexta (29). Para venezuelano, foi “derrota do imperialismo e das burguesias”.	p. 83
1.	BBC Brasil (internet) – 11 junho 2012 Link: http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/06/120611_chavez_candidato_cj_ac.shtml	<i>BBC Brasil – Notícias – Chávez desafia câncer e formaliza candidatura à reeleição.</i> Eleições presidenciais de 2012.	p. 91
1.	FOLHA.COM (internet). Folha de São Paulo no Portal UOL – 14 janeiro 2012 Link: http://www1.folha.uol.com.br/mundo/1034390-chavez-anuncia-fechamento-do-consulado-da-venezuela-em-miami.shtml	<i>Chávez anuncia fechamento do consulado da Venezuela em Miami.</i>	p. 93
2.	FOLHA.COM (internet). Folha de São Paulo no Portal UOL – 14 janeiro 2012 Link: http://www1.folha.uol.com.br/mundo/1034391-chavez-diz-que-respeitara-resultado-eleitoral-se-perder.shtml	<i>Chávez diz que respeitará resultado eleitoral se perder.</i> Eleições presidenciais de 2012.	p. 93
1.	EXAME.COM – 17/07/2012 Link: http://exame.abril.com.br/economia/mundo/noticias/hrw-abuso-de-poder-de-chavez-reduz-direitos-na-venezuela	<i>HRW: "Abuso de poder" de Chávez reduz direitos na Venezuela. A menos de três meses para o pleito presidencial de 7 de outubro, a HRW considera que "a situação dos direitos humanos na Venezuela ficou ainda mais precária" desde 2008.</i> Esta matéria foi suprimida do trabalho por ter o seu texto praticamente contemplado na íntegra pela posterior, também de EXAME.COM.	Não
2.	EXAME.COM – 17/07/2012 Link: http://exame.abril.com.br/economia/mundo/noticias/hrw-chavez-intimida-e-censura-oposicao	<i>Chávez intimida oposição, diz HumansRightsWatch. Chávez adotou "medidas drásticas" para "conservar seu controle político" sobre o Poder Judiciário, destaca o relatório.</i>	p. 95
3.	EXAME.COM – 24/07/2012 Link: http://exame.abril.com.br/economia/mundo/noticias/chavez-revela-verdadeiro-rostro-de-bolivar	<i>Chávez revela “verdadeiro rosto” de Bolívar. A imagem, reproduzida após dois anos de pesquisa científica, apresenta um Bolívar similar ao que se observa nas pinturas, mas com um grande nariz e traços marcados.</i>	p. 96
4.	EXAME.COM – 27/07/2012 Link: http://exame.abril.com.br/economia/mundo/noticias/eua-serao-firmes-contrachavez-com-romney-diz-giuliani	<i>EUA serão firmes contra Chávez com Romney, diz Giuliani Líder republicano que foi prefeito de Nova York, Giuliani viajou à Flórida para fazer campanha à favor de Romney.</i>	p. 97
5.	EXAME.COM – 29/07/2012 Link: http://exame.abril.com.br/economia/mundo/noticias/chavez-tenta-deixar-imagem-de-doente-para-tras	<i>Chávez tenta deixar imagem de doente para trás Chávez voltará ao cenário internacional na terça-feira no encontro do Mercosul em Brasília, após ficar meses afastado para tratar um câncer.</i>	p. 98
TOTAL = 22 textos escritos			

Quadro 2–Vídeos catalogados, lidos e analisados

Quantidade	Identificação do material	Do que trata o texto. Quais os elementos importantes e relevantes para a pesquisa	Citação no trabalho
1.	¡Por que no te callas! Zapatero y JuanCarlos contra Chavez Link: http://www.youtube.com/watch?v=C-HdzlxxQEY Acessos: 83674em 06/08/2012	Hugo Chávez não deixava José Luis Zapatero terminar sua fala em defesa de José Maria Aznar, seu antecessor, que estava ausente no momento das críticas e não poderia se defender. Este vídeo foi suprimido porque trata mais da política externa (relações internacionais) do governo Chávez do que propriamente das suas características.	Não
2.	Chavez calls Bush The Devil . UN Applauds Link: http://www.youtube.com/watch?v=sKCSHLLCCME Acessos: 250.763em 06/08/2012	ABC World News – setembro de 2006. O vídeo está em inglês. “Chávez demonstra não temer os EUA”. Chama Bush de “Devil”, Diabo: “O diabo esteve aqui ontem”. Este vídeo foi suprimido porque trata mais da política externa (relações internacionais) do governo Chávez do que propriamente das suas características.	Não
3.	Bom Dia Brasil - Chávez proíbe notícias de violência na Venezuela de olho nas eleições Link: http://www.youtube.com/watch?v=UzSgeWv1dC8 Acessos: 215em 06/08/2012	Jornal da Globo, Bom Dia Brasil. “O número de homicídios foi três vezes maior do que em 98 quando Chávez foi eleito”. Aborda supostos maus resultados do governo Chávez. Poderia ser incluído no trabalho, mas seu conteúdo já se encontra contemplado, por assim dizer, por outras matérias da mesma natureza.	Não
4.	Jornal da Globo– Chaves e Mercosul Link: http://www.youtube.com/watch?v=MtjbpWHZwhY Acessos: 2.605em 06/08/2012	Jornal da Globo – 03/07/2007. “O presidente da Venezuela deu três meses de prazo para o senado brasileiro aprovar a entrada de seu país no Mercosul.	p. 100
5.	Iran presidentvisits Venezuela 2012 Link: http://www.youtube.com/watch?v=x2uPKhXtdFs Acessos: 2.714em 06/08/2012	Reportagem sobre visita do presidente do Irã, MahmoudAhmadinejad, à Venezuela. Este vídeo também foi suprimido por tratar mais da política externa (relações internacionais) do governo Chávez do que propriamente das suas características. O áudio em um inglês muito rápido também não ajudou na sua transcrição.	Não
6.	Obama reconhece:“Chávez es el líder de su país” Link: http://www.youtube.com/watch?v=n7mDkxnfIOU Acessos: 47.116em 06/08/2012	CNN <i>español</i> – Texto em espanhol (tradução nossa). Entrevista sobre a política da América Latina.	p.100
7.	Chavez expulsa embaixador americano, 11 Setembro 2008. Russia fortalece aliança militar com a Venezuela. Link: http://www.youtube.com/watch?v=v2eEUD6M-58 Acessos: 6.244em 06/08/2012	Programa não identificado que exhibe na TV ao vivo um ato público de Chávez, em 11 de setembro de 2008.	p. 101
8.	Chávez reta a Obama a probaracusaciones de narcotráfico Link: http://www.youtube.com/watch?v=-43EGixyosI Acessos: 2061em 06/08/2012	TeleSUR Notícias – TV venezuelana. Durante o VI Conselho Político do ALBA, Chávez fala de união sul-americana contra o imperialismo norte-americano (“loucura imperial”).	p. 102
9.	Venezuela respalda la soberania de Malvinas	TeleSUR – TV venezuelana 26/01/2012.	Não

	Link: http://www.youtube.com/watch?v=3wLsfRcleUg Acessos: 3.728em 06/08/2012		
10.	Chavez y Malvinas Link: http://www.youtube.com/watch?v=GKz3nbBO6Ug Acessos: 18.837em 06/08/2012	TV venezuelana – Chávez ao vivo, fala sobre um submarino Britânico que estaria chegando nas Ilhas Malvinas.	Não
11.	Chávez: Argentina no está sola, conella está Suramérica Link: http://www.youtube.com/watch?v=FpfcSDx-SDk Acessos: 16.370em 06/08/2012	TeleSUR – TV venezuelana 02/02/2012.	p. 103
12.	Venezuela no dejará sola a la Argentina en caso de guerra por las Malvinas Link: http://www.youtube.com/watch?v=zaeAem5pOpM Acessos: 125.195em 06/08/2012	TV venezuelana ao vivo do Palácio de Miraflores. XI cúpula de Chefes de Estado e de Governo da ALBA-TCP 2012.	p. 103
13.	Presidente Hugo Chávez será sometido a nuevaoperaciónenlos próximos dias Link: http://www.youtube.com/watch?v=FSe mNg l nWkQ Acessos: 11.387em 06/08/2012	TV venezuelana ao vivo em 22/02/2012. Chávez fala sobre rumores lançados na mídia sobre a sua saúde.	p. 107
14.	Hugo Chavez Opponent Surges in Venezuela Elections Link: http://www.youtube.com/watch?v=AUSNEDU2zwo Acessos: 2.990em 06/08/2012	The wall street journal de 13/02/2012. Noticia com destaque o surgimento de um nome, Henrique Capriles (39 anos), para concorrer com Chávez nas eleições presidenciais de 2012, pela oposição.	Não
15.	Hugo Chaves reitera candidatura e instiga oposição Link: http://www.youtube.com/watch?v=bDhz oBDd9M4 Acessos: 1.235em 06/08/2012	TV pública argentina em 01/08/2011.	p. 104
16.	Eleições na Venezuela: Chaves diz que tem condições de governar Link: não reencontrado Acessos:	Jornal da Band. 2012.	p. 106
17.	Caso InvestigacionEnfermedad de Chavez Link: http://www.youtube.com/watch?v=-LEvCtgz4k Acessos: 6.978em 06/08/2012	Programa <i>Caso de investigacion</i> narra a cronologia da enfermidade de Chávez desde junho de 2011. Depois que um médico alegou em público que Chávez dispunha de apenas dois anos de expectativa de vida, o presidente aparece no vídeo falando em uma coletiva (26/10/2011).	p. 106
18.	A Chávez le queda unaño de vida ABC Link: http://www.youtube.com/watch?v=bsd147gv8oM Acessos: 9.015em 06/08/2012	TV espanhola – Club de prensa do NTN 24. Juan Carlos Iragorrihablacon Pedro Burelli y EmiliBlasco (correspondente em Washington), del ABC de Madrid, sobre lasaluddel presidente venezolano.	p. 107
19.	Metástasis de desinformación y propaganda, cáncerenlaultraderecha contra Chávez Link: http://www.youtube.com/watch?v=4b0hktEDwwk Acessos: 32.251em 06/08/2012	O vídeo traz uma série de reportagens que tratam da doença (câncer) de Hugo Chávez.	Não
20.	Arnaldo Jabor comenta as loucuras de Hugo Chavez	Jornal da globo, 15/10/2009.	p. 108

	Link: http://www.youtube.com/watch?v=2Xepx92y6h8 Acessos: 1.839em 06/08/2012		
21.	Hugo Chavezal borde de lalocura Link: http://www.youtube.com/watch?v=m0YgQ2Ab_vo Acessos: 83.225em 06/08/2012	Crítica a política externa colombiana de Álvaro Uribe e suas alianças diplomáticas com os EUA.	p. 109
22.	Hugo Chavez esta cada dia mas LOCO Link: http://www.youtube.com/watch?v=IDUWaJIJ8Z8 Acessos: 73.954em 06/08/2012	O vídeo mostra cenas da cúpula da ALBA realizada em Caracas. Antes, porém, uma inscrição é mostrada em letras brancas sobre uma tela preta: “Cada dia és mas grande La locura deste TARADO”.	p. 110

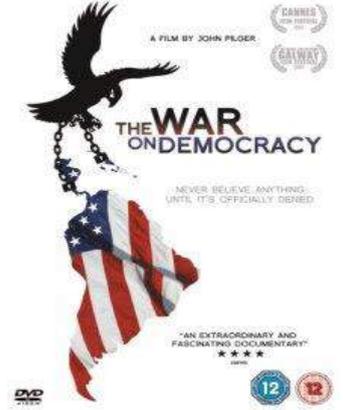
Quadro 3 – Entrevistas catalogadas, lidas e analisadas

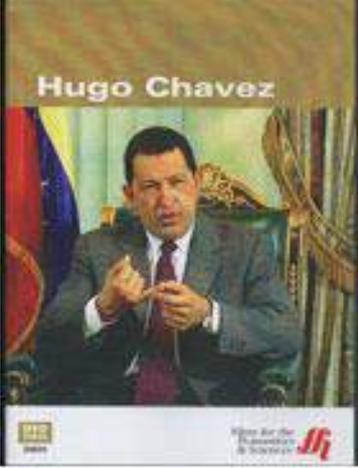
Quantidade	Identificação do material	Do que trata o texto. Quais os elementos importantes e relevantes para a pesquisa	Citação no trabalho
1.	Roda viva – TV Cultura – Roda Viva – Hugo Chávez– 03 outubro 2005 Link: http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/7/entrevistados/hugo_chavez_2005.htm	Entrevista na íntegra, direto do sítio oficial.	p. 120 p. 123
2.	Hugo Chávez - Kennedy Alencar - É notícia - RedeTV – Maio de 2010 Link: http://www.youtube.com/watch?v=MIC3b8pGe9k Acessos: 326em 06/08/2012	Chávez fala a Kennedy Alencar sobre sua infância pobre/sofrida e sua “tomada de consciência social e política” na Academia Militar. Fala sobre a política venezuelana nas últimas décadas e sobre a legitimidade de seu governo, sobre reeleições e sobre democracia.	p. 120
3.	Hugo Chávez BBC interview part 1/3 Link (parte 1): http://www.youtube.com/watch?v=CkmETcsNuas Link (parte 2): http://www.youtube.com/watch?v=rCVJzgEpSkI Link (parte 3): http://www.youtube.com/watch?v=aPDAQxdxms Acessos: 13.341em 06/08/2012	Chávez responde a repórter da BBC de Londres perguntas sobre respeito a leis, democracia e legitimidade política [do governante].	p. 111
4.	Interview Hugo Chavez in 20/20 ABC Link: http://www.youtube.com/watch?v=X9v0sicU-5c Acessos: 26.167 em 06/08/2012	O vídeo, a narradora, diz que Fidel é amigo e mentor de Hugo Chávez. Diz ainda que Chávez venceu legitimamente as eleições de 1998. Chávez disse que uma das formas de conter a revolução bolivariana é o assassinando.	Não
5.	20 DIC 2011 Entrevista Exclusiva conelPdte Hugo Chávez por periodista Lourdes Suazo de Telesur Link: http://www.youtube.com/watch?v=RREBgLIWfMw Acessos: 1.795em 06/08/2012	Segundo a repórter, Obama manifestou estar preocupado com a política externa da Venezuela e as relações que vem tendo com alguns países como Cuba e Irã e pede a Chávez que comente. Chávez também fala da recuperação de sua saúde: que já está melhor, inclusive acima do seu peso. O áudio está péssimo, porque estão gravando a entrevista dentro de um avião, com muito ruído.	Não
6.	ABC television interview with Hugo Chavez Link: http://www.youtube.com/watch?v=kDaSJ23DRjs Acessos: 471.801em 06/08/2012	Primeira entrevista de Chávez a uma TV americana. A repórter que fez a entrevista no Palácio Miraflores (vídeo 4 acima) diz que <i>Chávez não é homem louco como os EUA estão acostumados a ouvir falar e que é um homem inteligente.</i>	Não
7.	Chávez “Obama esun fraude total”	Chávez critica Obama dizendo que ele estava lhe atacando. Diz que é a boca do imperialismo.	Não

	Link: http://www.youtube.com/watch?v=b3vL0nkuLOI Acessos: 11.471em 06/08/2012	Pede a Obama que se meta com as suas coisas, que vá se dedicar a governar seu país.	
8.	Chávez fala de Obama na CNN – Legendado Link: http://www.youtube.com/watch?v=wiQexcp7RpI Acessos: 1.198em 06/08/2012	Diz que Obama até agora tem sido uma frustração àquela grande expectativa que ele mesmo ajudou a gerar, de uma verdadeira mudança, para dentro e para fora dos EUA.	Não
9.	Golpe de Estado del 27 de Noviembre de 1992 Link: http://www.youtube.com/watch?v=upWYAHrnVg Acessos: 50.157em 06/08/2012	Chávez fala em nome do MBR-200 (Movimiento Bolivariano Revolucionario 200).	p. 114
10.	Hugo Chávez 1994 entrevista Venezuela La Hojilla VTV. Pueblo de México, escuchaesto Link: http://www.youtube.com/watch?v=uJXL9yYLF8 Acessos: 3.055em 06/08/2012	Chávez é mostrado numa entrevista de 1994 falando sobre seu plano de mudar a constituição. Os apresentadores do programa defendem Chávez, argumentando que não se trata, portanto, de medida casuística e oportunista, mas planejada – com propósito político.	p. 115
11.	Hugo Chávez 1994 Universidad de La Habana con Fidel Castro discurso Cuba Venezuela Link: http://www.youtube.com/watch?v=x9rlhUlWCO4 Acessos: 16.048em 06/08/2012	Em discurso na Universidade de La Habana, diante de Fidel Castro e outros presentes, Chávez diz que <i>esta era a primeira vez fisicamente em Cuba, porque em sonhos, a Cuba, viemos muitas vezes, os jovens latino-americanos</i> . Fala do projeto de um continente latino-americano integrado.	Não
12.	JOSE VICENTE HOY - 7 agosto 2011 Hugo Chávez Entrevista especial de José Vicente Rangel 7 agosto 2011 Completa Link: http://www.youtube.com/watch?v=_s5u-Z3xZhg Acessos: 25.294em 06/08/2012	Chávez sobre o 04 de fevereiro de 1992 e sobre as eleições de outubro de 2012.	p. 118
13.	JOSE VICENTE HOY - 22 ENE 2012 Entrevista alPdte Hugo Chávez en _José Vicente Hoy_ por Televen Link: http://www.youtube.com/watch?v=f6eDKR77gZc Acessos: 14.444em 06/08/2012	Chávez comenta o 04 de fevereiro de 1992.	p. 115
14.	JOSE VICENTE HOY - Chavezenlacárcel de Yare entrevistado por Rangel el 30 agosto 1992 Link: http://www.youtube.com/watch?v=sES7UieLV-g Acessos: 165em 06/08/2012	Chávez entrevistado em 30/08/1992, na prisão. Entrevista censurada pelo governo e suspensa sua transmissão. Chávez exalta o movimento bolivariano como um movimento patriótico, um movimento de esperança. Fala de uma incandescência que tomou conta do povo, de um despertar que não pode ser detido por nada.	Não
15.	Chávez - 4 de febrero de 1992 Link: http://www.youtube.com/watch?v=dV1fKQscgSQ Acessos: 201.237em 06/08/2012	Vídeo gravado no momento em Hugo Chávez se entregava após fracasso no evento político (golpe ou rebelião) de 1992.	p. 113
16.	Hugo Chavez 1998 Link: http://www.youtube.com/watch?v=cvbdMg-X5GQ Acessos: 174.128em 06/08/2012	Vídeo gravado durante a campanha eleitoral de 1998. Hugo Chávez entrevistado pelo jornalista Jorge Ramos, da Univision, no ano de 1998. Aqui Chávez diz que entregará o poder em 5 anos ou antes, mas não sem antes tentar empreender mudanças na Constituição. Diz, ainda, que não intenção de nacionalizar nada e que Cuba é uma ditadura.	p. 116
17.	No soy socialista	Chávez diz que não é socialista, vai além do socialismo e além do capitalismo selvagem, citando o Papa João Paulo II. <i>“Eu creio num</i>	Não

	Programa “Em Directo com Jaime Bayty”. Hugo Chávez/ candidato presidencial. Link: http://www.youtube.com/watch?v=BSjhJUCV3uc Acessos: 61.678 em 06/08/2012	<i>projeto, e aqui o chamamos assim: humanista”.</i>	
--	--	--	--

Quadro 4 – Documentários catalogados, lidos e analisados

Quantidade	Identificação do material	Do que trata o texto. Quais os elementos importantes e relevantes para a pesquisa	Citação no trabalho
1.	Documentário: Ao sul da fronteira – <i>South of the Border</i> EUA, 2009, 102 minutos. Direção: Oliver Stone. 	<p>É um filme estadunidense de 2009, do gênero documentário político, dirigido, escrito e produzido por Oliver Stone. Estreou na 66ª Edição do Festival de Veneza em 7 de setembro de 2009 no circuito fora da competição oficial pelo Leão de Ouro. O início do filme faz uma crítica a programas de televisão norte-americanos que se propõem a falar de política, sem qualquer grau de seriedade, chegando a confundir “cacau” com “coca” ao falar do seu uso por Chávez. Aborda aspectos biográficos de Chávez e sua luta contra os EUA para se manter no poder. Fala dos golpes que Chávez deu (1992) e sofreu (2002) e sua posição de líder de um movimento de libertação latino-americana do jugo do imperialismo norte-americano. Termina com uma sutil comparação entre Chávez e Cuba no aspecto da resistência contra os EUA, e com Nestor Kirchner afirmando que, apesar de ser muito amigo de Chávez, lhe diz que é preciso ter outros candidatos, que não pode ser sempre só ele.</p>	p. 127
2.	Documentário: A guerra contra a democracia – <i>The War on Democracy</i>. Reino Unido, 2008, 94 min. Direção: John Pilger. 	<p>O prestigiado jornalista John Pilger examina o papel dos Estados Unidos da América, a manipulação da política dos países Latino Americanos, a luta dos cidadãos para que acabe a fome e a pobreza.</p> <p>O filme não chegou às salas de cinema brasileiras, nem está à venda na internet. “Este é um filme sobre a luta de um povo para se libertar de uma moderna forma de escravatura” é assim que o jornalista australiano John Pilger descreve, numa só frase, a história que apresenta em <i>The War on Democracy</i> (em português, Guerra à democracia ou Guerra contra a democracia). O documentário, que estreou no Reino Unido em Junho de 2007, fez parte da seleção oficial de Cannes. O filme trata da política externa norte-americana de apoio a ditaduras na América Latina e como os povos dos países deste continente vem reagindo ao domínio dos EUA na região.</p> <p>O filme trata da ascensão de Chávez ao poder, pondo em cena aspectos do seu <i>heroísmo</i>, de como chega ao poder com promessas de resolver problemas da Venezuela, sobretudo para enfrentar a corrupção. Termina lembrando que <i>vários heróis ofereceram novos caminhos, mas acabaram fazendo pactos de submissão por riqueza e poder.</i></p>	p. 131
3.	Documentário: A revolução não será televisada (ou Chávez: bastidores do golpe) – <i>Chávez: Inside The Coup</i>.	A Revolução Não Será Televisada, também conhecido como Chávez: Bastidores do Golpe,	p. 133

	<p>Irlanda, 2003, 74 min. Direção: Kim Bartley e Donnacha O'Briain.</p> 	<p>é um documentário irlandês, filmado e dirigido por dois cineastas irlandeses, Kim Bartley e Donnacha O'Briain, a respeito do golpe de estado que, em 2002, depôs o presidente eleito da Venezuela Hugo Chávez. Após dois dias, durante os quais o empresário Pedro Carmona foi declarado chefe de estado, permanecendo no palácio presidencial pelas 48 horas seguintes. O golpe perdeu força, e Chávez retomou o poder. Esse documentário mostrou como estava a vida dos venezuelanos entre a época que aconteceu o golpe de estado e a recuperação de Hugo Chávez. O documentário nasceu por obra de uma equipe de TV irlandesa (Rádio Telefís Éiríeann) que estava em Caracas, no Palácio de Miraflores, para filmar um documentário sobre Chávez. Ao perceber a agitação política no país, os documentaristas direcionaram seu foco para os acontecimentos que levaram à deposição e ao retorno de Chávez. O documentário ganhou doze importantes prêmios internacionais e foi nomeado para mais quatro. <i>A Revolução Não Será Televisada</i> já foi transmitido no Brasil pela TV Câmara, mas cópias não foram encontradas no mercado para aquisição.</p>	
4.	<p>Documentário: Hugo Chávez França, 2002, 52 min. Direção: Ligia Blanco.</p> 	<p>Sinopse: Hugo Chávez, o presidente da Venezuela, é sem dúvida a figura mais singular, paradoxal e colorida de todos os políticos que marcaram a história do continente latino-americano nos últimos vinte anos. Este ex-oficial pára-quadista de 46 anos de idade admira Simon Bolívar, Che e Jesus Cristo, quem ele cita com frequência. Quando chegou ao poder a situação social e econômica do país era desastrosa – apesar de seu petróleo. Nos últimos dois anos, ele vem lutando todas as batalhas com o entusiasmo da multidão de menos privilegiados, de quem ele é herói, como único suporte. Será que ele vai erradicar a miséria como ele apostou que iria? Será que ele vai cair na armadilha do fascismo, como seus adversários, a maioria deles pertencentes à classe dominante, temendo que vá? Quem é este bolivariano cristão e revolucionário que, de acordo com nossos critérios, parece ser tão irracional na sua crença de que milagres podem acontecer? (tradução nossa).</p>	p. 138

O *corpus* selecionado, como indicado nos quadros 1, 2, 3 e 4, foi constituído de textos escritos, vídeos, entrevistas e documentários, perfazendo, assim, uma série de documentos. Dentre eles, vale ressaltar que as revistas *Caros Amigos* e *Piauí* (que são difundidas no mercado como revistas de contestação ao *status quo* econômico e político, como revistas de esquerda) foram analisadas edição após edição, exatamente como fizemos em Vieira (2009) com a revista de informação *Veja*, no sentido de fundamentar uma resposta satisfatória ao dilema dos “discursos das revistas”. Em outras palavras, todas as edições de *Caros Amigos* e *Piauí*,

desde a primeira até a mais próxima ao mês de julho de 2012 foram consultadas em busca de textos sobre Hugo Chávez. Nelas, contudo, encontramos apenas 03 (três) edições de *Caros Amigos* e 02 (duas) de *Piauí* que tratam diretamente de Chávez ou da história política recente da Venezuela. No que diz respeito ao restante do material, todos os textos acima elencados fazem referência expressa e direta ao nome de Hugo Chávez ou contêm trechos de suas falas na forma de entrevistas, depoimentos, declarações, etc.

1.5 ORGANIZAÇÃO DOS CAPÍTULOS

Além da Introdução (capítulo 1), onde traçamos o percurso teórico-metodológico da pesquisa, a dissertação está organizada em mais quatro capítulos.

No capítulo 2, tratamos do conceito de tirania. Partindo do *A verdade e as formas jurídicas* de Foucault (1974) e da sua interpretação sobre a tragédia de Édipo, procuramos investigar em que consistiu a figura histórica do Tirano grego da antiguidade arcaica, mostrando em que sentido o seu heroísmo [ardiloso] foi imprescindível na transição do governo oligárquico para a democracia. Abordamos o aspecto político-jurídico da transitoriedade deste tipo de governo, realizando, na medida do possível, um paralelo com os *discursos de ordem política e jurídica* relacionados a Chávez, não sem considerar que se tratam de duas épocas totalmente distintas.

No capítulo 3, apresentamos a primeira parte da análise dos dados [e sua fundamentação teórica], que inclui uma abordagem sobre as modificações nos textos constitucionais venezuelanos das últimas décadas e de como isso não apaga – é o que defendemos –, no nível do discurso (FOUCAULT, 1969), o aspecto personalista da *Constituição de Chávez*.

No capítulo 4, apresentamos a segunda parte da análise dos dados; no capítulo 5, os comentários e as considerações finais sobre a pesquisa; finalmente, as referências que foram mobilizadas para dar sustentação ao trabalho.

2 ENTRE A DEMOCRACIA E A TIRANIA: UMA METÁFORA

2.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Antes do advento de Hugo Chávez, pouco se ouvia falar da política, da legislação e da economia da Venezuela, a menos que se fosse estudioso destes assuntos. Não raro, apenas quando se noticiava as finais do concurso de *Miss Universo* é que se ouvia falar, na mídia, sobre este país, famoso pelo favoritismo de suas candidatas. É com Chávez que a Venezuela passa a ocupar posição de destaque nos noticiários políticos da TV, nas revistas e jornais, bem como nos principais sítios da internet. Foi a partir desta constatação que em Vieira (2009) problematizamos este tema, pelo viés do discurso, tomado na perspectiva da Escola Francesa de Análise de Discurso, fundada por Michel Pêcheux, e da filosofia de Michel Foucault, operando deslocamentos para trabalharmos com alguns conceitos operacionais destas linhas teóricas, aproximando-os naquilo em que entendemos ser possível, para evitar problemas de ordem epistemológica. Eis que a justificativa e a problematização do tema passaram por uma **questão de ordem estruturalista**, colocada por Pêcheux como aquilo “que é dito aqui (em tal lugar), e dito assim e não de outro jeito” (PÊCHEUX,1983, p. 44), e um **acontecimento discursivo**, do modo como postula Foucault (1969).

O campo dos acontecimentos discursivos [...] é o conjunto sempre finito e efetivamente limitado das únicas sequências linguísticas que tenham sido formuladas [...]. Eis a questão que a análise da língua coloca a propósito de qualquer fato de discurso: segundo que regras um enunciado foi construído e, conseqüentemente, segundo que regras outros enunciados semelhantes poderiam ser construídos? A descrição de acontecimentos do discurso coloca uma outra questão bem diferente: como apareceu um determinado enunciado, e não outro em seu lugar? (FOUCAULT, 1969, p. 30).

Foi nesse sentido que a revista *Veja* foi mobilizada em Vieira (2009) para servir de objeto de pesquisa, em cujas capas e páginas pudemos identificar a circulação de três **enunciados** (Foucault, 1969) interrelacionados: *o de que Chávez seria um Tirano, o de que Chávez seria um comunista démodé, e o de que Chávez seria um anti-democrata, inimigo da democracia, péssima influência para o Brasil*, formando um **discurso sobre Chávez**, na medida em que

O discurso, assim concebido, não é a manifestação, majestosamente desenvolvida, de um sujeito que pensa, que conhece, e que o diz [...]. Chamaremos de discurso um conjunto de enunciados, na medida em que se apoiem na mesma formação discursiva; ele não forma uma unidade retórica

ou formal, indefinidamente repetível e cujo aparecimento ou utilização poderíamos assinalar (e explicar, se for o caso) na história; é constituído de um número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência (FOUCAULT, 1969, p. 61-133).

Destarte, a questão central em torno deste *discurso sobre Chávez* é o poder¹⁰: o poder e sua conquista, o poder e a sua manutenção, o poder e a economia (capitalismo *versus* comunismo), as formas democráticas de exercício do poder, poder e lei, etc., de modo que utilizamos a expressão *enunciados interrelacionados* para fazer referência ao fato de que estes enunciados se entrecruzam, não estando nunca isolados dos demais, e sendo mais facilmente visualizados quando trabalhados sob o enfoque da *legitimação no exercício do poder político*, que defendemos ser a questão fulcral do aspecto da *Tiranía* (ou seja: a conquista e a manutenção de cargos centrais do poder político) em relação a Chávez. *Tiranía* utilizada como metáfora para compreender, do ponto de vista discursivo, de que modo o jogo entre *democracia e tirania* aparece em textos e materiais (midiáticos ou não) produzidos em torno da figura de Chávez.

2.2 ÉDIPO TIRANO

Foucault (1974) trabalha no seu *A verdade e as formas jurídicas*, Conferência 2, com o tema da indissociabilidade do binômio poder-saber (ou saber-poder) no exercício do poder político. Cita Nietzsche para defender que esta relação entre saber e poder não é neutra, que não existe *poder isento de saber nem saber isento de poder*. Quer com isto superar o mito platônico de que esta divisão, conseguida pelo filósofo, é o ideal de exercício de poder e o ideal de conhecimento (ou condição para o conhecimento verdadeiro).

Necessário, contudo, esclarecer de que tipo de poder e de que tipo de saber Foucault (1974) está falando¹¹, pois é certo que não se trata dos conceitos operacionais de *Saber* ou de *Poder* trabalhados em sua obra, mas de uma relação entre **saber (conhecimento) e poder (exercício de poder político)**, tomados um em função do outro.

Com efeito, o Poder para Foucault não está concentrado no Estado, nem em instituições e aparelhos garantidores de uma suposta sujeição dos indivíduos a este Estado, como sustenta

¹⁰ Poder no sentido de cargos ou funções centrais de exercício político, não o conceito de *poder* postulado por Foucault em sua obra.

¹¹ Este foi um dos equívocos constatados em Vieira (2009) após a defesa, haja vista que a distinção entre estes conceitos é de fundamental importância para compreender o alcance do que Foucault (1974) postula em relação ao “saber autocrático” do tirano, ou seja, o conhecimento enquanto metáfora.

Althusser (1970). O Estado seria um lugar de poder ao lado de todos os outros. O poder também não se confunde com a possibilidade de *dispor sobre as coisas ou pessoas*.

Não acredito que devêssemos considerar o “Estado moderno” como uma entidade que tenha se desenvolvido acima dos indivíduos [...]. Desse “poder” é necessário distinguir, primeiramente, aquele que exercemos sobre as coisas e que capacita para modificá-las, utilizá-las, consumi-las ou destruí-las. [...] ele coloca em jogo relações entre indivíduos (ou entre grupos). Pois não devemos nos enganar: se falamos do poder das leis, das instituições ou das ideologias, se falamos de estruturas ou de mecanismos de poder, é apenas na medida em que supomos “alguns” exercem um poder sobre os outros. [...] aquilo que define uma relação de poder não é um modo de ação que age direta e imediatamente sobre os outros, mas que age sobre sua própria ação. Uma ação sobre a ação [...]. O funcionamento das relações de poder, evidentemente, não são uma exclusividade do uso da violência mais do que da aquisição dos consentimentos (FOUCAULT, 1982, p. 281-288).

O Poder, nesse sentido, é, para Foucault, uma estratégia complexa numa dada sociedade, o que permite que os indivíduos ocupem diferentes lugares numa dada época dentro de uma determinada ordem [do discurso]. O poder não é o que pressupõe *seu exercício* arbitrário e/ou violento de um indivíduo sobre o outro, e não é aquilo a que se lhe opõe *resistência*. Nesse sentido, não há *um* lugar de poder face a inúmeros lugares de sujeição, mas sim um poder onipresente, poder em vários lugares e em todos os lugares. Sendo assim, todos os poderes são, uns em oposição aos outros, também lugares de resistência.

Dizendo poder, não quero significar “o Poder”, como um conjunto de instituições e aparelhos garantidores da sujeição dos cidadãos em um Estado determinado. [...] não o entendo como um sistema geral de dominação exercida por um elemento ou grupo sobre outro e cujos efeitos, por derivações sucessivas, atravessem o corpo social inteiro. [...] Parece-me que se deve compreender o poder, primeiro, como a multiplicidade de correlações de força imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização; o jogo que, através de lutas e afrontamentos incessantes as transforma, reforça, inverte; os apoios que tais correlações de força encontram umas nas outras, formando cadeias ou sistemas ou ao contrário, as defasagens e contradições que as isolam entre si [...]. O poder está em toda parte; não porque englobe tudo e sim porque provém de todos os lugares. [...] é o nome dado a uma situação estratégica determinada. (FOUCAULT, 1976, p. 102-103).

No que tange ao conceito de *Saber*, poderíamos extrair da obra de Foucault que se trata de um campo (um conjunto de práticas) no qual se constitui um tipo de discurso que, a depender do grau de autonomia que consegue alcançar, pode ou não se transformar em uma ciência. Nesse sentido, esclarece Possenti (2009) que não é como *uma fase ou um estágio* que se caracteriza um *saber*, pois não é necessário que um saber, para ser um saber, venha posteriormente a transformar-se em uma ciência, galgando outro limiar. Segundo Foucault, nem

todos os saberes se tornam ciências. O que não quer dizer, por outro lado, que os discursos que não sejam produzidos de forma organizada à moda das ciências também não sejam saberes (POSSENTI, 2009, p. 170).

A este respeito, pontua Machado (1982) que o que caracterizaria a reflexão de Michel Foucault em seu *As palavras e as coisas* (1966) seria especificamente a investigação de uma ordem interna constitutiva do *Saber*. Assim, *episteme* não seria sinônimo de *saber*, mas a existência necessária de uma ordem, de um certo princípio de ordenação histórica dos saberes que precede a ordenação do discurso, estabelecida pelos critérios de cientificidade e dela independente. A *episteme* seria a ordem específica do saber: a configuração e a disposição que o saber assume em determinada época, e que lhe confere uma positividade como saber (MACHADO, 1982, p. 133).

Em última análise, a *episteme*, enquanto ordem, determina o que pode ou não (critérios) ser considerado ciência ou considerado um saber, em uma dada época. E é isso que para Foucault (1966) explica o surgimento das ciências humanas no século XIX (*episteme* moderna). Mas não só isso. Se a *episteme* possibilita o surgimento de determinadas *ciências* (que atingem certo grau de autonomia e formalização), impede que outras sejam reconhecidas como tal (por não se inserirem nesta ordem), o que permite que sejam acolhidas como *saberes* a depender da sua constituição/consolidação enquanto prática discursiva. É assim que Foucault diferencia a Biologia da Medicina em *Arqueologia do Saber*:

A medicina clínica seguramente não é uma ciência: não só porque não responde aos critérios formais e não atinge o nível de rigor que se pode esperar da física, da química ou mesmo da fisiologia, mas, também, porque comporta um acúmulo, apenas organizado, de observações empíricas, de tentativas e de resultados brutos, de receitas, de prescrições terapêuticas, de regulamentações institucionais. Entretanto, esta não-ciência não exclui a ciência: durante o século XIX, ela estabeleceu relações definidas entre ciências perfeitamente constituídas como a fisiologia, a química ou a microbiologia [...] A esse conjunto de elementos, formados de maneira regular por uma prática discursiva e indispensáveis à constituição de uma ciência, apesar de não se destinarem necessariamente a lhe dar lugar, pode-se chamar *saber*. (p. 202-204).

Do exposto, verificamos que os conceitos de Poder e de Saber estudados acima nada (ou pouco) tem a ver com o conceito de *poder-saber e saber-poder* apresentado por Foucault (1974) na oportunidade em que analisa *Édipo*. Como vimos, este poder e este saber se referem antes ao *conhecimento*. É uma metáfora utilizada para dizer que a necessidade de conhecimento não surge da curiosidade humana (da sua ociosidade ou do seu espanto diante do mundo), senão da necessidade de submeter o objeto conhecido, de ter poder em decorrência do

saber/conhecimento que se detém e que não são comunicados a outros grupos sociais. É sobre isto que fala Foucault (1974) na Conferência 1 de *A verdade e as formas jurídicas*, ao mencionar o exemplo da política:

Ora, se quisermos saber o que é o conhecimento, não é preciso nos aproximarmos da forma de vida, de existência, de ascetismo, própria ao filósofo. Se quisermos realmente conhecer o conhecimento, saber o que ele é, apreendê-lo em sua raiz, em sua fabricação, devemos nos aproximar, não dos filósofos mas dos políticos, devemos compreender quais são as relações de luta e de poder. E é somente nessas relações de luta e de poder – na maneira como as coisas entre si, os homens entre si se odeiam, lutam, procuram dominar uns aos outros, querem exercer, uns sobre os outros, relações de poder – que compreendemos em que consiste o conhecimento. [...] Nietzsche quer dizer que não há uma natureza do conhecimento, uma essência do conhecimento, condições universais para o conhecimento, mas que o conhecimento é, cada vez, o resultado histórico e pontual de condições que não são da ordem do conhecimento. [...] Mesmo quando utiliza um certo número de elementos que podem passar por universais, esse conhecimento será apenas da ordem do resultado, do acontecimento, do efeito (FOUCAULT, 1974, 23-24).

É este tipo de poder-saber e saber-poder que é combatido no *Édipo* de Sófocles: poder exercido em decorrência do saber autocrático, que garante ao seu detentor, Édipo, se destacar dentre os demais. Saber que é só seu, que é o segredo do seu sucesso e também do seu fracasso. Saber do político (do demagogo), do sofista, e, em última análise, do tirano.

É disto que trata Foucault na conferência 2 de *A verdade e as formas jurídicas*, quando discorda que a tragédia *Édipo* (*ΟΙΔΙΠΟΥΣ ΤΥΡΑΝΝΟΣ*) de Sófocles (século V a.C.) seja a tragédia do incesto, da inconsciência, do não-conhecimento. Para ele, Édipo, o personagem, representa o homem de saber autocrático, que vence suas *próprias batalhas* na vida (como o herói épico lançado à própria sorte), que passa por altos e baixos, que experimenta todas as agruras da vida e que as supera sozinho. Mas é também o herói que consegue salvar a *polis* de algum mal, oferecendo-a a oportunidade de se reerguer. Nesse sentido, há duas características positivas deste poder *edipiano*, na análise de Foucault:

Édipo tem o poder. Mas o obteve através de uma série de histórias, de aventuras, que fizeram dele inicialmente o homem mais miserável - criança expulsa, perdida, viajante errante - e, em seguida, o homem mais poderoso. Ele conheceu um destino desigual. Conheceu a miséria e a glória. [...] Esta alternância do destino é um traço característico de dois tipos de personagens. O personagem lendário do herói épico [...] e o personagem histórico do tirano grego do fim do VI e início do V séculos. O tirano era aquele que depois de ter conhecido várias aventuras e chegado ao auge do poder estava sempre ameaçado de perdê-lo. [...] Mas, se ele se tornou rei, é porque tinha curado a cidade de Tebas matando a Divina Cantora, a Cadela que devorava todos aqueles que não decifravam seus enigmas. Ele tinha curado a cidade (FOUCAULT, 1974, p. 44-45).

Mas, ao lado destas duas características positivas, estão algumas negativas que poderiam ser reduzidas a uma só: o excesso de saber, o saber autocrático do tirano. Foucault pontua que, num dado momento da tragédia, Édipo é representado como um homem que se identifica com a cidade, que julga *possuir a cidade*, que justifica o exercício do [seu] poder por ter livrado a cidade da Divina Cantora (a esfinge), que julga possuir um saber mais eficaz que o dos demais (e lembra isto aos outros o tempo todo), que não se importa com as leis da *polis*, que impõe a todos a sua própria vontade como lei (pouco importando serem justas ou não).

É preciso, portanto, reconhecer em Édipo um personagem historicamente bem definido, assinalado, catalogado, caracterizado pelo pensamento grego do século V: o tirano. Este personagem do tirano não é só caracterizado pelo poder, mas também por um certo tipo de saber. O tirano grego não era simplesmente o que tomava o poder. Era aquele que tomava o poder porque detinha ou fazia valer o fato de deter um certo saber superior em eficácia ao dos outros. [...] Édipo diz a todo momento que venceu os outros, que resolveu o enigma da esfinge, que curou a cidade. [...] Esta atividade de encontrar é caracterizada inicialmente na peça como algo que se faz sozinho (FOUCAULT, 1974, p. 46).

No meio desta análise, Foucault coloca que o ponto central de Édipo é a manutenção do poder, que Édipo não é a tragédia da inconsciência freudiana ou a obra se chamaria *Édipo o incestuoso*, mas que a todo o momento Édipo lembra aos cidadãos que ascendeu ao poder legitimamente (após ter derrotado a Divina Cantora) e que diz se sentir ameaçado, inúmeras vezes ao longo da peça, no seu lugar de dominação. Consoante Vieira (2009) extrai de Foucault (1974), o que está em questão na tragédia é a queda do poder de Édipo. Em várias passagens, o personagem defende apenas a sua posição de governante. Exemplo disso é a contestação que faz ao escravo de Corinto, que havia dito *Não te inquietes, não és filho de Políbio*, a preocupação de Édipo não está relacionada à possibilidade de ser filho de Laio e, portanto, ter cometido incesto, mas a de ter uma origem não-nobre, que deslegitimasse o exercício do seu poder:

Disse isso para me envergonhar, para fazer o povo acreditar que eu sou filho de um escravo; mas mesmo que eu seja filho de um escravo, isto não me impedirá de exercer o poder; eu sou um rei como os outros (FOUCAULT, 1974, p. 42-43).

Com efeito, concordamos com Foucault (1974), quando afirma que a *precariedade* do poder político do Tirano (personagem histórico) tenha aparecido em *Édipo* para representar o aspecto da legitimação do poder político naquele período que compreendeu a passagem da

Antiguidade Arcaica para a Antiguidade Clássica na Grécia (séculos VII a V a.C.). O nome original da peça em grego nos autoriza a reforçar tal afirmativa: Οἰδίπους Τύραννος (ΟΙΔΙΠΟΥΣ ΤΥΡΑΝΝΟΣ) é comumente traduzido como *Édipo Rei*, quando a sua tradução literal se inclina mais para *Édipo Tirano*. Destarte, cego pelo poder, Édipo deixa de ser o salvador da *polis* (um herói), para ser a causa dos seus males, já que a peça revela que *a peste que assola Tebas* tem sua origem na permanência de Édipo, na condição de Soberano incestuoso, esposo de sua própria mãe, como metáfora para os seus inúmeros excessos.

Quem é visado pela tragédia de Sófocles ou pela filosofia de Platão, quando situadas em uma dimensão histórica [...], é o famoso sofista, profissional do poder político e do saber, que existia efetivamente na sociedade ateniense da época de Sófocles. Mas por trás dele quem é fundamentalmente visado por Platão e por Sófocles [...]: o personagem do tirano. Este, nos séculos VI e VII, era o homem do poder e do saber, aquele que dominava tanto pelo poder que exercia quanto pelo saber que possuía. Assistimos a essa longa decomposição durante os cinco ou seis séculos da Grécia arcaica. [...] Édipo vai funcionar como o homem do poder, cego, que não sabia e não sabia porque poderia demais (FOUCAULT, 1974, p. 49-50).

Mas não é só em *Édipo* que esta interpretação pode ser feita. Especialmente nos cursos de graduação em Direito, donde a minha experiência acadêmica como aluno e posteriormente como docente (disciplinas em que atuo como professor) me permitiu constatar, é bastante comum estudar-se a *Antígona*, também de Sófocles sob o prisma do embate entre *direito natural* e o *direito positivo*, ou entre justiça e lei, como uma dicotomia a ser superada na aplicação das leis, aproximando-os ao sentimento do *justo*. Ocorre, no entanto, que os mesmos elementos político-jurídicos postulados por Foucault (1974) no *Édipo* podem ser encontrados na peça *Antígona*, de Sófocles, mostrando que o debate em torno do *poder* e da *tiranía* são, destarte, fruto de um momento histórico preciso, em que a *legitimação do governante no exercício do poder* e os *seus excessos* são novamente constatados como condição da época.

A seguir, resumo trechos da *Antígona* para trazê-la à reflexão, inserindo-a no debate suscitado pela interpretação político-jurídica do *Édipo* feita por Michel Foucault.

2.3 CREONTE TIRANO

Na tragédia *Antígona* de Sófocles (496aC-406aC), Polínice, filho de Édipo, tenta realizar um *golpe* [de estado] para tomar o poder em Tebas, cujo governante é Creonte. Polínice não tem êxito na sua investida e é morto. Contrariando as leis da *polis* e as tradições do lugar, Creonte determina que o traidor não será enterrado e quem descumprir a ordem será

severamente punido, com a morte por apedrejamento dentro da cidade. Como Antígona enterra o corpo do irmão, Creonte a pune, prendendo-a numa caverna para que morra. Hemon, filho de Creonte e noivo de Antígona, pede para que o pai perdoe, mas não é atendido no pleito. Tirésias também intercede em favor de Antígona intercede, mas Creonte não recua. No final, com a morte de Antígona, Hemon tira a própria vida. A mãe dele (esposa de Creonte) não resiste à morte do filho e também se mata.

[No início da peça, Antígona, tendo pedido ajuda a sua irmã, Ismene, ouve da mesma:] *vê que morte miserável teremos, se à força da lei e à decisão soberana do tirano nos opusermos. [...] temos que obedecer a estas leis e a leis ainda mais duras. [...] sou forçada a isto, obedecerei a quem está no poder; fazer mais que isto não tem nenhum sentido (58-67).* **[Creonte falando sobre a sua condição de governante diz:]** *[Deuses,] sustentastes o trono de Laio e seu poder [...] depois que Édipo salva a cidade [...] poder e trono coube-me a mim. [...] É impossível perscrutar de quem quer seja psique, pensamentos, intenção, antes de manifestá-los no exercício do governo e das leis. Quanto a mim, quem dirige o estado, se não se apega aos melhores conselhos, [...] parece-me ser o pior agora e sempre. E quem, acima da pátria, estima o amigo, declaro-o ninguém [...]. Um homem mal intencionado para com a cidade jamais declararei amigo [...] com estes princípios engrandecerei a cidade (165-191).* **[Mais adiante, ao repreender os guardas que vigiavam o corpo de Polínic, diz Creonte:]** *Acontece que, desde o começo, há na cidade pessoas que se opõem a meus decretos, falam contra mim, às escondidas sacodem a cabeça. Não estão dispostos a inclinar o pescoço ao jugo e obedecer-me (288-292). O que jugo não é da tua conta(325).* **[Diálogo entre Antígona e Creonte:]** *[CREONTE] Sabias que eu tinha proibido essa cerimônia? [ANTÍGONA] Sabia. Como poderia ignorá-lo? Falaste abertamente [CREONTE] Mesmo assim ousaste transgredir minhas leis? [ANTÍGONA] Não foi, com certeza Zeus que as proclamou, nem a justiça com trono entre os deuses dos mortos as estabeleceu para os homens. [...] Se te pareço louca, pode ser que seja louca aos olhos de um louco. [CORIFEU] Nela se revela uma estirpe inflexível, de um pai inflexível filha. Não sabe ceder aos golpes do mal. [...] [CREONTE] Não se mostre altaneiro quem é escravo da vontade alheia. [...] [ANTÍGONA][Sepultar o irmão] Todos estes o aprovam, e o declarariam se o medo não lhes travasse a língua. Mas a tirania, entre muitas outras vantagens, tem o privilégio de fazer e dizer o que lhe apraz (447-507).* **[Diálogo entre Hemon e Creonte sobre Antígona:]** *[CREONTE] Pois eu a apanhei desrespeitando abertamente as leis; de toda a cidade, só ela. Não quero passar por mentiroso na minha cidade. [...] Se eu tolerar os desmandos da minha gente, perderei autoridade sobre os demais. [...] A que a cidade conferiu poder, a este importa obedecer, seja nas grandes questões seja nas justas... e até nas injustas. [HEMON] [...] Tua imagem intimidada o homem do povo que não se atreve a pronunciar palavras que não te agradariam [...] Quem julga deter saber exclusivo, possuir língua e mente estranhas aos demais nesse, se o abres, verás o vazio. [...] Não é este o parecer da cidade de Tebas. [CREONTE] A cidade, acaso, me dirá como devo agir? [...] Por vontade de outro hei de governar esta cidade ou por minha? [HEMON] Não há cidade que seja de um só. [CREONTE] A cidade não pertence a quem governa? [HEMON] Belo governante serias, sendo único numa cidade deserta (655-739). [Tirésias fala a Creonte:] Senhores Tebanos, chegamos*

pelo mesmo caminho, guiados pelo olho de um só. [...] Os males desta cidade procedem de tua cabeça. Nossos altares e nossos lares todos estão impregnados do cheiro da carniça que ofereceste a cachorros e abutres, o filho do infeliz Édipo, tombado em batalha. [...] A arrogância atrai a loucura (988-1028).

Em todos os trechos acima transcritos, verificamos a presença dos mesmos aspectos políticos e jurídicos observados por Foucault (1974) na tragédia de Édipo. A peça já se inicia narrando a tentativa de um golpe ao poder instituído: Polínice quer destituir Creonte do Trono à força (pela guerra), com isso mostra o clima de instabilidade política que cerca a figura do Tirano grego. A fala de Ismene dirigida a Antígona relata que a morte é certa àqueles que se opuserem às ordens soberanas do tirano; que ela é forçada a obedecer àquelas leis por serem a vontade de quem está no poder. Mais a frente, Creonte situa-se na sucessão do trono de Tebas, colocando-se como aquele que assumiu o trono depois da morte de Laio e de Édipo, dando conta da sucessão de um tirano por outro; reconhece a necessidade de ouvir os conselhos e se colocar numa posição de [não humildade, mas] prudência no governo; por fim, declara que acha que engrandecerá a cidade, chamando para si a responsabilidade de conduzir a *polis*, mas também qualquer eventual mérito desta atividade.

Quando se reporta aos guardas, Creonte manifesta ira por existirem, na *polis*, opositores ao seu governo, ou seja, aqueles que não obedecem [não as leis da cidade, mas] seus decretos; ao dizer que *o que julga não é da conta de quem o escuta*, Creonte demonstra que não se submete à vontade do povo, mas à sua própria, ou seja, que governa sozinho. Ao se dirigir a Antígona, indagando-lhe sobre a desobediência, ao invés de perguntar-lhe sobre as leis da cidade, Creonte se refere às *suas leis*, mostrando que a sua vontade prevalece diante das leis da *polis*, o que denota um alto grau de insegurança jurídica; Antígona o desafia chamando-o de **louco** por tal comportamento, mas ele retruca que ela é escrava da vontade alheia, ou seja, submetida a ele (governante), e Antígona adverte-o de que o povo vive com medo, segundo uma *lei do silêncio*, e que isso se deve a uma característica da tirania, o que se relaciona, a nosso ver, com o que diz Montesquieu (1748) também a esse respeito:

Para que não se possa abusar o poder é preciso que, pela disposição das coisas, **o poder freie o poder**[...]. Há, em cada estado, três espécies de poderes: o poder legislativo, o poder executivo das coisas que dependem do direito das gentes, e o executivo das que dependem do direito civil [...]. Quando na mesma pessoa ou no mesmo corpo de magistratura o poder legislativo está reunido ao poder executivo, não existe liberdade, pois pode-se temer que o mesmo monarca ou o mesmo senado apenas estabeleçam **leis tirânicas** para executá-las **tiranicamente** (MONTESQUIEU, 1748, p. 200-202, negritamos).

Importante ainda notar que, no diálogo que estabelece com Hemon, Creonte fala da necessidade de ser severo para que o povo lhe respeite a autoridade; que, sendo aquele a quem a *polis* conferiu poder, todos lhe devem plena obediência, sendo a questão justa ou injusta; mas ouve de Hemon que o povo não lhe tem respeito, mas temor, e que Creonte julga *deter saber exclusivo, possuir língua e mente estranhas aos demais* (707-708), dando conta de que o aspecto do saber autocrático do tirano também está aqui. Creonte ainda rebate que não deve submeter a sua vontade a dos outros, mas escuta de Hemon que não há cidade de um só (737), numa referência a Democracia. Eis que Creonte, na passagem mais significativa da peça (do ponto de vista da discussão sobre a tirania grega), lança a seguinte pergunta: *A cidade não pertence a quem governa?* (738). Por tudo isso, verificamos que a análise que Foucault (1974) faz em relação ao *Édipo* também se aplica aqui, sem restrições.

Foucault (1974) afirma que as habilidades de Édipo são da ordem do encontrar, que é algo que se faz sozinho, quando se abre os olhos. Nesse sentido, menciona que Édipo, ao vangloriar-se de seus feitos, não parava de dizer: Eu inquiri, e como ninguém foi capaz de me dar informações, eu abri os olhos e os ouvidos para encontrar; eu vi. “Ele é o homem do ver, o homem do olhar e o será até o fim” (FOUCAULT, 1974, p. 47).

O saber edipiano, o excesso de poder, o excesso de saber foram tais que ele se tornou inútil; o círculo se fechou sobre ele [...] e Édipo, em seu poder solitário, se tornou inútil. Nos dois fragmentos ajustados a imagem de Édipo se tornou monstruosa. Édipo podia demais por seu poder tirânico, sabia demais em seu saber solitário (p. 48).

Estas observações possuem correspondência exata com as últimas falas de Tirésias na *Antígona*, quando o *olhar que guia* é mencionado pelo adivinho e quando os males da *polis* passam a ser atribuídos ao tirano, também pela sua permanência no poder (como a peste no caso de Édipo), ou seja, pela manutenção de suas resoluções, a ponto deste comportamento ser considerado **loucura** [excesso de poder, cegueira de e pelo poder]:

Senhores Tebanos, chegamos pelo mesmo caminho, guiados pelo olho de um só. [...] Os males desta cidade procedem de tua cabeça. Nossos altares e nossos lares todos estão impregnados do cheiro da carniça que ofereceste a cachorros e abutres, o filho do infeliz Édipo, tombado em batalha. [...] A arrogância atrai a loucura (988-1028).

Vale salientar que, nesta época (VII-V a.C.), foi comum o surgimento de tiranos, na maioria das cidades-estado gregas, como governos de transição da Oligarquia para a Democracia. Eles não foram necessariamente odiados, pois o termo *tirano* originalmente não

designava algo essencialmente ruim (conforme veremos adiante). O sentido pejorativo lhe fora atribuído com o passar do tempo por aqueles que faziam oposição ao seu governo, passando o termo a designar [para estes], um governo autoritário e sem liberdades, de perda de direitos.

É sobre o aspecto histórico das tiranias gregas que passaremos a tratar a seguir.

2.4 ASPECTOS HISTÓRICOS DA TIRANIA

A Grécia arcaica foi marcada por uma série de formas de governo que, de uma forma ou de outra, condicionaram as formas de governo do ocidente até os dias de hoje. A primeira delas a merecer destaque é a **Monarquia Homérica**, com as suas características bastante presentes na *Ilíada* e na *Odisséia*, que também servem de testemunho dos primeiros sinais do enfraquecimento deste tipo de monarquia. Esta forma está ligada a um certo grau primitivo de civilização e é de ordem personalíssima, ligada à chefia do rei, à sua força física, à sua coragem e à sua destreza com o uso de armas, de modo que o rei somente consolida a sua autoridade se visto e presente no dia-a-dia dos governados, *impondo* sua condição de governante.

Era um governo aristocrata, e como tratava-se de um povo de *ethos* guerreiro, os aspectos que destacavam o rei dos demais eram concebidos como favores divinos: a autoridade moral e política dos reis não tinha suas origens apenas nas disposições pessoais do monarca, mas contava com a crença na influência divina. Com efeito, a monarquia no período homérico não chegou a se *institucionalizar*, pois “repousava em excesso nas qualidades pessoais do rei” (LIMA FILHO, 1999, p. 33), no seu valor de líder-guerreiro.

A mudança desta forma de governo para outras que lhe sucederam não ocorreu de maneira harmônica e sincronizada em todas as partes da Hélade (como se chamava a região que depois iria dar origem à Grécia). Contudo, pode-se afirmar que, de uma maneira genérica, foi sucedida pela Oligarquia.

A **Oligarquia** também pode ser entendida como uma forma de governo aristocrata, mas, desta vez, ligada à posse de terras, uma aristocracia agrária por excelência. Segundo Glotz, eles eram chamados de “os bons” (*agathoi*), “os melhores” (*áaristhoi*, *bélistoi*), “os belos e bons”, “os homens bem nascidos”, *os Eupatrídai*, ou ainda “os cavaleiros”, *os Hippéïs*, (GLOTZ *apud* LIMA FILHO, 1999, p. 37), já que criar cavalos era uma marca da nobreza da época, tanto pela superioridade em relação ao infante na guerra – os humildes que combatiam a pé –, quanto pela dificuldade em se ter um cavalo, animal muito caro.

A Oligarquia pressupunha uma diferença política crucial para sua compreensão: ainda que nascidos no mesmo lugar, alguns possuíam *direitos políticos plenos* e outros não, sendo que

somente os primeiros poderiam participar do governo. Nesse sentido, o privilégio oligárquico variava de acordo com *algumas condições*, fazendo com que o cidadão legítimo (o aristocrata) dispusesse de mais ou menos direitos em razão do seu nascimento, da receita apresentada por sua propriedade territorial, da quantidade de móveis ou imóveis que possuía, etc. Aristóteles, na política, escreveu sobre diversas formas de Oligarquias, desde as mais *brandas* (bastante próximas da Democracia) até as mais *extremadas*, contudo, aprofundar nestes aspectos agora fugiria de nosso propósito, daí porque passaremos a falar sobre a **Tirania como forma de governo**, que, em muitos casos na Hélade, serviu de passagem a governos democráticos.

A partir do Século VIII a.C., houve diversas mudanças econômicas no mundo grego, sobretudo nas regiões portuárias. Tais mudanças tiveram reflexo na ordem social e política. Os *helenos* se lançaram ao mar e passaram a explorar colônias ao longo do Mar Mediterrâneo. O início da circulação de moedas impactou profundamente a economia que, assim, deixava de ser eminentemente rural e agrária, para se fortalecer nas cidades, de modo que o comércio passou a significar poder político. É certo que muitos se beneficiaram economicamente desta nova situação, especialmente os possuidores de terras e de outros bens, mas a Aristocracia logo teve que passar a conviver com novos ricos, homens que acumularam bens e riquezas com as recentes mudanças, “alguns dos quais eram filhos caçulas ou bastardos de família ilustre” (LIMA FILHO, 1999, p. 47), outros saídos do povo. Muitos passaram a adquirir terras e a criar cavalos. Apesar do desprezo, os nobres começaram a aliar-se aos detentores destas novas riquezas, não raro através de casamentos vantajosos (*mésalliances*), e a plutocracia (do grego *ploutos*: riqueza; *kratos*: poder), passava, assim, a governar as cidades: o governo do grupo mais rico.

Lima Filho, mencionando os trabalhos de Gaudemet e M. Cary e T. J. Haarhoff, afirma que, em numerosas cidades, em especial naquelas em que o comércio e as outras atividades urbanas “se haviam estabelecido com firmeza, o poder dos nobres foi destruído pela violência, acarretando o **surgimento da Tirania**” (LIMA FILHO, 1999, p. 47, negritamos).

A época do surgimento dos tiranos coincidiu com as lutas civis que convulsionaram a Grécia, na prática, do século VII a.C. até a época da conquista romana. [...] As leis escritas foram [...] uma conquista do Demos. Quando um homem, chefiando o *Demos*, tomava o poder pela força, pelo ardil, ou pelo concurso de ambos, tinha-se a Tirania. Entretanto, podia haver uma solução de compromisso (LIMA FILHO, 1999, p. 50).

É o que vemos testemunhado na obra de Sófocles da forma como analisamos o *Édipo* e a *Antígona*, à luz do que propõe Foucault, no seu *As verdades e as formas jurídicas*. A passagem

acima, a um só tempo, nos permite enquadrar a conquista do poder por Édipo como da ordem do *ardil*, assim como a tentativa de golpe de Polínice como da ordem da Força, já que, com seus aliados, pretendia depor Creonte pela via militar. Em ambos os casos, verificamos a instabilidade política que cerca a figura do tirano, o que se nota também no trecho acima transcrito, quando o autor fala da possibilidade de haver uma *solução de compromisso*.

O tirano desempenhou um papel histórico: ele foi, por excelência, o *Demagogo* [do grego *demos*: povo; *gogia*: condução], o homem que guiava os pobres contra os ricos, os plebeus contra os nobres, em sínteses, o chefe ao qual a multidão seguia cegamente. A ele, a multidão tudo permitia, desde que trabalhasse em favor dela (LIMA FILHO, 1999, p. 52).

A possibilidade de se armarem, minimamente, levou a maioria destes novos beneficiados pelas mudanças econômicas (dos mais ricos aos trabalhadores) a se constituírem como uma nova força política dentro da *polis*. Os mais abastados, por sua bravura, trabalho e inteligência, colocaram-se em posição de guiar esta parcela do povo na reivindicação dos direitos políticos que eram historicamente negados. Glotz argumenta que algumas cidades se viram divididas em duas e que nas pequenas cidades as lutas internas assumiram a natureza de verdadeiras vendetas¹² (GLOTZ *apud* LIMA FILHO, 1999, p. 49).

Os tiranos saíram, justamente, deste grupo dos mais ricos: possuíam grande valor para a *polis*, mas não pertenciam à aristocracia e, portanto, não gozavam de direitos políticos plenos e, por isso, não podiam governar a cidade. Organizados como força política, o *demos* (o povo) reivindicaria a formulação de novas leis que lhes ampliassem a participação política na *polis*, o que encontrou lastro em todos os adversários da Oligarquia.

o povo recorria ao meio supremo: entregar-se a um tirano. [...] o tirano era a *ultima ratio* do *Demos*, e uma figura que apenas poderia ter surgido, nos quadros das lutas civis. [...] Tudo nele é extraordinário, anormal. [...] quando da sua introdução no mundo grego, o vocábulo *túrannos* era um termo que nada tinha de aviltante. [...] já que designava os déspotas orientais, foi aplicado, em sentido pejorativo, por adversários irreconciliáveis àqueles que detinham o poder absoluto, não mais por força de um acordo [...], mas de uma insurreição. [...] O *aisummêtes*¹³ era um fruto do consenso. O *tirano*, o resultado de uma insurreição armada (LIMA FILHO, 1999, p. 51-53).

Destarte, a tirania foi algo inevitável face à intransigência da Oligarquia, então detentora dos direitos políticos atinentes ao governo da *polis*, colocando-se como marco transitório para

¹²Vinganças ou rixas. Uma sequência de ações e contra-ações, ao longo de um extenso período, motivadas por grupos que se odeiam (ou disputas entre famílias) e que buscam a promoção de uma espécie de justiça. Podem possuir como motivo a honra dos indivíduos envolvidos. Muito comum na região mediterrânea pré-industrial.

¹³ Legislador na época de guerra civil.

que se chegasse à Democracia. Sobre a natureza deste poder, convém ressaltar que não era um poder de direito: o tirano não era legitimamente investido e a insegurança jurídica que o cercava fazia com que se sentisse, a todo o momento, ameaçado. Ele chegava ao poder por um artilo ou ato de força. Glotz (*apud* LIMA FILHO, 1999) afirma que o regime dos tiranos possuía **origens revolucionárias e caráter despótico**. A sua astúcia o levava ao governo de um só.

A desconfiança era uma constante característica dos tiranos, sendo que eles tinham consciência de que o seu poder era usurpado. Em abono da mencionada desconfiança, convém lembrar que, na história da tirania grega, a morte violenta dada ao *tirano* – o *tiranicídio* – foi uma prática assaz freqüente (LIMA FILHO, 1999, p. 56).

Diante da ausência de segurança jurídica e exercendo o seu governo em clima de verdadeira instabilidade política, o poder exercido pelo tirano era sempre excedente à lei, ou contrário à mesma, o que justifica Foucault (1974) se referir ao personagem de *Édipo* como o homem dos excessos. Excesso por um lado, busca de legitimidade por outro: é a necessidade de provar que o exercício do [seu] poder se dá de forma legítima que faz com que Édipo, segundo Foucault (1974), tenha necessidade de (re)lembrar a todo momento que foi ele quem matou a Divina Cantora. Nesse sentido, ele, e mais ninguém, possuía aquelas habilidades especiais, aquele saber autocrático, decorrente de sua vivência de mundo. Em *A Política*, Aristóteles (384 a.C. – 322a.C.) escreve a este respeito.

§4º Mas, nos tempos antigos, em que o mesmo indivíduo era demagogo e chefe militar, tais revoluções produziam a tirania; de fato, a maioria dos antigos tiranos era composta de chefes populares. O que fez com que essas usurpações tivessem lugar naquela época e hoje não mais se dêem, é que então os demagogos eram tirados de entre aqueles que já houvessem exercido a autoridade militar, porque naquele tempo não se tinha ainda muita habilidade na arte da palavra. Ao contrário, hoje que a eloqüência fez progresso, aqueles que são capazes de falar em público obtêm, em verdade, um grande crédito por parte do povo; mas, sem experiência das causas de guerra, eles não conspiram (Aristóteles, *A Política*, p. 312-313).

É desse tipo de *demagogia* de que trata *Édipo*: do **uso da palavra**. Pois é com a força da palavra, não com outro artifício, que Édipo consegue decifrar o enigma da esfinge. Além disso, existem outros aspectos que merecem registro na obra de Aristóteles. Concordamos com Lima Filho (1999, p. 65), quando diz que, para Aristóteles, a adulação é frequente nas tiranias; que o tirano busca demonstrar ser, somente ele, o detentor das virtudes da “gravidade” e da “liberdade”; e que a Tirania seria uma espécie de corrupção da realeza. Imitar um monarca

seria, para o Tirano, uma forma de buscar a legitimidade para o exercício do seu poder, para o seu governo.

O meio de destruir a realeza é torná-la mais tirânica; o meio de conservar a tirania é fazê-la mais real, cuidando-se de garantir-lhe a força, a fim de mandar nos cidadãos, com o seu consentimento, ou sem ele. (Aristóteles, *A Política*, p. 343).

Com efeito, o *Tirano* analisado por Aristóteles converge para o *tirano* interpretado por Foucault em *Édipo*, já que, levado ao poder pelo povo (servindo de guia ao *demos*), lá busca firmar-se, e procura, a todo custo, se manter como soberano. É nesse sentido que a peste aparece em *Édipo*, tendo como causa o Tirano, e é por isso que Tirésias diz a Creonte na *Antígona*: “os males desta cidade procedem de tua cabeça”. Isso se deve ao fato de o Tirano passar de *libertador do povo* a *opressor do demos*, com o único e deliberado intuito de se manter na posição de mando, como soberano. A recomendação de Aristóteles encerra esta questão. Para este, o tirano, ao menos na aparência, deve se interessar pelo bem público (Aristóteles, *A Política*, p. 344). O povo deve ser seu eterno aliado.

Deste ponto em diante, passaremos a tratar do aspecto discursivo do nosso *corpus*, pois verificaremos como Chávez aparece nas reportagens, vídeos, documentários, entrevistas, enfim, no material produzido sobre ele ou com a participação dele, a fim de verificar se a hipótese norteadora deste trabalho se sustenta, qual seja a de que há um enunciado em circulação sobre Hugo Chávez segundo o qual ele se subjetiva no **lugar de tirano**. Dito de outra forma, as análises que se seguem deverão servir para confirmar ou refutar o seguinte aspecto político e jurídico em torno de Chávez (ou em relação ao homem moderno): para que ele se legitime no poder é preciso ser construído discursivamente no lugar de herói, mas nele não queira permanecer como um *Tirano*, o que *julga possuir a polis*.

3CHÁVEZ: ENTRE A DEMOCRACIA E A TIRANIA (PARTE I)

3.1TEXTOS (LIDOS, OUVIDOS E ASSISTIDOS)

A revista *Caros Amigos*, edição 89, de Agosto de 2004, é uma das três únicas edições encontradas que tratavam especificamente em suas matérias de *Hugo Chávez*, presidente da Venezuela, desde que passou a ocupar papel de destaque na vida política recente do país. Nela, a revista traz uma matéria repleta de informações sobre Chávez que vão desde aspectos biográficos até o seu *posicionamento* político, que, na edição, aparece como sendo *anti-imperialista*. Numa reportagem, cujo título é *Só a união latino-americana permite enfrentar o império*, o político concede uma entrevista. Em um quadro, à parte, na parte final das duas primeiras páginas, a revista narra as suas impressões sobre Chávez:

Hugo Chávez Frías tem um aspecto “duro”, embora esteja sempre sorrindo e contando "causos"; transmite a sensação de um barril de pólvora prestes a explodir, mesmo quando fala em paz; é sempre autocentrado e personalista, ainda que advogue a necessidade de diálogo, pluralismo e trabalho em equipe; é brincalhão, gosta de abraçar e tocar as pessoas à sua volta e fala a linguagem da gente simples, mas ainda assim permanece de alguma maneira inacessível. [...] julga-se portador da herança de Simón Bolívar, mesmo – talvez, principalmente – ao afirmar não ser “nada”, ou, quando muito, “apenas um instrumento” da revolução bolivariana. Chávez, em resumo, é **enganadoramente óbvio** (*Caros Amigos*, edição 89, Agosto de 2004, p. 18, negritamos).

Nesta passagem, descreve impressões sobre o perfil psicológico de Chávez, caracterizando-o como um tipo duro, autocentrado e personalista, inacessível e enganadoramente óbvio, marcando uma posição de sujeito em que o político, apesar de brincalhão, de gostar de abraçar as pessoas e falar a linguagem das pessoas mais simples, **não convence acerca de seus valores libertadores, já que ao tocar na lembrança de Simón Bolívar, conclui que Chávez não convence sobre tal característica, sendo enganador**. A seguir, temos:

Sua vida, de origem muito humilde (seus pais, Hugo de los Reyes Chávez e Elena Frías de Chávez, eram professores na cidadezinha de Sabareta, estado de Barinas, e viviam numa casinha com teto de palha), foi toda marcada pela caserna - do curso superior na Academia Militar da Venezuela, de onde saiu com a graduação de subtenente, em 5 de julho de 1975, ao brilho e aos prêmios obtidos nos vários cursos de especialização em ciências militares, ciências políticas e estratégias de guerra, passando pela permanência na tropa de elite dos pára-quedistas, até chegar ao curso de comando e estado-maior da Escola Superior do Exército, em 1991-92, já com a patente de tenente-coronel. [...]

sua formação é completamente distante da tradição intelectual rebelde latino-americana. [...] Inspirado pelos ideais de Simón Bolívar [...] fundou, em 17 de dezembro de 1982, e lidera até hoje o Movimento Bolivariano Revolucionário (MBR), que, em 4 de fevereiro de 1992, arquitetou um fracassado golpe de Estado para depor o corrupto e incompetente presidente Carlos Andrés Pérez. Chávez assumiu a total responsabilidade pelo golpe, e até hoje é admirado por isso, mesmo pelos opositoristas. Amargou dois anos de prisão [...]. Ao sair da prisão, Chávez funda um partido, o Movimento V República, que não é propriamente um partido, mas uma vasta frente de movimentos sociais, grupos e organizações de tipo partidário vinculados aos setores mais miseráveis da sociedade venezuelana. À frente do MBR, é eleito presidente da república, em dezembro de 1998. [...] assume o cargo em fevereiro de 1999 e convoca uma assembléia constituinte para "refundar a república", referendada pelo voto de 88 por cento da população. O presidente eleito, fiel ao seu programa e compromissos de campanha, coloca o próprio cargo à disposição da assembléia, que, assim, se torna o poder supremo da nação, a um só tempo executivo e legislativo. Em 15 de dezembro de 1999, o povo venezuelano referenda com o voto a nova Constituição Bolivariana da Venezuela. Em 30 de julho de 2000, Chávez é reeleito à presidência do país, com 59 por cento dos votos. O respeito aos princípios constitucionais torna-se a pedra angular do governo Chávez, e sobre esse princípio ele concentra a obsessão militar pela ordem e respeito às regras do jogo. **O povo, que participou intensamente dos debates que deram origem à nova constituição, sente-se protagonista do projeto. [...] Esse sentimento [...] mobilizou o povo contra os golpistas de abril de 2002, e o mantém unido em torno da figura de Chávez** (Caros Amigos, edição 89, Agosto de 2004, p. 18-19, negritos).

Narra, portanto, aspectos biográficos de Chávez, afirmando que o mesmo formou-se como militar em 1975 e surgiu no cenário político venezuelano com uma tentativa de golpe de estado sem êxito em 04 de fevereiro de 1992. Comenta que a sua formação intelectual é bastante distante da tradição rebelde latino-americana, fazendo referência aos seus estudos que se deram no exército, em ambiente militar. Diz, depois, que a admiração que Chávez obteve é consequência do fato dele ter assumido sozinho a responsabilidade política sobre o referido evento de 1992, diante da população, marcando uma posição de sujeito em que *Chávez, num dado momento, tanto por um ato de força (golpe frustrado) quanto por um ardil (assunção de culpa), ganha notoriedade política no cenário nacional.*

Mais a frente, a reportagem indica que Chávez vence as eleições presidenciais de 1998 e se torna presidente em 1999, convocando uma assembleia constituinte para aprovar um novo texto constitucional, referendado pela ampla maioria da população (88%), quando o próprio cargo de presidente teria sido deixado à disposição da assembleia. Referendada a Constituição em fevereiro de 1999, que passou a se chamar Constituição Bolivariana da Venezuela, Chávez teria sido reeleito em julho de 2000 com aproximadamente 60% dos votos, colocando em cena o aspecto da legitimação político jurídica do governo de Hugo Chávez, ao mencionar que suas propostas têm vencido nas urnas, ao tempo em que seu governo está juridicamente embasado.

Ao afirmar que “o povo [...] **sente-se** protagonista do projeto”, o emprego do verbo *sentir* relativiza a autoria do novo texto constitucional, pois *sentir-se autor* não é o mesmo que *ser autor*. O uso do verbo *sentir* retoma o “enganadoramente óbvio” visto acima, marcando uma posição de sujeito em que Chávez, está dirigindo o povo a *algum destino político*, de modo **dissimulado**. Por outro lado, quando mostra que esta *sensação de autoria* [em relação à constituição] tem garantido apoio popular a Chávez, o que teria lhe mantido no poder após ter sofrido um golpe de estado em abril de 2002, a revista atualiza uma posição de sujeito segundo a qual *há instabilidade política no governo de Hugo Chávez à frente da Venezuela e que angariar o apoio do povo é fator determinante para se manter legitimamente investido na função presidencial*.

No que tange aos aspectos biográficos, a matéria apresenta um Chávez “de origem muito humilde”, e que até chegar ao posto de presidente, passou por inúmeros altos e baixos (um destino desigual): criança pobre, subtenente, pára-quedista, tenente-coronel, golpista fracassado, preso por dois anos, fundador de partido, presidente da república, o que evoca o aspecto do *Herói épico* e do *Tirano*, como mostrou Foucault (1974) em relação ao *Édipo* de Sófocles. É inegável que o caso, por envolver também duas tentativas de golpes (ou golpes) de estado, guarda semelhanças com a *Antígona*, do mesmo autor, sobretudo porque a tragédia já se inicia a partir da derrota de Polínice em investida violenta contra o poder instituído do seu tio Creonte, então tirano de Tebas. Desta forma, *tanto pelo aspecto da constante ameaça em que vive o governante, quanto pelo emprego da violência, verificamos a presença de um Enunciado de ordem político-jurídica em Caros Amigos que mostra Chávez no lugar de Tirano*.

Por outro lado, a revista também toca na questão heróica em torno do político, ao veicular que o mesmo teria arquitetado o [fracassado] golpe de estado de 1992 para *depor o corrupto e incompetente Carlos Andrés Pérez* e que, em outro trecho, *preconiza uma união latino-americana para lutar contra o poder do império norte-americano*, ao responder as perguntas que lhe foram formuladas:

[CHÁVEZ] Bush é um assassino. Olhe o que eles estão fazendo no Iraque. Atacam os povos do mundo. Não estamos dormindo no ponto. Estamos alertas. Sabemos do que eles são capazes e estamos preparados. [CAROS AMIGOS] *O senhor atribui uma grande importância ao contexto latino-americano em oposição ao imperialismo estadunidense. Nesse sentido, a incorporação da Venezuela ao Mercosul teve uma grande significação política, não?* [CHÁVEZ] A nossa união latino-americana é a única arma efetiva que temos contra o poder do império. É preciso, mais do que nunca, fortalecer a nossa consciência unitária (Caros Amigos, edição 89, Agosto de 2004, p. 19-20, negritamos).

Além de um certo *heroísmo*, o trecho, acima transcrito, reforça o clima de constante ameaça em que vive o governante, quando o próprio Chávez se refere a George Bush (ex-presidente dos EUA) como um assassino, e diz que os Estados Unidos atacam todos os povos do mundo, ao que observa que *não está dormindo no ponto* (ou seja, que está atento), expressando com isso *temor de ser deposto pela via da violência, o que novamente traz o aspecto da ameaça ao tirano-governante*, desta vez na própria fala de Chávez. Por fim, convém registrar que tal passagem evoca uma memória política da América Latina da segunda metade do século XX, período em que muitos países, dentre eles a Venezuela, foram governados por ditaduras militares apoiadas pelos EUA.

A revista *Caros Amigos*, edição 42, de Setembro de 2000, traz um texto do escritor colombiano Gabriel Garcia Marquez, Nobel de Literatura em 1982 pelo conjunto da sua obra, no qual o autor registra uma *dupla impressão* que teve acerca de Hugo Chávez, após um encontro rápido, em que tiveram a oportunidade de conversar. Vejamos:

Era o dia 4 de fevereiro de 1992. O coronel Hugo Chávez Frías, com seu culto litúrgico pelas datas históricas, comandava o assalto de seu posto improvisado no museu histórico La Planicie. Pérez compreendeu então que seu único recurso era o apoio popular e se dirigiu aos estúdios da Venevisión para falar ao país. Duas horas depois, o golpe militar tinha fracassado. Chávez se rendeu, com a condição de que também permitissem a ele dirigir-se ao povo pela televisão. **O jovem coronel mestiço, com sua boina de pára-quedista e seu admirável talento de orador, assumiu a responsabilidade pelo movimento. E seu discurso foi um triunfo político.** Cumpriu dois anos de prisão até ser anistiado pelo presidente Rafael Caldera. Entretanto, muitos partidários – e inimigos políticos – compreenderam que seu discurso da derrota **foi o primeiro da campanha eleitoral que o levaria à presidência da República** menos de nove anos depois. [...] O golpe de fevereiro de 1992 parece ser a única coisa que saiu mal para o coronel Hugo Chávez Frías. No entanto, **ele o viu por um lado positivo, como um revés providencial** [...]. **Desde o primeiro momento dei-me conta de que era um narrador nato.** Um produto íntegro da cultura popular venezuelana, que é criativa e poética. Tem um grande sentido do tempo e uma memória quase sobrenatural, que lhe permite recitar de cor poemas de Neruda ou Whitman, e páginas inteiras de Rómulo Gallegos. [Perguntado sobre o discurso que fez aos militares em 17/12/1982, disse que] “Eu não escrevi”, respondeu Chávez. E começou a improvisar. Foi um discurso breve, inspirado em Bolívar e Martí, mas com um toque pessoal sobre a situação de injustiça na América Latina, duzentos anos após a independência (*Caros Amigos*, edição 42, setembro de 2000, p. 18-19, negritamos).

No trecho acima, vemos o golpe frustrado do dia 04 de fevereiro de 1992 ser lembrado como um momento crucial na cronologia política de Chávez. Nas formulações “O jovem coronel mestiço, com sua boina de pára-quedista e seu admirável talento de orador, assumiu a responsabilidade pelo movimento[...]” e “[...] seu discurso foi um triunfo político [...] foi o

primeiro da campanha eleitoral que o levaria à presidência da República [...] ele o viu por um lado positivo, como um revés providencial [...]. Desde o primeiro momento dei-me conta de que era um narrador nato”, vemos presente o aspecto da *Demagogia, da forma como tratou Aristóteles (A Política), acima mencionado, com todos os seus elementos: um homem de origem militar é escolhido por sua habilidade com a palavra*. Ao lado disso, o texto trata dos altos e baixos que Chávez teve na vida, e de como *matou a sua esfinge*: num momento em que a Venezuela passava por um momento de crise econômica e política, sobretudo em razão dos escândalos de corrupção envolvendo o então presidente Carlos Andrés Pérez, surge Chávez com uma proposta de mudança, por meio de um discurso (no sentido de fala pública) ante os canais de televisão, em que convidava o povo a mudar.

Quando a matéria trata da *assunção de responsabilidade* pelo movimento de 1992, relacionando-a com o *triunfo* de Chávez, vemos presentificado o *ardil*, de que trata Foucault (1969). Nas formulações *um produto íntegro da cultura popular venezuelana, que é criativa e poética. Tem um grande sentido do tempo e uma memória quase sobrenatural, que lhe permite recitar de cor poemas de Neruda ou Whitman, e páginas inteiras de Rómulo Gallegos*, vemos o político ser tratado como um homem dotado de um tipo de saber autocrático (conhecimento mais eficaz que o dos demais cidadãos) como em Édipo, que vem da vontade de sozinho resolver os problemas que se lhe apresentam. Notemos que, até agora, nenhuma das duas reportagens analisadas tratam de qualquer outro nome que tenha se destacado no movimento de 04 de fevereiro de 1992. Em outra parte da matéria Gabriel Garcia Marquez reproduz o que seria uma fala de Chávez sobre como teve início a sua indignação contra o governo:

Foi nessa época que comecei a compreender que alguma coisa de errado se passava na Venezuela”, disse Chávez. Tinha sido designado comandante de um pelotão de treze soldados e uma equipe de comunicação na província de Oriente, para liquidar os últimos redutos guerrilheiros. Numa noite em que chovia muito, um coronel do serviço secreto, com uma patrulha de soldados e alguns supostos guerrilheiros – famintos e esqueléticos –, pediu-lhe para pernoitar na caserna. Por volta das dez da noite, quando Chávez começava a dormir, ouviu do quarto contíguo gritos dilacerantes. “Eram os soldados que estavam batendo nos presos com bastões de beisebol envoltos em trapos, para que não ficassem marcas”, contou Chávez. **Indignado, exigiu que o coronel lhe entregasse os presos ou que se fosse imediatamente dali.** “No dia seguinte me ameaçaram com um inquérito e corte marcial por desobediência”, disse, “mas acabaram só me mantendo por um tempo sob observação (Caros Amigos, edição 42, setembro de 2000, p. 18-19, negritamos).

Na formulação *indignado, exigiu que o coronel lhe entregasse os presos ou que se fosse imediatamente dali*, vemos presente o aspecto do saber autocrático e do excesso que notamos

em *Édipo* e na *Antígona*, Chávez em ato de insubordinação, diante de uma situação que julgou injusta, repreende um superior hierárquico, *exigindo que ele entregasse os presos ou se fosse imediatamente*. Em conjunto com todos os pontos acima, quando a matéria toca no assunto do golpe frustrado e de como isso teria sido crucial para que Chávez chegasse à presidência, vemos novamente a *Tirania* ser discursivizada, nos seus aspectos político e jurídico, em relação ao presidente da Venezuela.

Para finalizar, a revista registra a dupla impressão de Garcia Marquez sobre Chávez, quando o primeiro escreve acerca do segundo:

O presidente se despediu com um grande abraço caribenho. Enquanto se afastava entre sua escolta de militares condecorados e amigos de primeira hora, fui tomado pela estranha sensação de que havia viajado e conversado com gosto com dois homens opostos. **Um a quem a sorte obstinada oferecia a oportunidade de salvar seu país. E o outro, um ilusionista, que podia passar para a história como um déspota a mais** (Caros Amigos, edição 42, setembro de 2000, p. 19, negritamos).

Na formulação *um a quem a sorte obstinada oferecia a oportunidade de salvar seu país. E o outro, um ilusionista, que podia passar para a história como um déspota a mais*, identificamos um efeito de legitimação/deslegitimação no exercício do poder político, que tomamos como hipótese central deste trabalho. Representado no texto como aquele que ascende à presidência como um herói (aquele que pode *salvar o país*), mas que tem suas qualidades políticas pautadas especialmente na ordem da oratória, da retórica, e do senso de oportunidade política de usar esta habilidade para colocar-se no rastro do poder, novamente vemos Chávez ser relacionado aos aspectos positivos e negativos da *Tirania* (como déspota), no sentido de que trata Foucault (1974).

A edição 163 de *Caros Amigos*, publicada em outubro de 2010, é a terceira e última edição deste periódico que trata de Hugo Chávez. Desta vez com uma reportagem intitulada “Venezuela entra em novo patamar de luta política”, *Caros amigos* aborda as eleições presidenciais ocorridas no ano de 2005, contra o que a revista chama de oposição de direita:

Chávez venceu, por margem estreita; mas sua maior vitória não pode ser computada em votos, e sim pelo simples fato de que a oposição foi obrigada a reconhecer o processo. O novo embate já está marcado: ocorrerá em 2012, para quando estão convocadas as eleições presidenciais (Caros Amigos, edição 163, outubro de 2000, p. 7, negritamos).

Na formulação, *a oposição foi obrigada a reconhecer o processo*, identificamos novamente o Enunciado relacionado à *Tirania* no que tange a Chávez, por meio do aspecto da

legitimação no poder, indicando que há instabilidade política e insegurança jurídica em relação ao governo do presidente da Venezuela. Mais adiante, lemos:

A calamitosa situação econômica e social venezuelana oferece um prato cheio para a oposição. A Venezuela é hoje o país com o maior índice relativo de homicídios das Américas; a inflação beira os 30% anuais e escândalos de corrupção (grandes e pequenos) são frequentes. [...] Após um brevíssimo intervalo de sorrisos e amenidades mútuas, o presidente **Barack Obama multiplicou demonstrações de que gostaria de ver Chávez fora do poder** (e o golpe em Honduras expôs de forma muito clara que nada mudou na orientação política da Casa Branca para a América Latina) (Caros Amigos, edição 163, outubro de 2000, p. 7, negritamos).

Esta passagem aponta a existência de problemas sociais e econômicos na Venezuela, dentre eles, a enorme taxa de homicídios e a inflação em níveis altíssimos, semelhante à metáfora da peste tebana, causada pela permanência de Édipo na *polis* (ou no poder da *polis*). Mais adiante, quando a revista diz que Barack Obama (então presidente dos EUA) *multiplicou demonstrações de que gostaria de ver Chávez fora do poder*, põe em cena novamente a **ameaça ao governo de Chávez** e o enunciado vinculado à *Tirania*, especialmente quando relembra os **governos ditatoriais da América Latina**, vividos a partir da década de 1960 (quando houve o envolvimento norte-americano), por meio da formulação *e o golpe de Honduras expôs de forma muito clara que nada mudou na orientação política da Casa Branca para a América Latina*. O emprego do termo “Chavismo”, na página 7 da matéria em questão, para designar os simpatizantes do presidente Chávez, reforça este argumento, na medida em que mobiliza um sentido de **culto personalista à figura do governante**¹⁴.

Além das três edições de Caros Amigos, duas edições da revista Piauí foram selecionadas para esta pesquisa, em razão de serem também as únicas que se reportavam diretamente ao nome de Chávez ou às duas últimas décadas da vida política da Venezuela. Na primeira delas, edição 11, de Agosto de 2007, há uma reportagem intitulada *O poder ontem e hoje. Na Venezuela e na Bolívia. Entre o mal e a esperança, a dificuldade para definir a retomada socialista na América Latina de Lula, Evo Morales e Hugo Chávez*, que trata da falta de apoio (ou oposição) que a mídia venezuelana estaria fazendo contra Chávez. Sobre a referida reportagem, vejamos o seguinte excerto:

O ex-vice-presidente, José Vicente Rangel, contou-nos que houvera um complô colombiano-estadunidense para infiltrar na Venezuela paramilitares colombianos, inclusive atiradores de elite. O objetivo, afirmou ele, era criar

¹⁴ Precisamente no Brasil, no Estado da Bahia, os simpatizantes de Antônio Carlos Magalhães eram chamados de Carlistas, e sua *política* de Carlismo, designando tudo o que tivesse relação com ele, o ACM.

um estado de emergência nacional: membros do governo e líderes da oposição seriam assassinados, e um lado culparia o outro. **Um plano para matar Chávez**, envolvendo três oficiais graduados do exército, **fora descoberto**. Dois dos aspirantes a assassinos estavam na prisão; o terceiro fugira para Miami. [...] Ele [Chávez] e **seus seguidores** não são vingativos, e o coro da mídia ocidental que retrata seu regime como autoritário passa muito longe do alvo. [...] Fiz um alerta sobre a obsessão com o poder da mídia na conferência. Afinal **Chávez venceu seis eleições** apesar da oposição quase universal da imprensa (Piauí, edição 11, agosto de 2007, p. 34, negritamos).

Apesar de certa associação de Hugo Chávez com o socialismo e com sentimentos como a esperança em oposição ao mal, enfatizando que *ele e seus seguidores não são vingativos*, conforme indicam o título e o trecho acima transcrito, a matéria não consegue promover o apagamento ou silenciamento dos elementos discursivos que vinculam o presidente da Venezuela à tirania. A formulação *um plano para matar Chávez [...] fora descoberto* é atravessada pelo enunciado sobre a Tirania na medida em que evoca o tema da **ameaça que ronda o governo do tirano**, conforme visto nos capítulos que tratam das tragédias de Sófocles e dos aspectos históricos da tirania. Por outro lado, a expressão referencial *seguidores de Chávez* mostra um **caráter personalista** em torno da figura do presidente da Venezuela, pois o termo *seguidores* adequa-se muito mais a um contexto de *fanatismo* [religioso] do que a um de *militância* [política] ou *partidarismo*. Além disso, a formulação *Chávez venceu seis eleições* indica que **permanência de Chávez no governo** ratifica o lugar do tirano, uma vez que este (o tirano) é aquele que não quer largar o poder, que está cego pelo poder.

A revista Piauí, edição 69, de Junho de 2012 (edição *online*), é a segunda das revistas Piauí que tratam de Hugo Chávez. A matéria tem o seguinte título: *O candidato TOCOCHA. Lula inspira Henrique Capriles, o homem que vai enfrentar Chávez nas urnas da Venezuela*. A matéria trata da organização da oposição para enfrentar Hugo Chávez nas urnas nas eleições de outubro de 2012. TOCOCHA é a abreviação utilizada para *Todos Contra Chávez*. A matéria fala sobre o candidato Henrique Capriles, que registrou a sua candidatura à presidência da Venezuela:

Acompanhado de um sorriso, o comentário vinha carregado de ironia e crítica ao discurso e à prática de Hugo Rafael Chávez Frías. **O presidente venezuelano não passa um dia sem atacar os Estados Unidos, a quem só se refere como “o Império”**. [...] Henrique Capriles pretende mudar tanto a relação conflituosa com os Estados Unidos [...]. Para isso, **precisa primeiro derrotar Chávez**, até agora o favorito na disputa pela Presidência do país. As eleições ocorrem no dia 7 de outubro. [...] Capriles, como é chamado, é um político jovem, de 39 anos. Sua família é dona de uma rede de cinemas e de uma distribuidora de alimentos na Venezuela. [...] Pode-se dizer que é um político bem-sucedido. [...] foi escolhido o candidato da Mesa da Unidade

Democrática, a **frente opositora que pretende derrotar Chávez**. [...] tornando-se o candidato TOCOCHA – Todos Contra Chávez –, a alcunha com a qual os insatisfeitos com o **reinado chavista, que já dura catorze anos, se referem à frente de oposição**. [...] O que move o eleitor na direção do candidato da oposição, além do fascínio que exerce sobre as mulheres, é muito mais o **sentimento anti-Chávez** do que o ardor caprilista (Piauí, edição 69, junho de 2012, negritamos).

O fragmento de texto indica a oposição que Capriles faz a Chávez. A matéria critica o seu *discurso* e as *suas práticas*, e diz que Chávez *não passa um dia sem atacar os Estados Unidos, a quem se refere como “o Império”*. O uso de tais expressões mostra que está materializado nestas formulações linguísticas uma posição de sujeito na qual um dos aspectos do **Heroísmo de Chávez consiste em se opor à política dos EUA para a América Latina**, pois uma vez que há um histórico de ditaduras apoiadas pelos EUA na região (e na própria Venezuela) *ser contra os EUA* traz um efeito de sentido de ser a favor de uma *independência econômica e política* do país. Outrossim, quando a matéria diz que *Capriles pretende mudar [...] a relação conflituosa com os Estados Unidos* coloca este político em posição diametralmente oposta a Chávez, o que retoma o aspecto da esfinge edipiana: lutar contra a corrupção, contra as elites Venezuelanas, etc. A formulação *precisa primeiro derrotar Chávez*, indica um efeito de instabilidade política e da insegurança jurídica que estão presentes quando o assunto é o governo de Chávez e sua legitimidade.

A reportagem aborda ainda determinados caracteres de Capriles enquanto candidato: que é um político jovem de 39 anos; que sua família é dona de uma rede de cinemas e de uma distribuidora de alimentos na Venezuela; e que é um político bem sucedido. Do que se lê a respeito, verificamos que nenhum aspecto daqueles relacionados ao *Herói Épico* ou ao *saber autocrático do Tirano* (FOUCAULT, 1969) liga-se a tal político. Por outro lado, nas formulações *a frente opositora que pretende derrotar, Chávez e o reinado chavista, que já dura catorze anos*, encontramos em funcionamento o enunciado de ordem político-jurídico da *Tirania*, na medida em que retoma e atualiza o personalismo e a permanência no poder (a cegueira pelo poder). Também na formulação *o que move o eleitor na direção do candidato da oposição [...] é muito mais o sentimento anti-Chávez do que o ardor caprilista*, vemos presente esse funcionamento, mais enfatizando a oposição a Chávez do que exaltando o Capriles, de quem a matéria destaca apenas que exerce *fascínio sobre as mulheres*. Notamos, pois, o efeito de personalismo e de ódio/rancor/resistência ao governo do atual presidente, como vimos em relação à *Tirania*, do modo como a tratou Aristóteles em *A Política*. Ainda na reportagem, lemos:

Agora, se Chávez morrer ou não tiver condições de participar da campanha, o quadro parece ainda mais nebuloso. Não se sabe qual será o substituto capaz de aglutinar em torno de si os vários grupos que disputam espaço no interior do chavismo. Militares, civis, ideológicos, pragmáticos – o guarda-chuva do poder abriga muitas forças heterogêneas. **Os militares estão divididos entre os institucionalistas e os que defendem o golpe para permanecer no poder mesmo sem o líder. No cenário de implosão do chavismo há quem vislumbre o risco de convulsão social na Venezuela, com várias forças se digladiando.** Mas León não parece apostar nisso: “Chávez será candidato vivo ou morto”, avalia. “Se morto, seu substituto só falará dele, da sua simbologia”, disse. “Por isso, a situação mais confortável para Capriles é concorrer com um Chávez debilitado (Piauí, edição 69, junho de 2012, negritamos).

O trecho acima transcrito destaca a doença de Chávez e mostra como a política da Venezuela estaria vivendo sob uma dependência do seu nome. O emprego do termo *chavismo* faz referência ao personalismo, ao culto da pessoa do líder político. Em *se Chávez morrer ou não tiver condições de participar da campanha o quadro parece ainda mais nebuloso* e que *os militares estão divididos entre os institucionalistas e os que defendem o golpe para permanecer no poder mesmo sem o líder* e, ainda, que *no cenário de implosão do chavismo há quem vislumbre o risco de convulsão social na Venezuela*, encontra-se em funcionamento um enunciado de *Tirania*, onde as questões que se referem a Chávez gravitam em torno do poder: se ele permanece, se vive, se morre, com quem ficará o governo (com os militares, ou com golpistas), se há risco de convulsão social, etc. Mais adiante a matéria continua:

Em seu livro, **El Chavismo como Problema**, o jornalista Teodoro Petkoff, dono do jornal *Tal Cual*, analisa a trajetória e as consequências do chavismo para o país. Ele conta que, quando Chávez venceu em 1998, a Venezuela era um país mergulhado numa crise sem precedentes. [...] a inflação estava em 59% ao ano – quando quase todos os países latino-americanos já haviam conseguido baixar os seus índices para um dígito –, o desemprego batia em 16% e o Produto Interno Bruto no primeiro trimestre caíra 8,9%. Numa população de 24 milhões de habitantes, a pobreza atingia 60%. Desse percentual, metade vivia na pobreza extrema (Piauí, edição 69, junho de 2012, negritamos).

Neste fragmento da reportagem, a menção a um livro intitulado *El Chavismo como Problema* não consegue apagar os caracteres heróicos em torno de Hugo Chávez. Todas as formulações linguísticas que informam sobre as taxas e índices sociais e econômicos na época da primeira eleição de Chávez, em 1998, apontam para um cenário político catastrófico, o que mostra que o nome do referido político teria sido escolhido também em razão disso. Trata-se do drama da *Divina Cantora* edipiana, como mostrou Foucault (1974), em que o tirano é

escolhido pelo saber autocrático que possui para *reerguer a polis*. A reportagem traz outras informações:

A crise internacional dos anos 80 veio cobrar a conta. [...] **Chávez foi eleito com um discurso de recuperação econômica e contra a corrupção.** [...] Arregimentou não só a massa pobre. Setores das classes média e alta votaram nele. Teve o apoio de vários veículos de comunicação e da maioria dos intelectuais. Ele, que surgira na cena política nacional em 1992, após uma malsucedida tentativa de golpe militar, assumia a Presidência do país seis anos depois respaldado pelo voto. Nenhum presidente antes de Chávez teve tantas chances de tirar a Venezuela da crise. Desde que foi eleito até hoje, o preço da gasolina saltou de 10 dólares o barril para mais de 100 dólares. Os ganhos com as exportações de petróleo se multiplicaram. **Mas, quatorze anos depois de sua chegada à Presidência, a maioria dos venezuelanos está longe de viver numa sociedade decente.** O desemprego segue alto – quase 9% da população de 28,7 milhões de habitantes. A informalidade chega a 45% e a inflação média é de 26% ao ano, cinco vezes mais alta do que a brasileira. Indústrias fecharam, a produção agrícola desabou, o país produz metade do aço e do alumínio que produzia quando Chávez chegou ao poder. A dependência da renda do petróleo aumentou. Hoje, 95% das receitas de exportação da Venezuela vêm do petróleo, contra 70% em 1998. Se o preço do óleo despencar, a pátria da revolução bolivariana estará diante de uma gigantesca enrascada. Com a crise mundial de 2008, a Venezuela passou oito trimestres em recessão. O PIB recuou 6,1% no começo de 2009. Só em 2011 a economia voltou a crescer, reflexo da estabilização do preço do petróleo e do significativo aumento do gasto público, e não do crescimento do setor produtivo (Piauí, edição 69, junho de 2012, negritamos).

Nesta passagem, a menção à *crise internacional dos anos 80* relembra os **governos de ditadura latino-americanos apoiados pelos EUA** da segunda metade do século XX. Segundo a matéria, Chávez seria produto político destes acontecimentos (*veio cobrar a conta*), marcando uma posição de sujeito em que *guiou o povo* (demagogia) *contra uma oligarquia venezuelana apoiada, ou a serviço, dos EUA*. Adiante, a matéria tratado aspecto heróico de Chávez em relação à sua eleição: *foi eleito com um discurso de recuperação econômica e contra a corrupção*. Ao fazer alusão ao apoio popular (*arregimentou [...] a massa pobre*) e ao golpe de 04 de fevereiro de 1992, como etapas para chegar ao governo (*após uma malsucedida tentativa de golpe militar, assumia a Presidência do país seis anos depois respaldado pelo voto*), temos a tirania encenada como uma *forma de governo* em que o Demagogo conduz o povo, pela violência e/ou por arдил, a um novo contexto político em que mudanças são exigidas pela população. Ocorre que, mais à frente, as formulações: **quatorze anos depois [...] a maioria dos venezuelanos está longe de viver em uma sociedade decente; o desemprego segue alto; a informalidade chega a 45% e a inflação média é [...] cinco vezes mais alta do que a brasileira; indústrias fecharam, a produção agrícola desabou, o país produz metade do aço e do alumínio**

que produzia *quando Chávez chegou ao poder* (destacamos), materializam um enunciado segundo o qual a permanência de Chávez no poder está levando o país a um colapso financeiro, econômico e social, como a peste edipiana fora analisada por Foucault (1974), quando o Tirano deixa de ser uma solução (um herói, o detentor de um saber eficiente) para ser ele o causador de problemas àpolis por sua recusa em se afastar da posição de mando. Ao mesmo tempo a alusão à extensão do período (*quatorze anos depois*) reforça a idéia de um *excesso de tempo no cargo presidencial*.

A matéria prossegue, desta vez citando trechos do livro do Jornalista Teodoro Petkoff (*El Chavismo como Problema*). No livro, o jornalista relata, segundo Piauí (edição 69, junho de 2012), sua insatisfação com o governo de Hugo Chávez:

“O chavismo reproduz os piores vícios do populismo latino-americano e venezuelano, acompanhados de autoritarismo, do controle autocrático de todos os poderes do Estado e de um forte militarismo”. Segundo ele, o chavismo se equilibra sobre quatro pivôs: as Forças Armadas; as camadas pobres da cidade e do campo; a chamada “boliburguesia”, a burguesia bolivariana, que se aproveita das vantagens da aliança com o regime; a frondosa burocracia do Estado. **“O regime é personalista. O comportamento de Chávez é tipicamente caudilhesco. Ele é o último dessa estirpe, tão latino-americana e tão pernicioso. Personagens que atuam como se não tivessem limite para o seu poder”**, diz Petkoff (Piauí, edição 69, junho de 2012, negritamos).

Neste trecho, vemos a revista dar destaque a duas partes do livro em que o autor trata do governo de Chávez como personalista, pelo uso do termo *chavismo*, e chama atenção para o autoritarismo, o controle autocrático do poder, além do militarismo, remetendo a todos os vícios apontados por Hemon (filho de Creonte e noivo de Antígona) e Tirésias (o adivinho) ao governo tirânico de Creonte na *Antígona* de Sófocles. Adiante, quando a revista comenta que o governo de Chávez se apóia os pobres da cidade e do campo, atualiza aspectos da tirania discutidos por Lima Filho (1999). O autor trata do apoio popular ao Tirano Grego da antiguidade arcaica: “o chefe ao qual a multidão seguia cegamente. A ele, a multidão tudo permitia, desde que trabalhasse em favor dela” (LIMA FILHO, 1999, 52).

Por outro lado, o periódico volta a citar o livro de Petkoff, mencionando que o perfil do governo do atual presidente da Venezuela é personalista e caudilhesco¹⁵. Ao tratar deste

¹⁵Caudilhismo: fenômeno de ordem político-social ligado ao século XIX e a um contexto rural. A palavra caudilho (em espanhol, *caudillo*) refere-se a um líder político-militar no comando de uma força autoritária. Está comumente associada à América Latina do século XIX e início do século XX ou relacionado à época Franquista. Voltaire Schilling, no seu *Os caudilhos no Rio Grande do Sul*, publicado em *Cadernos de História* do Memorial do Rio Grande do Sul, afirma que: *O caudilho exerce um tipo de poder em sentido restrito. Sua dominação localiza-se em um grupo social determinado e pode estar fundamentada no costume ou tradição, na lei, na graça pessoal ou*

personagem histórico (caudilho), a reportagem afirma que Chávez *é o último dessa estirpe, tão latino-americana e tão pernicioso. Personagens que atuam como se não tivessem limite para o seu poder*. Essa formulação discursiviza sobre a Tirania, na medida em que retoma o aspecto do exercício de um poder sem limites, ou seja, do **excesso de poder**, do modo como vimos nos personagens Édipo e Creonte, de Sófocles, quando o primeiro *acaba ficando cego [pelo poder]* e o segundo *louco*, também por causa do poder. Do mesmo modo como Foucault (1974) postula que a metáfora do incesto em *Édipo* é um sinal do **excesso do Tirano**, também em *Antígona* vemos a loucura ser atributo de tal **excesso em relação a Creonte**, quando Antígona lhe diz: *Se te pareço louca, pode ser que seja louca aos olhos de um louco*; e Tirésias lhe fala que: *Os males desta cidade procedem de tua cabeça. [...] A arrogância atrai a loucura*.

Piauí (edição 69, junho de 2012) ainda acrescenta o seguinte sobre Hugo Chávez:

Muitos venezuelanos esperavam que Chávez pudesse fazer a transição para um Estado moderno. [...] A historiadora Margarita López, da Universidad Central de Venezuela, avalia que, depois da vitória sobre a tentativa de golpe da oposição em 2002, Chávez se distanciou da Constituição descentralizadora de 1999, que seu partido havia ajudado a aprovar. “Ele se desviou do projeto de democracia participativa. A Constituição fortalecia as instituições e as organizações”, disse ela. “Agora o Estado as comanda. Elas são um braço do Estado. **Chávez não quer independênciados poderes. O seu projeto de socialismo do século XXI é o mesmo socialismo do século XX, nos moldes soviéticos e cubanos.**” (Piauí, edição 69, junho de 2012, negritamos).

Nesta passagem, vemos a presença do enunciado sobre a Tirania discursivizado em relação ao aspecto da *transição*, através da formulação acima destacada: *muitos venezuelanos esperavam que Chávez pudesse fazer a transição para um Estado moderno*. Esta proposição, analisada junto com: *ele se desviou do projeto de democracia participativa*, autoriza-nos a afirmar que aqueles aspectos históricos abordados anteriormente, com base em Lima Filho (1999), em relação à tirania grega da antiguidade arcaica, enquanto **governo inevitável de transição da Oligarquia para a Democracia**, de alguma forma, são verificados aqui também, quando olhamos para a materialidade linguística dos textos que tratam de Chávez.

Por fim, quando lemos na matéria que Chávez *não quer a independência dos poderes* e que seu projeto de socialismo do século XXI *é o mesmo socialismo do século XX, nos moldes*

carisma. Em geral, o caudilho utiliza, como meios para obter essa dominação, o oportunismo político, militar ou religioso, meios econômicos especiais, qualidades peculiares como valor, audácia, poder de persuasão, inteligência, machismo, etc. e ainda o emprego de uma clientela mais ou menos numerosa que pode ser de diferentes classes e incluir desde grupos de camponeses em busca de proteção e ajuda até familiares e amigos, incluindo aqui relações de compadrio, e também, em alguns casos, a orientação de uma bandeira ou partidarismo político.

soviéticos e cubanos, vemos que o aspecto do socialismo e do comunismo [atribuídos a Chávez] somente são discursivizados na revista do ponto de vista da concentração do poder, do autoritarismo e do comando das instituições e das organizações pelo Estado, o que em nada o coloca num **lugar de democrata ou governante de esquerda**, não obstante a *Piauí*, edição 11, de Agosto de 2007, chame o governo de Chávez de socialismo, quando trata da *dificuldade para definir a retomada socialista na América Latina de Lula, Evo Morales e Chávez*—formulação estampada no título da reportagem que a referida revista produziu sobre a política da Venezuela.

Destarte, do que vimos até agora nos textos de *Caros Amigos* e de *Piauí*, o mesmo Enunciado da *Tiranía* [de Chávez] que identificamos em *Veja* encontra-se também materializado nas páginas destes dois periódicos, considerados, no vulgar, como *de esquerda*, de inclinação política socialista ou comunista¹⁶. Todas as passagens, frases e proposições analisadas apontam para o lugar discursivo da *Tiranía*, que aparece atualizado em relação ao Hugo Chávez, apresentado pela mídia escrita, nos menores detalhes: discussão em torno do poder, permanência no governo, apoio popular, demagogia (orador retirado do meio militar), promulgação de novas leis, saber autocrático, etc. Dentre todos esses pontos de convergência, contudo, um merece destaque e tratamento teórico: **a menção ao governo de Chávez como um governo de transição** [para um *Estado democrático e moderno*], o que vimos de forma mais explícita nas formulações linguísticas estampadas na *Piauí 163* de junho de 2012. Isso se deve, talvez, ao fato de a reportagem de *Piauí* ser a mais detalhada e completa (do ponto de vista dos elementos discursivos) sobre a trajetória política de Chávez.

Fontana (1997), em seu *Cidadãos modernos: discurso e representação política*, escreve sobre os governos democráticos da década de 1980 na América Latina, enfocando o caso da Argentina. A autora chama estes governos de “governos de transição”, por marcarem um momento histórico específico: “um retorno gradual à democracia após longos anos de ditaduras militares” (FONTANA, 1997, p. 17). Nesse sentido, estes países possuem: por um lado, problemas urgentes a serem resolvidos do ponto de vista da ordem jurídico-institucional, relacionados a mecanismos de negociação política que visem a assegurar a estabilidade de tais

¹⁶É O COMPROVA DIVERSOS SÍTIOS DA INTERNET QUE VEICULAM MATÉRIAS, TAIS COMO: “TUDO EM CIMA: REVISTA VEJA: VINTE ANOS A SERVIÇO DA DIREITA ([HTTP://TUDO-EM-CIMA.BLOGSPOT.COM.BR/2011/09/REVISTA-VEJA-VINTE-ANOS-SERVICO-DA.HTML](http://tudo-em-cima.blogspot.com.br/2011/09/revista-veja-vinte-anos-servico-da.html)); “VEJA É UM PARTIDO POLÍTICO DE EXTREMA DIREITA” ([HTTP://WWW.BRASIL247.COM/PT/247/PODER/64007/](http://www.brasil247.com/pt/247/poder/64007/)); E “EMILIANO JOSÉ: “VEJA É UMA USINA DE IDÉIAS DA EXTREMA-DIREITA LATINO-AMERICANA” ([HTTP://WWW.TEIALIVRE.COM.BR/COLABORATIVO/PUBLISH/DIAFONSO/EMILIANO-JOS-VEJA-UMA-USINA-DE-IDEIAS-DA-EXTREMA-DIREITA-LATINO-AMERICANA.SHTML](http://www.teialivre.com.br/colaborativo/publish/diafonso/emiliano-jos-veja-uma-usina-de-ideias-da-extrema-direita-latino-americana.shtml)), DENTRE OUTROS.

governos; e, por outro, necessidade de lidar com sérias questões envolvendo a crise econômica que acompanhou a volta ao sistema democrático.

Nesse sentido, a autora defende que os conceitos de *democracia* e de *modernização* passam a ser apropriados pelo discurso político¹⁷ de uma forma bastante intrigante, como fundamento recíproco um do outro:

O tema da *modernização* não é uma novidade do discurso político dos anos 80. Ele já foi objeto de debate durante diferentes épocas, inclusive durante os anos dos últimos governos militares da região. Entretanto, com a posse dos presidentes eleitos democraticamente, os discursos sobre a modernização sofrem um deslocamento importante: a questão deixa de ser colocada no plano econômico para ser colocada como uma discussão da ordem político-institucional, e até mesmo da ordem cultural. Este deslocamento pode ser entendido como um efeito de sentido produzido pelo cruzamento do *discurso sobre a democracia* com o *discurso sobre a modernização*, ambos determinados pelas restrições temporais impostas pelo *discurso da transição* (FONTANA, 1997, p. 18).

Segundo a autora, esta questão se coloca na cena enunciativa das campanhas eleitorais da década de 1980, como uma relação de interlocução/diálogo do líder com o povo, “na qual o lugar do enunciador aparece representado enunciativamente pela figura do porta-voz, do *mandatário* do povo” (FONTANA, 1997, p. 20). Assim, nas campanhas eleitorais, um líder que se destacasse do grupo a que pertencia, funcionava como um centro visível, um negociador potencial com o poder constituído, colocando-se no meio de uma relação de destinação da palavra em que o povo fala para o líder (povo → líder) e o líder fala para o povo (líder → povo). Para Fontana, seriam estas as direções no discurso político contemporâneo, e, em se tratando das mencionadas campanhas eleitorais, todas as reivindicações da população possuíam um inimigo comum: a ditadura militar.

Ocorre, todavia, que em relação aos chamados *governos de transição*, esta direção sofre uma mudança significativa, quando os candidatos assumem o governo, deixando de ser porta-vozes, e passando a ser eles próprios os destinatários das demandas populares. Mas, como há um sentimento de euforia pela volta da democracia e uma ameaça permanente da volta dos governos militares, criando uma

cena enunciativa na qual é vital manter a representação do líder no governo como porta-voz legítimo da cidadania [...] o inimigo comum aparece identificado não com atores políticos (sujeitos potenciais de enunciação), mas com objetos discursivos, como a *inflação*, *desemprego*, *dívida externa* etc. (FONTANA, 1997, p. 21).

¹⁷ A autora trabalha com os postulados da *Escola Francesa de Análise de Discurso* fundada por Pêcheux.

Certo está que o trabalho de Fontana (1997) tomou como objeto de estudo o caso argentino, contudo, a análise que faz do contexto histórico da saída de governos ditatoriais militares para a Democracia (e que é bastante parecida em todos os países do cone sul) nos permite tecer uma explicação para a atualização (o ressurgimento) do Enunciado de ordem política e jurídica relacionado à *Tirania grega* da antiguidade arcaica, nos dias atuais na Venezuela, quando entra em cena a questão de Hugo Chávez.

Para isso, entretanto, teremos que retornar a Foucault (1969) quando diz que a *análise enunciativa é sempre uma análise histórica que se mantém fora de qualquer interpretação* e que é necessária uma *certa conversão de olhar e de atitude* para poder reconhecer um Enunciado e considerá-lo em si mesmo:

às coisas ditas, não pergunta o que escondem, o que nelas estava dito e o não-dito que involuntariamente recobrem, a abundância de pensamentos, imagens ou fantasmas que as habitam; mas, ao contrário, de que modo existem, o que significa para elas o fato de se terem manifestado, de terem deixado rastros e, talvez, de permanecerem para uma reutilização eventual; o que é para elas o fato de terem aparecido - e nenhuma outra em seu lugar. Desse ponto de vista, não se reconhece nenhum enunciado latente: pois aquilo a que nos dirigimos está na evidência da linguagem efetiva (p. 124).

Deixaremos então de lado, uma noção linear de história. Nem olhar para uma história das continuidades, como se não houvesse processos descontínuos (ou como se todos os acontecimentos estivessem relacionados em termos de causa e efeito), nem para uma história das rupturas apenas, como se a linearidade fosse um mero suporte mudo e sem sentido. Uma combinação entre estas duas perspectivas é o que Foucault postula em seus trabalhos sob o nome de *arqueologia*. A filosofia de Foucault não considera o contínuo como o único dado que deve dar conta de todo o resto, mas, ao contrário, considera que o repetitivo e o ininterrupto constituem um problema tanto quanto as rupturas.

E aos que seriam tentados a criticar a arqueologia a análise privilegiada do descontínuo, a todos os agoráforos da história e do tempo, a todos os que confundem ruptura e irracionalidade, responderei: “Pelo uso que dele vocês fazem, são vocês que desvalorizam o contínuo. Tratam-no como um elemento-suporte a que todo o resto deve ser relacionado; fazem dele a lei primeira, o peso essencial de toda prática discursiva; vocês gostariam que se analisasse qualquer modificação no campo dessa inércia, como se analisa qualquer movimento no campo da gravitação. Mas só lhe deram esse *status* neutralizando-o e lançando-o, no limite exterior do tempo, a uma passividade original. A arqueologia se propõe a inverter essa disposição, ou melhor (já que não se trata de emprestar ao descontínuo o papel atribuído até então à continuidade), fazer atuar o contínuo e

odescontínuo um contra o outro: mostrar como o contínuo é formado segundo as mesmas condições e conforme as mesmas regras que a dispersão; e que entra – nem mais nem menos que as diferenças, as invenções, as novidades ou os desvios – no campo da prática discursiva” (FOUCAULT, 1969, p. 195-196).

Em certa medida, tal conceito de história permite enxergar numa dada época condições específicas propícias ao aparecimento ou mudança de uma dada prática discursiva, permitindo a atualização ou substituição de um Enunciado por outro. No jogo de tais relações, no nível do discurso, e que envolvem o contínuo e descontínuo da história, Foucault, com a sua arqueologia, nos remete a Saussure (1916) das relações sintagmáticas e associativas e da linguística sincrônica e diacrônica. Na descrição de enunciados, Foucault permite afirmar que existem determinadas **condições de existência** para que um enunciado emergja e não outro em seu lugar.

As regras de formação são condições de existência (mas também de coexistência, de manutenção, de modificação e desaparecimento) em uma dada repartição discursiva. [...] A descrição dos enunciados se dirige, segundo uma dimensão de certa forma vertical, às condições de existência dos diferentes conjuntos significantes. Daí um paradoxo: ela não tenta contornar as *performances* verbais para descobrir, atrás delas, ou sob sua superfície aparente, um elemento oculto, um sentido secreto que nelas se esconde, ou que através delas aparece sem dizê-lo; e, entretanto, o enunciado não é imediatamente visível; não se apresenta de forma tão manifesta quanto uma estrutura gramatical ou lógica (FOUCAULT, 1969, p. 43-124).

No jogo destas condições de existência, que também estabelecem as regras de formação dos enunciados, não há espaço para imobilidade de *uma* estrutura social na história. Foucault parece levar a fundo **Heráclito de Éfeso**, quando este afirmava que *o homem não entra no mesmo rio duas vezes*, já que ao entrar pela segunda vez tanto o homem quanto o rio não são mais os mesmos. Logo, o autor d’Arqueologia do Saber decide trabalhar num ponto de equilíbrio entre a mobilidade e imobilidade das *estruturas* sociais no tempo (que não deve pressupor constância, mas sim imprevisibilidade, fluidez e instabilidade – para fugir do fantasma da ciência régia como adverte Pêcheux) a que dá o nome de **Diagrama**. Assim, o diagrama

é o mapa, a cartografia, co-extensiva a todo o campo social. [...] ele ignora toda distinção de forma entre um conteúdo e uma expressão, entre uma formação discursiva e uma formação não-discursiva. [...] todo diagrama é uma multiplicidade espaço-temporal. [...] há tantos diagramas quanto campos sociais na História. Quando Foucault invoca a noção de diagrama, é pensando as nossas sociedades modernas (de disciplina), onde o poder opera um enquadramento de todo o campo [...]. Mas, se consideramos as antigas sociedades (de soberania), vê-se que elas também possuem diagramas [...] É que o diagrama é altamente instável ou fluido, não para de misturar matérias

e funções de modo a constituir mutações. Finalmente, todo diagrama é intersocial, e em devir.[...] improváveis *continuuns*. [...] Toda sociedade tem o seu ou os seus diagramas (DELEUZE, 1986, p. 44-45).

Nesse sentido, os diagramas tendem a corresponder a *épocas*, onde as relações de poder estabelecem lugares de subjetivação que os indivíduos podem ou não ocupar em condições bastante restritas. Daí porque a preocupação de Foucault de concentrar-se em séries bem determinadas, nunca se interessando diretamente pelas sociedades ditas primitivas, conforme Deleuze (1986, p. 45), não podendo assim ficar limitado, na sua análise enunciativa, a uma concepção tradicional de história ou à superfície linguística. Seu interesse é nas “grandes unidades históricas que eles [os enunciados] podem constituir e os métodos que permitem descrevê-los” (FOUCAULT, 1969, p. 130).

Não procedo por dedução linear, mas por círculos concêntricos, e vou ora na direção dos mais exteriores, ora na dos mais interiores:partindo do problema da descontinuidade no discurso e da singularidade do enunciado (tema central), procurei analisar, na periferia, certas formas de grupamentos enigmáticos; mas os princípios de unificação com que me deparei, e que não são nem gramaticais, nem lógicos, nem psicológicos e que, por conseguinte,não podem referir-se nem a frases, nem a proposições, nem a representações, exigiram que eu voltasse para o centro, ao problema do enunciado e que tentasse elucidar o que é preciso entender por enunciado (FOUCAULT, 1969, p. 130).

Considerando, portanto, que a Grécia arcaica possui [pelo menos] um diagrama que lhe é próprio no contexto dos governos de Tirania, como então afirmar que um enunciado de natureza político-jurídica em torno desta forma de governo pudesse aterrissar numa formação social da modernidade, e produzir semelhante efeito de sentido? É precisamente isso que o trabalho de Fontana (1997) poderá nos ajudar a compreender. Se for verdade que a Venezuela saiu de uma época marcada pela Ditadura Militar, após a instalação de Pérez Jiménez no poder até 1958, ano em que foi restabelecida a democracia, para uma sucessão de governos alinhados aos interesses norte-americanos (especialmente no que tange à exploração de petróleo), governos estes marcados por uma piora nos índices sociais e econômicos, culminando com o escândalo de corrupção de Andrés Pérez, então *é possível que a ascensão de Chávez ao poder possa ser discursivamente tomada como uma Tirania moderna (ou em tempos modernos) que garantiria a transição inevitável (como para os Gregos) a uma verdadeira democracia na Venezuela.*

Isso explicaria, igualmente, que a *permanência tirânica* de Chávez no poder estaria ligada a uma justificativa de ordem discursiva em que o povo, que é conduzido ao poder pelo

político e o defende no golpe de estado (ou tentativa de golpe) sofrido em 2002, não o abandona do ponto de vista político e eleitoral em razão da recente euforia de uma nova ordem político-jurídica no país, bem como por temer o retorno dos (permanentemente ameaçadores) governos ditatoriais militares e corruptos, vinculados a uma elite histórica venezuelana e alinhados aos interesses norte-americanos.

Do ponto de vista discursivo, há pelo menos dois indícios que apontam para a validade deste argumento: o primeiro é o de que Chávez não é discursivizado como *corrupto* (embora apareçam formulações em que ele favoreceria politicamente seus amigos, não é discursivizado como tal) e o segundo é que, com a sua eleição em 1998, com o movimento discursivo em que deixa de ser porta-voz do povo (um líder) para se tornar mandatário (destinatário das demandas populares), ao lado de uma crítica aos *governantes corruptos* (inimigo comum), um novo *inimigo comum* aparece nas falas públicas de Chávez e no que é dito sobre ele: o Império, os Estados Unidos da América, o que evoca um sentido de *Tirania* na medida em que, com o *golpe* de 2002, os EUA passam a ser discursivizados como mentores de tal manobra política.

Por outro lado, a narrativa de aspectos biográficos de Chávez não apenas toca no aspecto heróico envolvendo a *Tirania*, o destino desigual do Tirano (altos e baixos), conforme encontramos em Foucault (1974), mas também, como defende Fontana (1997), o legitima na posição de *líder* diante do povo, para que seja seu porta-voz, lute por suas demandas. É assim que, em *Piauí* (edição 69, junho de 2012), vemos Henrique Capriles ser destituído desta condição, na parte em que a matéria o qualifica como opositor de Chávez, numa possível corrida eleitoral pela presidência em outubro de 2012. Além de ser posto em cena como oriundo de uma família “dona de uma rede de cinemas e de uma distribuidora de alimentos na Venezuela”, as formulações linguísticas da matéria destituem Capriles deste lugar discursivo de onde se pode falar como *líder*, como um do povo que se destaca como *porta-voz*. Discursivamente, é exatamente o contrário do que acontece com Hugo Chávez:

Para boa parte dos pobres, Capriles representa tudo o que mais rejeitam: é branco; ricachón, algo como menininho rico; vem da mesma elite que sempre os explorou; é ligado aos partidos tradicionais [...]. Chávez é mestiço, militar e veio das classes populares. E, principalmente, subsidiou os preços dos alimentos, garantindo que elas tenham acesso à comida. O antropólogo venezuelano Fernando Coronil, morto no ano passado, tinha uma explicação para o fenômeno chavista. **Com Chávez, dizia, pela primeira vez os venezuelanos pobres sentiam que o Estado estava olhando por eles. Alguém percebeu, ainda que de forma equivocada, por meio de uma ultrapassada política clientelista, que eles existiam**(Piauí, edição 69, junho de 2012, negritamos).

Além de Fontana (1997), recorremos a Maquiavel, para ampliar ainda mais a compreensão sobre a atualização deste aspecto discursivo da *Tirania* em torno de Hugo Chávez. Em *O Príncipe*, Maquiavel (1532) recorre a uma noção não-linear da história, mas cíclica, para justificar no seu trabalho que o domínio de determinados conhecimentos sobre o passado podem preparar o político para as peripécias do destino. Para o autor florentino, o governo que nasce apenas da *fortuna* é menos sólido do que o do político de *virtù* que usa a *fortuna* (que é neutra) a seu favor para chegar e se manter no poder.

Como pensador renascentista, Maquiavel vai beber da fonte dos antigos, de onde rejeita a tradição idealista de Platão, Aristóteles e Santo Tomás de Aquino. A preocupação de sua obra é o Estado, mas não um Estado ideal. Seu pensamento dá ênfase à *veritàeffetuale* (verdade efetiva das coisas), o que serve para ele de regra metodológica, segundo a qual a realidade deve ser vista e examinada tal como ela é, e não como gostaríamos que ela fosse.

De acordo com Sadek (2006), Maquiavel trata do *poder* que todos sentem, mas não conhecem: “para conhecê-lo é preciso suportar a idéia da incerteza, da contingência, de que nada é estável e que o espaço da política se constitui e é regido por mecanismos distintos dos que norteiam a vida privada” (SADEK, 2006, p. 18).

O passo inicial do mestre florentino é, então, a partir do estudo que faz dos antigos (autores da antiguidade clássica) e da sua prática [de Maquiavel] como político, considerar que existem em todas as partes e em todos os tempos um número de características humanas imutáveis. Daí que o estudo da história, para ele, não se constitui em um exercício de erudição, mas em uma fonte privilegiada de ensinamentos, já que não toma a história como uma sucessão de eventos lineares e em conformidade com os desígnios de Deus:

os homens geralmente são ingratos, volúveis, simuladores, covardes e ambiciosos de dinheiro, e enquanto lhes fizeres bem, todos estão contigo, oferecem-te sangue, bens, vida, filhos, [...] desde que a necessidade esteja longe de ti. Mas, quando ela se avizinha, voltam-se para outra parte. E o príncipe, se confiou plenamente em palavras e não tomou outras precauções está arruinado (MAQUIAVEL, 1532, p. 98).

De certo modo, este também é o pensamento de **Hobbes**, autor de *Leviatã* (1651), para quem o homem natural não é um selvagem, mas o mesmo homem que vive em sociedade. Segundo o pensador inglês, a natureza dos homens não muda conforme o tempo, a história, ou, ainda, a vida social. Como a maioria dos autores do pensamento político clássico e de antes do século XVIII, a história, para Hobbes, não existe enquanto transformação dos homens. Estes não mudam. Como condição do seu tempo, Hobbes e outros “citam os gregos e romanos quando

querem conhecer ou exemplificar algo sobre o homem, mesmo de seu tempo” (RIBEIRO, 2006, p. 54).

Neste particular, a filosofia política de Maquiavel parece dar um pouco mais de substância ao que temos chamado até aqui de **saber autocrático do tirano**, com base em Foucault (1974). Seria a *virtù* do *príncipe* isto que dota o tirano da capacidade de ser o *demagogo*, de conduzir o povo rumo a uma mudança, a uma transição? Temos pelo menos dois motivos para acreditar que, em certa medida, sim.

Primeiro, porque a concepção histórica cíclica de Maquiavel não parece apresentar problemas de ordem epistemológica para se moldar aos postulados teóricos de Foucault (1969) com os quais temos laborado aqui. Nem mesmo ao conceito de *diagrama*, já que pressupõe que a estabilidade/instabilidade política liga-se à existência de ordens, desordens e novas ordens sociais e políticas às quais o *príncipe* tem que se moldar.

A história é cíclica, repete-se indefinidamente, já que não há meios absolutos para “domesticar” a natureza humana. Assim, a ordem sucede à desordem e esta, por sua vez, clama por uma nova ordem. Como, no entanto, é impossível extinguir as paixões e os instintos humanos, o ciclo se repete. O que pode variar – e nesta variação encontra-se o âmago da capacidade criadora humana e, portanto, da política – são os tempos de duração das formas de convívio entre os homens. O poder político tem, pois, uma origem mundana. Nasce da própria “malignidade” que é intrínseca à natureza humana. Além disso, o poder aparece como a *única* possibilidade de enfrentar o conflito, ainda que qualquer forma de “domesticação” seja precária e transitória. Não há garantias de sua permanência. A perversidade das paixões humanas sempre volta a se manifestar, mesmo que tenha permanecido oculta por algum tempo (SADEK, 2006, p. 20).

Segundo, porque esta noção de estabilidade/instabilidade na política apresentada pelo mestre florentino, conforme visto acima, impõe ao *príncipe* de Maquiavel o dever político de, em meio a anarquia (desordem) que se apresenta como situação concreta (*veritàeffettuale*), implantar o seu Principado como ponte que leva à República, esta a que às vezes Maquiavel se reporta como liberdade, regime onde o povo é virtuoso e as instituições são estáveis e contemplam a dinâmica das relações sociais.

A escolha de uma ou de outra forma institucional [o Principado ou a República] não depende de um mero ato de vontade ou de considerações abstratas e idealistas sobre o regime, mas da situação concreta. Assim, quando a nação encontra-se ameaçada de deterioração, quando a corrupção alastrou-se, é necessário um governo forte, que crie e coloque seus instrumentos de poder para inibir a vitalidade das forças desagregadoras e centrífugas (SADEK, 2006, p. 20).

Nesse intento, portanto, de ser o artífice de tal passagem, o *príncipe*, depara-se com a necessidade de possuir a *virtù*, sem a qual não consegue obter os favores da *fortuna*. Aqueles que somente por *fortuna* se tornam príncipes, pouco trabalho têm para isso, porém, se mantêm muito penosamente: é o que acontece quando o Estado é concedido ao príncipe, ou por dinheiro ou por graça de alguém (MAQUIAVEL, 1532, p. 55). Por outro lado,

analisando outro caso, **quando um cidadão, não por suas crueldades ou qualquer intolerável violência, e sim pelo favor dos concidadãos, se torna príncipe de sua pátria** – o que se pode chamar de principado civil (e para chegar a isso não é necessário grandes méritos nem muita sorte, mas antes **uma astúcia feliz**), digo que se chega a esse principado ou pelo favor do povo ou pelo favor dos poderosos (MAQUIAVEL, 1532, p.67).

Maquiavel propõe, pois, a *virtù*, como sinônimo de uma *astúcia feliz*, conforme postulado por Foucault (1974), quando diz que o tirano pode chegar ao poder pela força ou por um ardil, mas nunca sem o suporte dos cidadãos da *polis*, no que converge com Lima Filho (1999). Com efeito, o homem de *virtù* de *O Príncipe* também possui (ou deve possuir) um *modo próprio de ver as coisas* (no que lembra o Édipo) que ele tem e que, nisso, é mais eficiente que os demais:

Para os antigos, a Fortuna não era uma força maligna inexorável. [...] [Mas] uma deusa boa, uma aliada potencial, cuja simpatia era importante atrair. [...] Era imprescindível seduzi-la [...]. Como se tratava de uma deusa que era também mulher, para atrair suas graças era necessário mostrar-se *vir*, um homem de verdadeira virilidade, de inquestionável coragem. Assim, o homem que possuísse *virtù* no mais alto grau seria beneficiado com os presentes da cornucópia da Fortuna (SADEK, 2006, p. 21).

Destarte, a deusa *fortuna* está pronta para ceder aos mais bravos e corajosos, mostrando que **o poder não é neutro**, conforme afirmara Nietzsche no entendimento de Foucault (1974). O *poder cego* para Maquiavel também é apenas um mito. Ele sempre será aberto a influências, nunca fechado, nunca inabalável. O poder continua a distribuir seus bens aos mais *virtuosos*, os que têm sede pelo poder, pela honra e pela glória que ele lhes propicia como tentações oferecidas *por este mundo*, e não por um mundo platônico ou ideal (ou pelo céu cristão seiscentista).

Assim, para Maquiavel, o poder não possui seu lastro na força bruta ou na violência, mas na sabedoria, no uso da força, no seu uso *virtuoso*, uma vez que o governante

não é, pois, simplesmente o mais forte – já que este tem condições de conquistar mas não de se manter no poder –, mas sobretudo o que demonstra possuir *virtù*, sendo assim capaz de manter o domínio adquirido e se não o

amor, pelo menos o respeito dos governados. [...] a qualidade exigida do príncipe que deseja se manter no poder é sobretudo a sabedoria de agir conforme as circunstâncias. Devendo, contudo, *aparentar* possuir as qualidades valorizadas pelos governados. [...] O agir virtuoso é um agir [...] Quer como homem, quer como leão (para amedrontar os lobos), quer como raposa (para conhecer os lobos) (SADEK, 2006, p. 22-23).

Certo está que, para Maquiavel, o príncipe, o governante, não é o que ascende ao poder somente pelo uso da força, pois esta não o manterá lá: ele não é, pois, um ditador. Ele tem ou amor ou o respeito dos governados, e estes o apóiam somente na medida em que esperam dele a transição a uma nova ordem (a superação da desordem), um governo de liberdade, a implantação da república.

É especialmente aqui que Maquiavel, como autor de concepção filosófica *antropocêntrico-renascentista*, nos ajuda a lançar uma luz sobre os limites para o exercício deste saber e deste poder, que se colocam numa relação de interdependência, e que também encontramos no *Édipo* de Sófocles, de acordo com Foucault (1974). O governante somente possui autorização para se *manter no poder a todo custo*, enquanto se mantiver fiel ao propósito de operar uma transição a um novo regime. O maquiavélico “procure, pois, o príncipe, vencer e conservar o Estado” (MAQUIAVEL, 1532, p. 103), apenas faz sentido na medida em que isto seja útil à operação de uma mudança:

O príncipe não é um ditador; é, mais propriamente, um fundador do Estado, um agente da transição numa fase em que a nação se acha ameaçada de decomposição. Quando, ao contrário, a sociedade já encontrou formas de equilíbrio, o poder político cumpriu sua função regeneradora e “educadora”, ela está preparada para a República. Neste regime, que por vezes o pensador florentino chama de liberdade (SADEK, 2006, p. 20-21).

Com estas reflexões acreditamos poder afirmar que o excesso que é discursivizado em relação à *Tirania* de Chávez passa justamente por este limiar em que ele deixa de aparecer nas formulações linguísticas dos textos, vídeos, documentários, reportagens, etc. que versam sobre ele, como um líder, um herói ou um *príncipe*, arauto de uma transformação política na Venezuela, para ser colocado discursivamente no lugar daquele que somente se preocupa em se manter no poder. Isto porque a *demagogia* como instrumento de condução do *demos* (povo), passa a ser instrumento de vaidade e irresponsabilidade, daquele que gosta do poder *simplesmente pelo poder*, conforme **Weber** (1946), ao falar do *político do poder*:

Em última análise, há apenas dois tipos de pecado mortal no campo da política: a falta de objetividade e – com frequência idêntica a ela, mas nem sempre – a irresponsabilidade. Vaidade, a necessidade de **destacar-se**

pessoalmente no primeiro plano da forma mais clara possível, tenta fortemente o político a cometer um desses pecados, ou ambos. Isso ainda é mais exato no caso em que o **demagogo** é obrigado a contar com o “efeito”. Portanto, ele corre freqüentemente o risco de tornar-se **um ator** bem como o de ver com leviandade a responsabilidade das conseqüências de seus atos, passando a interessar-se apenas pela “impressão” que causa. A falta de objetividade tenta-o a lutar pela **aparência atraente do poder**, e não pelo poder real. Sua irresponsabilidade, porém, sugere que **ele gosta do poder simplesmente pelo poder** sem uma finalidade substantiva. [...] O “**político do poder**” pode conseguir efeitos fortes, mas na realidade seu trabalho não leva a parte alguma e não tem sentido (WEBER, 1946, p. 139-140, negritamos).

O autor alemão contextualiza este problema dos **excessos do demagogo** em tempos de *democracia moderna* ao escrever, em pleno século XX, sobre algo que encontramos também em *A Política* de Aristóteles, quando o filósofo tratava da importância da retórica para ser um bom orador, no contexto da Tirania e da Democracia da Grécia antiga. Em *Parlamentarismo e governo numa Alemanha reconstruída*, Weber (1958) dirá precisamente que:

A opinião popular dos *literati* alemães desfaz-se rapidamente da questão concernente ao efeito da democratização: o demagogo ascendente a alta posição, e o demagogo bem sucedido é aquele que mais inescrupuloso se mostra no cortejar as massas. [...] É claro que **a demagogia política pode conduzir a abusos impressionantes**. Pode acontecer que um indivíduo dotado de simples retórica, destituído de intelecto superior e de caráter político, atinja uma posição vigorosa de poder (WEBER, 1958, p. 72-74, negritamos).

Diante do exposto, encontra-se resolvido o problema de ter que justificar, em termos de **condição de existência**, de que modo o Enunciado sobre a *Tirania* aparece atualizado em torno da figura de Hugo Chávez, presidente da Venezuela, num discurso de ordem político-jurídica na contemporaneidade, dando conta de que nos tempos atuais, nesta formação histórica hodierna, conforme um diagrama de modernidade ou modernidade tardia (que muitos chamarão de pós-modernidade), a expressão do poder político em moldes de perpetuação indefinida de um mesmo governante é insustentável.

Höffe(1987), em seu *Justiça Política*, dá-nos testemunho deste aspecto do discurso político e jurídico contemporâneo ao esclarecer que a dominação, neste jogo que há entre *dominação e liberdade*, somente acolhe a dominação política, enquanto conceito impessoal e da ordem de um poder público de coerção, que se expressa através de positividade jurídica, princípio segundo o qual deve-se obediência somente às leis emanadas do Estado.

Os déficits de realidade da justiça natural não legitimam “dominadores natos” a que estão submetidos “súditos natos”. Eles justificam apenas uma renúncia

ao direito de todos os indivíduos em benefício de um universal: a subordinação de todos sob um poder jurídico coletivo. Não são mais os seres humanos que imperam sobre seus semelhantes, mas poderes públicos sobre o arbítrio de pessoas privadas. Pelo fato de a dominação pessoal ser incompatível com a legitimação de dominação apenas subsidiária, deve a dominação legítima dispensar “os tiranos natos”; mesmo para um tirano nato, mas “bom tirano”, não há lugar legítimo. [...] **Contra o bom tirano testemunha o risco de que o poder corrompe e o poder absoluto corrompe absolutamente** (HÖFFE, 1987, p. 395, negritamos).

Note-se que quando Höffe manifesta-se contra o tirano, ainda que *bom tirano*, está problematizando, em última análise, os excessos que podem ser cometidos por um ser humano exposto ao exercício do poder absoluto. Adiante, o autor salienta que, ainda que seja apresentado o argumento de Rousseau ao tema [da utopia do bom tirano], em cuja obra *O contrato Social* referido autor faz exigência de um legislador que *conheça todas as paixões humanas, mas a elas não se subordine*, Höffe objeta que uma tal razão superior (se referindo ao legislador) não possui nenhuma semelhança com a natureza humana: “Ela somente é atribuível a um ser divino, não a seres humanos, que controlam mais ou menos suas paixões, e, contudo, delas jamais se libertam definitivamente” (HÖFFE, 1987, p. 395). Conclui que, mesmo os critérios de Platão para a escolha e educação do rei-filósofo, expostos na República, não conseguiriam suprimir esta condição humana:

um tirano bom, em sentido estrito, a saber, não-corrupível por princípio, não existe entre os seres humanos. [...] A crítica que muitas dominações históricas provocam volta-se ora contra o escândalo da opressão, ora contra a hierarquização principal de seres humanos sobre seus semelhantes e, não raras vezes, contra uma aliança dos dois escândalos. [...] Depois do escândalo da opressão (“servidão”), mostra-se também a dominação pessoal como ilegítima (HÖFFE, 1987, p. 395-396, negritamos).

É este o entendimento de **Locke** (1689-1690 *apud* MELLO, 2006) que nos seus *Dois Tratados sobre o Governo Civil*, quando trata *Da Tirania*, afirma que, assim como a usurpação (espécie de conquista interna em que o usurpador nunca tem o direito a seu favor), a tirania é o **exercício do poder além do direito**, o que não cabe a ninguém. Além disso, ao invés de fazer o bem dos cidadãos, utiliza o **poder que já tem nas mãos** em benefício próprio, para sua vantagem particular. Isso quer dizer que, embora autorizado, o governante **toma como regra não a lei, mas a sua própria vontade**.

Postula Locke, então, semelhantemente a Höffe (1987), que a tirania é uma forma de uso do poder por aquele que se deixou corromper. E sua aparição não se restringe somente às monarquias:

outras formas de governo estão a ela igualmente sujeitas. Pois onde quer que o poder, que é depositado em quaisquer mãos para o governo do povo e a preservação da propriedade, for aplicado para outros fins, e dele se fizer uso para empobrecer, perseguir, ou subjugar o povo às ordens arbitrárias e irregulares dos que o possuem, torna-se realmente tirania, sejam um ou muitos os que assim o utilizem (LOCKE, 1689-1690 *apud* MELLO, 2006, p. 107).

Isso demonstra que, no entendimento do filósofo inglês, a tirania não está necessariamente ligada a usurpação (posse violenta). Há legitimidade jurídica num governo tirânico: *o governante pode ser empossado, segundo as regras de direito*, mas ocorre que, no exercício do poder, **age com excesso**, seja no desvio da sua finalidade [do poder], seja porque substitui a vontade das leis pela sua vontade (ordens arbitrárias).

Com efeito, vemos que em Locke, o conceito de *tirania* ganha ares, muito mais, de característica (de traço característico) do governante do que de *forma de governo* (como entre os gregos), eis porque ele diz que *outras formas de governo estão a ela sujeitas*, como lemos no fragmento anterior. Logo, o limite do governo legítimo é o estrito cumprimento das leis:

Onde quer que a lei termine, a tirania começa, se se transgredir a lei para dano de outrem. E quem quer que em autoridade **exceda o poder** que lhe foi dado pela lei, e faça uso da força que tem sob as suas ordens para levar a cabo sobre o súdito o que a lei não permite, deixa de ser magistrado e, agindo sem autoridade, pode sofrer oposição como qualquer pessoa que invada pela força o direito de outrem (LOCKE, 1689-1690 *apud* MELLO, 2006, p. 108).

Do exposto, vemos que a o conceito de *tirania* vai sofrendo deslocamentos de sentido ao longo da história do pensamento político, o que nos possibilita ratificar, dentro do quadro teórico adotado, o nosso argumento em favor da hipótese central deste trabalho, no sentido de que *há um limiar entre o heróico e o tirânico nos discursos de ordem política e jurídica da contemporaneidade, o que podemos notar na identificação de um Enunciado sobre Hugo Chávez e sua atuação política discursivizada nos mais diversos suportes materiais*. Acontece, contudo, que, para dizer que se trata de uma hipótese confirmada, devemos prosseguir na análise do material, como até agora nos propomos a fazer. Vejamos.

A edição *online* de *Veja*, publicada em 29 de junho de 2012, traz duas notícias no tópico *Internacional*, ambas tratam de Hugo Chávez: uma relacionada ao Paraguai, a outra ao ingresso da Venezuela no Mercosul. A primeira diz que Chávez tentou provocar levante militar para poupar Fernando Lugo, ex-presidente do Paraguai, deposto em 22 de junho de 2012 da presidência do país, através de processo de *impeachment* que durou 24 horas e foi muito questionado em virtude da não concessão de oportunidade de defesa. *Veja* registra que o novo

Presidente, Federico Franco, disse que *responderá à intromissão do chanceler do imperialista Hugo Chávez*. A matéria destaca o seguinte:

A frase de um influente empresário paraguaio durante encontro com o chanceler do Paraguai, José Félix Estigarribia, na quinta-feira, **resume o sentimento vigente em relação à Venezuela até ontem: “Andam por aí falando da nossa democracia quando têm sua própria democracia cheia de problemas”** (*Veja*, 29 de junho de 2012, negritamos).

Na formulação *andam por aí falando da nossa democracia quando têm sua própria democracia cheia de problemas*, vemos que a revista veicula¹⁸ uma crítica à forma de governo da Venezuela, pois a mesma é caracterizada como *cheia de problemas*. A defesa do processo que afastou Fernando Lugo, *democrático*, no que o periódico diz ser o posicionamento de Estigarribia, veio em forma de ataque ao país do qual Chávez é presidente. Na proposição analisada, a Venezuela [de Chávez] não seria um país democrático, uma vez que extraímos daí que *uma democracia cheia de problemas não pode/poderia ser considerada uma democracia de fato*. A adjetivação da *democracia venezuelana* como fora feita remete a uma posição de sujeito segundo a qual *o governo de Chávez se propõe a obedecer a uma forma democrática, mas não atinge tal fim*.

A segunda matéria, também de 29 de junho de 2012, possui como chamada a seguinte formulação *Chávez considera entrada da Venezuela no Mercosul uma derrota ao imperialismo*. A reportagem comenta a entrada da Venezuela num bloco econômico regional da América Latina, que somente se deu com o afastamento do Paraguai (contrário ao ingresso venezuelano), como forma de retaliação política dos governos do Brasil, Argentina e Uruguai, por seus respectivos presidentes, à forma como se deu o *impeachment* que destituiu Fernando Lugo da presidência do país. Nesta matéria, *Veja* ressalta uma fala atribuída a Hugo Chávez:

Chávez considerou esta data como [...] ‘uma lição de ética’, ‘de política verdadeira para esses enclaves autoritários que ainda restam em várias partes da América Latina e do Caribe’. **‘Isso é uma derrota para o imperialismo, é uma derrota para essas burguesias lacaias, incluindo a burguesia venezuelana também conectada com aquela burguesia paraguaia que fez todo o possível para impedir o ingresso da Venezuela ao Mercosul’** [...] A incorporação venezuelana será possível pela suspensão temporária do Paraguai até a realização de novas eleições, previstas para o próximo ano no país, após o julgamento político que destituiu Fernando Lugo na semana passada (*Veja*, 29 de junho de 2012, negritamos).

¹⁸ No sentido, não de autoria, mas de por em cena, em circulação.

Nas formulações linguísticas que a revista atribui a uma fala de Hugo Chávez (parte negritada acima), verificamos uma posição de sujeito em relação a qual a política que se faz na Venezuela, bem como que a prestigia e a reconhece, é ética e verdadeira. Por outro lado, em relação a esta mesma posição, a política da Venezuela [de Chávez] é a que supera uma burguesia vinculada ao imperialismo norte-americano, o que remete ao papel da *tirania* (ou do tirano) de conduzir o país a uma nova ordem política e econômica. Já no que se refere à menção a *enclaves autoritários da América Latina e Caribe*, o que é discursivizado é o aspecto da **ameaça ao poder**, na medida em que coloca em cena o risco, sempre presente da volta às Ditaduras [apoiadas pelos EUA], o que faz de Chávez o *líder* e o *herói* de um movimento e afasta, portanto, a possibilidade desse retorno vir a acontecer. Novamente, temos o Enunciado da *tirania* sendo repetido.

O Portal Terra, em 27 de junho de 2012, também veiculou uma notícia em que uma fala atribuída a Chávez mencionava *uma derrota ao imperialismo*, quando comentou a entrada da Venezuela no Mercosul. O mesmo ocorreu com o Portal G1, de 29 de junho de 2012, onde a sintética proposição *Para venezuelano, foi “derrota do imperialismo e das burguesias”* põe em cena os mesmos aspectos já discutidos. O sítio da internet *YAHOO!Notícias*, entretanto, publicou em 29 junho 2012, algo diferente em acréscimo ao conteúdo das formulações anteriores:

A suspensão do Paraguai do Mercosul pela destituição do presidente Lugo permitiu que Argentina, Brasil e Uruguai decidissem pela entrada da Venezuela no bloco. A presidente **Dilma Rousseff disse que espera que as eleições paraguaias sejam “democráticas, livres e justas”** (YAHOO! Notícias, 29 de junho de 2012, negritamos).

No trecho acima transcrito, colhe-se da fala atribuída a Dilma Rousseff, presidente do Brasil, votos (um desejo publicamente manifestado) de que as eleições paraguaias (pós-destituição de Fernando Lugo através do processo de *impeachment* já comentado) sejam *democráticas, livres e justas*. A formulação, apresentada no contexto de uma matéria que noticia a entrada da Venezuela no Mercosul, permite relacionar as formas de governo de Paraguai e da Venezuela. Neste jogo de oposição, contudo, a proposição não se reporta à condução do governo, senão às eleições, que se espera sejam *democráticas, livres e justas*. Daí poder-se questionar acerca da situação política da Venezuela, apreciada do ponto de vista discursivo: **eleições democráticas implicam em democracia?**

No caso da observação, acima citada, que se atribuiu a presidente Dilma Rousseff, a referência a eleições democráticas em relação ao Paraguai é indicativo de que a mesma pode

ter julgado o *impeachment* de Lugo algo não-democrático, por um critério de comparação e analogia. O ponto central deste questionamento, porém, problematiza o uso da expressão *eleições democráticas* ao invés de *democracia* somente, e traz à tona a necessidade de se discutir o teor do novo texto constitucional venezuelano, aprovado em 1999 por referendo popular, para trabalhar estas palavras que se articulam com sentidos tão diferentes: *eleições democráticas* e *democracia*.

3.2 OS TEXTOS CONSTITUCIONAIS VENEZUELANOS

A **Constituição da República da Venezuela**, de 23 de janeiro de 1961, previa, em seu artigo 135, a duração de 05 (cinco) anos para os mandatos do Poder Nacional, incluindo-se o do Presidente da República, salvo futura *disposição especial* da própria Constituição que revogasse tal regra. Logo, haveria a possibilidade de se alterar o período determinado pelo texto constitucional, para mais ou para menos, por meio de emenda ao texto original. A hipótese de reeleição (ou reeleições), todavia, não era prevista em lei: *Artículo 135. Los períodos constitucionales del Poder Nacional durarán cinco años, salvo disposición especial de esta Constitución.*

Chávez fora eleito Presidente da Venezuela segundo este critério, porém, convocou uma Assembléia Constituinte para que produzisse uma nova Constituição, referendado pela população que, em 25 de abril de 1999, manifestou-se [com aproximadamente 70% dos votos] favorável à convocação. O novo texto foi igualmente submetido a referendo popular em 1999, tendo sido aprovado por ampla maioria. A **Constituição da República Bolivariana da Venezuela**, de 20 de dezembro de 1999, passou a estabelecer, então, uma nova duração para o mandato do chefe do poder executivo do país, qual seja 06 (seis) anos, sem que o (a) Presidente pudesse ser reeleito mais de uma vez ao fim do primeiro mandato. Assim, após a reeleição para um novo período de 06 (anos), totalizando 12 (doze), o ocupante do cargo deixaria de concorrer novamente à função presidencial, a teor do artigo 230, a seguir: *Artículo 230. El período presidencial es de seis años. El Presidente o Presidenta de la República puede ser reelegido oreelegida, de inmediato y por una sola vez, para un nuevo período.*

Em razão da nova ordem constitucional, novas eleições presidenciais foram realizadas na Venezuela em 30 de julho de 2000 e Hugo Chávez foi reeleito com 59,7% dos votos. No ano de 2002, um golpe de estado (ou tentativa de golpe) afasta Chávez da presidência, que logo é reconduzido ao cargo, por ausência de respaldo popular aos golpistas. No final de 2003, assinaturas foram recolhidas com o propósito de convocar uma consulta popular na qual os

venezuelanos deveriam se pronunciar sobre a permanência ou não do presidente, mas o referendo (ocorrido em 15 de agosto de 2004) terminou com 58,5% dos votantes contra o seu afastamento. Passados 06 (seis) anos da eleição de 30 de julho de 2000, Chávez se reelege com 62,9% dos votos, derrotando Manuel Rosales (36,9%), para um novo mandato presidencial de igual extensão.

Antes, porém, que este segundo mandato, em conformidade com o limite legal, chegasse ao fim dos 12 (doze) previstos, uma emenda constitucional, a *Enmienda N° 1 de La Constitución de la República Bolivariana de Venezuela* (19/02/2009), altera a redação do artigo 230, para suprimir a parte final que autoriza a reeleição sucessiva por apenas uma vez. A nova redação, assim, passa a ser: *Artículo 230. El período presidencial es de seis años. El Presidente o Presidenta de la República puede ser reelegido o reelegida.* Com tais mudanças, **aquele que estiver investido na função de Presidente poderá se reeleger, querendo, indefinidas vezes, o que permitiu a Chávez formalizar já para as eleições presidenciais de 2012 o registro de uma nova candidatura.**

Esta alteração contrasta com a condição de outros países ocidentais, sobretudo da América Latina, como é o caso de Argentina e do Brasil, que trazemos para uma comparação. A Constituição da Nação Argentina (*Constitución de la Nación Argentina*) foi aprovada por uma Assembléia Constituinte reunida na Cidade de Santa Fé, capital de uma província homônima, no ano de 1853. Face à alteração sofrida através da Reforma de 1994, o artigo 90, que dispunha sobre a duração do mandato presidencial, passou a adotar a reeleição consecutiva por apenas um período, após o primeiro mandato de 04 (quatro) anos.

A observação, contudo, vale para Presidente e Vice-Presidente de modo que haja alternância de composição nestes dois cargos no período total acima declinado, qual seja de 08 (oito) anos. A Seção Segunda (*Del Poder Ejecutivo*), em seu Capítulo Primeiro (*De su naturaleza y duración*) estipula que:

Art. 90. El presidente y vicepresidente duran en sus funciones el término de cuatro años y podrán ser reelegidos o sucederse recíprocamente por un solo período consecutivo. Si han sido reelectos o se han sucedido recíprocamente no pueden ser elegidos para ninguno de ambos cargos, sino con el intervalo de un período.

Assim como na Argentina, a **Constituição da República Federativa do Brasil**, promulgada em 1988, foi alterada para modificar o período original do mandato do presidente da república. Inicialmente, o art. 82 dispunha que o mandato do Presidente da República seria de 05 (cinco) anos, vedada a reeleição para o período subsequente. Com a reforma instituída

pela Emenda Constitucional de Revisão Nº 5, de 1994, o mandato foi reduzido para 04 (quatro) anos, ao passo que a nova redação dada pela Emenda Constitucional Nº 16, de 1997, suprimiu do texto a proibição à reeleição para o período subsequente.

Esta mesma medida em nada se diferenciaria da alteração no texto constitucional venezuelano ora em questão, não fosse pelo novo conteúdo que a mesma Emenda Constitucional Nº 16/97 deu ao § 5º do art. 14. O texto original que dizia: *são inelegíveis para os mesmos cargos, no período subsequente, o Presidente da República [...] e quem os houver sucedido ou substituído nos seis meses anteriores ao pleito*, passou a ter a seguinte redação:

Art. 14. §5º. O Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos e quem os houver sucedido ou substituído no curso dos mandatos poderão ser reeleitos para um único período subsequente.

Destarte, a exceção do mandato presidencial venezuelano de 06 (seis) anos, passível de prorrogação por reeleições indefinidas/ilimitadas de um mesmo candidato, coloca em xeque o *valor de democracia* do aspecto da sucessão do governante, materializando um discurso de manutenção no poder, que não fora admitido no contexto social, político e jurídico de outras nações latino americanas.

Na fala atribuída a Dilma Rousseff, acima, a formulação *espera que as eleições paraguaias sejam democráticas, livres e justas*, não entra no mérito da forma de governo do Paraguai, mas questiona o processo eleitoral do referido país, pois espera que **as eleições** sejam *democráticas*. O mesmo, no entanto, não se vê no entrecruzamento da materialidade linguística analisada até aqui [em torno de Chávez] e as alterações que, no período do seu governo, se operaram na legislação de índole constitucional na Venezuela.

Embora tenha sido eleito democraticamente (nos anos de 1998, 2000 e 2006, já com candidatura registrada para 2012) e tenha submetido a nova Constituição venezuelana (de 1999) e as demais alterações no texto constitucional a referendos populares, o aspecto da *tiranía* não se apaga em relação a Chávez. O fato de seu governo ser juridicamente legítimo, do ponto de vista de um positivismo jurídico kelseniano (de acordo com as leis), não altera o que está no nível do discurso, pelo que o aspecto da substituição das leis da *polis* por *novas leis, pelas leis do tirano ou por sua vontade* (conforme vimos em Édipo e na Antígona) acaba sendo atualizado em relação à política de Chávez.

Nesse sentido, vale lembrar que o trabalho de Hans Kelsen (1934), postulava um conceito de *justiça* igual ao de *validade da norma* (lei válida), em que esta poderia ser verificada na correspondência vertical de uma norma jurídica inferior com uma norma jurídica superior,

seja porque o conteúdo é compatível (validade material), seja porque foi produzida por um órgão competente, dentro do procedimento previamente estabelecido pela normatividade jurídica superior (validade formal), conforme Soares (2009, p. 32), de acordo com dois princípios: o estático-material e o dinâmico processual.

O fundamento de validade de uma norma apenas pode ser o fundamento de validade de uma outra norma [...] figurativamente designada como norma superior [...]. A norma afirmada na premissa maior [...] cujo fundamento de validade está em questão, provêm de uma autoridade, quer dizer, de alguém que tem capacidade, ou seja, competência para estabelecer normas válidas. [...] Apenas uma autoridade competente pode estabelecer normas válidas [...]. Todas as normas cuja validade pode ser reconduzida a uma mesma norma fundamental formam um sistema de normas, uma ordem normativa (KELSEN, 1934, p. 215-216).

Deste modo, apesar de juridicamente fundada, as sucessivas reeleições de Hugo Chávez não fazem desaparecer o *excesso* constatado no *acontecimento discursivo* (FOUCAULT, 1969) que encerra a constituição venezuelana de 1999, pois, se é como afirma Lima Filho, ao *tirano* a multidão segue cegamente, a ele tudo permitia, desde que trabalhasse em favor dela (LIMA FILHO, 1999, p. 52). Ao lado disso, mudanças [como a introduzida na materialidade da formulação linguística do artigo 230] remontam a Locke, para quem *o poder não precisa ser necessariamente usurpado para que haja tirania*. Depositado o poder em quaisquer mãos, toda vez que for aplicado para outro fim ou em excesso (abuso de poder), estaremos diante de um governo tirânico, sejam um ou muitos os que assim o utilizem.

Com efeito, o próprio discurso jurídico contemporâneo (ou *moderno tardio*) discute a possibilidade da lei limitar a liberdade mais do que promovê-la, de sorte que as concepções mais positivistas do direito têm sofrido duras críticas quando, segundo algumas interpretações, ofereceram sustentação teórica aos regimes totalitários do século passado, sob o véu da legalidade, na forma de ordenamentos jurídicos *estritamente legalistas*. Para muitos juristas contemporâneos, o positivismo legalista desemboca numa ideologia conservadora que

identifica a legalidade com o valor-fim da justiça, em face da crença na divindade do legislador [...]. Por sua vez, o positivismo lógico da Teoria Pura do Direito abdica o tratamento racional do problema da justiça, ao afastar quaisquer considerações fáticas e, sobretudo, valorativas do plano do [Direito] [...]. A busca do direito justo passa a depender das inclinações político-ideológicas de cada indivíduo [...]. Isso propiciou ao longo da história do ocidente, experiências sociais muitas vezes trágicas, a exemplo dos arbítrios cometidos pelos regimes totalitários do século XX, sob o manto da legalidade (SOARES, 2009, p. 137).

Evidentemente que não queremos nos desviar do foco da nossa análise, nem incorrer no equívoco de afirmar algo sobre os *fatos*, se o que estamos investigando são enunciados e discursos. Nesse sentido, vale lembrar Nietzsche, para quem *o que não há são fatos, mas interpretações morais dos fatos*. Entendemos que o ponto de vista do discurso introduz um elemento de ceticismo ao qual o analista deve se apegar para nunca falar da *realidade*, mas dos sentidos que significam esta realidade (ou realidades). Não nos esqueçamos de Foucault (1969), quando afirma que os discursos preexistem ao indivíduo: *o sujeito enquanto posição é um lugar a ser ocupado por aqueles que satisfaçam determinadas condições, dentro de uma ordem do discurso. Lembremo-nos dele quando afirma que são os enunciados que dão sentido às frases, para entender que estamos falando não de Chávez (análise política ou jurídica dele), mas dos discursos de ordem política e jurídica que são ativados para falar sobre ele, e a que ele próprio, por vezes, dá voz ao falar sobre si, como temos demonstrado.*

3.3 RETORNO AOS DEMAIS TEXTOS

Continuando com a análise do *corpus*, voltamos a nossa atenção ao sítio do Portal Terra na internet, que, em 11 de junho de 2012, em uma matéria intitulada *Chávez oficializa candidatura em Caracas*, publicou que:

Em seu caminho pelas ruas de Caracas, seus admiradores o esperavam com bandeiras, cartazes e música. O presidente tentou agradecer os presentes, que **não o viam em um ato em massa desde 13 de abril, no 10º aniversário do golpe de Estado que o tirou brevemente do poder em 2002**. Nesse dia, Chávez, 57 anos, apareceu junto a seus seguidores no Balcão do Povo em um ato fechado no palácio de governo. **No poder desde 1999 e convalescente de um câncer diagnosticado há um ano, Chávez foi obrigado a diminuir seu ritmo de atividades. Em 7 de outubro, os venezuelanos decidirão entre um novo mandato de seis anos do presidente** ou se preferem a Capriles, um advogado de 39 anos (Portal Terra, 11 de junho de 2012).

A matéria se refere àqueles que esperavam por Chávez não como eleitores, mas admiradores ou seguidores, afirmando que a resposta do referido político teria se dado em forma de agrado (*agradecer os presentes*). O seu afastamento da vida pública, em decorrência de um câncer, é apresentado não como não *aparecimento público*, em *atos em massa*, já que foi *obrigado a diminuir seu ritmo de atividades*. Uma menção ao 10º aniversário do golpe de Estado que teria **tirado brevemente o presidente do poder em 2002**, coloca a discussão em termos de manutenção e permanência no poder. Por fim, ao enfatizar que Chávez está no poder desde 1999 (aspecto temporal) e que, ainda que esteja *convalescente de um câncer*, irá concorrer

a um *novo mandato de seis anos* contra Capriles, notamos que nas formulações linguísticas acima, o Enunciado relacionado à tirania continua presente e a ser repetido quando o assunto é o atual presidente da Venezuela.

Ainda no que tange ao Portal Terra, o *site* publicou na internet, no dia 27 de junho de 2012, a notícia de que Chávez teria dito que “quem não é chavista não é venezuelano”, mostrando, com a veiculação de tal termo ou expressão: *chavista*, que há uma posição de sujeito em relação a qual há um culto personalista em torno da figura do presidente.

Finalmente, o Portal Terra também veiculou, em 11 de junho de 2012, uma série de fotografias que ilustram o registro da candidatura feita por Chávez às eleições do ano de 2012. Abaixo de cada imagem, um pequeno texto descreve ou comenta as cenas:

Foto 1 de 6: O presidente venezuelano, Hugo Chávez, exhibe o registro de candidatura às eleições de 2012: oficialização festiva da busca pelo **quarto mandato**. Foto 2 de 6: **Apesar das incertezas da saúde de Chávez, que há mais de ano luta contra um câncer, ele e seu PSUV trataram de marcar a data da oficialização da candidatura com um comício por Caracas**. Foto 3 de 6: Com uma boina vermelha e roupa do tricolor nacional, Chávez partiu do Palácio de Miraflores até a sede do Conselho Nacional Eleitoral (CNE), cerca de dez quadras de distância, em um caminhão com as cores amarelo, vermelho e azul e a frase: "Chávez, coração da pátria". Foto 4 de 6: Um dia depois de seu rival, o único candidato da oposição, Henrique Capriles, ter formalizado sua candidatura com o apoio de seus seguidores numa passeata por dez quilômetros a pé, hoje foi a vez do presidente. **Chávez tentará sua terceira reeleição em outubro**. Foto 5 de 6: Em seu caminho pelas ruas de Caracas, seus admiradores o esperavam com bandeiras, cartazes e música. O presidente tentou agradar os presentes, que não o viam em um ato em massa desde 13 de abril, no 10º aniversário do golpe de Estado que o tirou brevemente do poder em 2002. Nesse dia, Chávez, de 57 anos, apareceu junto a seus seguidores no Balcão do Povo em um ato fechado no palácio de governo. Foto 06 de 06: **No poder desde 1999 e convescente de um câncer diagnosticado há um ano**, Chávez foi obrigado a diminuir seu ritmo de atividades (Portal Terra, 11 de junho de 2012).

Nos trechos acima transcritos, vemos que a *busca* de Chávez pelo *quarto mandato* nas eleições de 2012 (foto 1) é enfatizada como quadro de necessidade de permanência no poder. A seguir (foto 2), o tema da sua doença, do seu câncer, é retomado para mostrar que nem esta grave enfermidade conseguiu afastá-lo da corrida presidencial de 2012. Na descrição de um caminhão onde o político desfila (foto 3), a menção à frase *Chávez, coração da pátria*, chama atenção para o personalismo em torno do nome do presidente. O emprego do termo *seguidores* (foto 4) para se referir aos simpatizantes políticos de Capriles e de Chávez desloca o tema da campanha da ordem do eleitoral para o pessoal, remetendo ao fanatismo religioso. A formulação *Chávez tentará sua terceira reeleição em outubro* (foto 4) também dá ênfase à

questão da permanência no poder. A referência ao ato público diante da população de Caracas, como uma forma de *tentar agradar os presentes, seguidores e admiradores* (foto 5), coloca em cena um aspecto personalista e clientelista em torno da persuasão com vistas às eleições, lembrando o que Weber (1946; 1958), acima citado, afirma sobre a *demagogia*. Por fim, no fragmento *no poder desde 1999 e convalescente de um câncer diagnosticado há um ano* vemos presente, novamente, o aspecto da permanência no poder, que ganha ares de excesso quando a doença é utilizada para marcar uma fixação [desequilibrada] em torno da sua manutenção no governo. Em todas as formulações, é o Enunciado sobre a *tiranía* que mais uma vez aparece repetido e atualizado.

O Portal G1 publicou em 11 de junho de 2012, na internet, uma matéria, intitulada *Chávez oficializa candidatura e promete respeitar resultado das urnas. Presidente, que trata câncer, oficializou candidatura no último dia de prazo*. O texto da matéria diz o seguinte:

O presidente da Venezuela, Hugo Chávez, formalizou nesta segunda-feira (11) sua candidatura às eleições presidenciais de 7 de outubro, no último dia de prazo, **afastando rumores de que poderia não concorrer à reeleição devido a seu estado de saúde, abalado por um câncer descoberto no ano passado**. O mandatário entregou pessoalmente os documentos que oficializam a inscrição como candidato à reeleição e **se comprometeu diante de seguidores “a reconhecer os resultados das próximas eleições”**. “Venho cumprir a lei e me comprometo e comprometo meus seguidores a apoiar todas as ações deste árbitro, me comprometo perante a Venezuela e o mundo a reconhecer os resultados das eleições de 7 de outubro”, disse (Portal G1, 11 de junho de 2012).

Na passagem transcrita, a reportagem afirma que, apesar de estar *abalado por um câncer*, o presidente Hugo Chávez teria formalizado a sua candidatura, afastando rumores de que *devido ao seu estado de saúde* não iria concorrer. Aqui, o fato de Chávez estar se candidatando novamente, apesar do câncer, aparece como indicativo de que sua sede pelo poder é tão grande quanto a sua necessidade de se curar para viver. Neste jogo de formulações, o valor *poder* aparece equiparado aos valores *vida e saúde*, causando o efeito de sentido de que o poder representa a vida de Chávez ou de que fora dele [poder] ou sem ele, a própria vida do político (com ou sem saúde) não teria sentido, objetivo, finalidade.

Adiante, a notícia mostra que Chávez teria feito o compromisso de *reconhecer os resultados das próximas eleições*, impondo esta mesma postura aos seus *seguidores*. Nesta formulação, quando destaca que Chávez disse que irá reconhecer o resultado, as formulações não destoam muito daquelas primeiras analisadas nesta pesquisa (conforme vimos nos periódicos *Caros Amigos* e *Piauí*), já que quando trata do reconhecimento do resultado eleitoral, a notícia sob análise coloca em cena a instabilidade político-jurídica que envolve a tirania,

conforme Lima Filho (1999), bem como a ameaça de que trata Foucault (1974) em relação ao *Édipo*.

O sítio na internet da BBC Brasil, em 11 de junho de 2012, também traz uma reportagem que trata de Chávez. Desta vez o título é *Chávez desafia câncer e formaliza candidatura à reeleição*:

Desafiando o câncer, o presidente da Venezuela, Hugo Chávez, oficializou nesta segunda-feira sua candidatura à reeleição, defendendo que sua vitória será a garantia de “futuro” e “independência” para a Venezuela, **contra a candidatura do “imperialismo”** encabeçada, segundo ele, pela oposição. [...] Para o analista político Modesto Emílio Guerrero, o “dilema” venezuelano não será a curto, e sim a médio prazo, a partir do mandato 2013-2019. **Se for reeleito e o câncer não o deixar governar, Chávez teria de convocar novas eleições**, caso a ruptura ocorresse antes da metade do mandato. **Esse cenário obrigaria uma transição no chavismo e, ao mesmo tempo, renovaria as esperanças da oposição de retomar o poder**(Portal Terra, 11 de junho de 2012).

No fragmento transcrito, vemos que o câncer, enquanto desafio, não impediu Chávez de se candidatar à presidência para o mandato entre os anos de 2013-2019. Ao lado disso, vemos-lo postular a sua eleição para continuar a fazer frente à oposição e ao *imperialismo*[norte-americano], como um arauto da *independência*, reivindicando uma condição de herói similar à que vemos no *Édipo* analisado por Foucault. Nas formulações *se for reeleito e o câncer não o deixar governar* e *esse cenário obrigaria uma transição no chavismo e, ao mesmo tempo, renovaria as esperanças da oposição de retomar o poder*, vemos, a um só tempo: a discussão **em torno do poder** (*retomada* pela oposição), o culto ao **personalismo** (uso do termo *chavismo*), a tentativa de **reeleição apesar do câncer** (sede pelo poder, poder como sentido de vida); e um excesso/**fixação pelo poder** que remonta ao Creonte da *Antígona*, quando Tirésias o admoesta (*Senhores Tebanos, chegamos pelo mesmo caminho, guiados pelo olho de um só. [...] Os males desta cidade procedem de tua cabeça. [...] A arrogância atrai a loucura*), pois ainda com o risco de morte por câncer, o que levaria a uma desestabilização política do país [segundo o *site*], Chávez não volta atrás, não cede, não dá espaço para o nome de outro político surgir, despontar, no cenário venezuelano.

Fizemos referência à admoestação de Tirésias (*Antígona*), assim como fazemos referência à peste edípica que tinha a sua origem na postura de *Édipo*, outrora salvador, outrora herói. A matéria coloca que Chávez imporia uma transição política difícil à sua *polis*, se o câncer o impedir de governar (ou mesmo se o matar) e novas eleições tiverem que ser convocadas. Dito desta forma, a reportagem põe em cena **não o amor pela polis**, mas o

desamor, ou, no mínimo, a indiferença de um *tirânico: julgar possuir a polis*. Nestas formulações, Chávez aparece como detentor de um *excesso de saber* (saber autocrático, mais eficiente que o dos demais) que o faz acreditar que ninguém mais conseguiria fazer o que ele faz, resolver o que ele resolve.

No limite, a proposição *esse cenário obrigaria uma transição no chavismo*, remete ao que seria um caráter totalmente excepcional no governo de Chávez em relação à estabilidade esperada de uma democracia: sintetiza a marca pessoal de um governante (Chávez) numa forma de governo (chavismo). Ao mesmo tempo em que reforça o aspecto da **vontade do governante** acima das demais normas políticas ou jurídicas do país (da *polis*), confronta o seu governo com formas ditas democráticas de se conduzir a sucessão presidencial. Nesta passagem, nota-se que há um temor [pelo menos uma expectativa] em torno da possível (necessária?) substituição de Chávez na função presidencial. É o que o emprego do termo *obrigaria* permite ler, no contexto em que fora usado, já que a palavra *chavismo* está sendo empregada no sentido da *identificação de um homem* com o governo que ele exerce, o cargo que ele ocupa. Chávez não *é o representante [do povo] no poder, mas o próprio poder*.

Em FOLHA.COM (Folha de São Paulo no Portal UOL), a matéria, veiculada em 14 de janeiro de 2012, que tem como título *Chávez diz que respeitará resultado eleitoral se perder*, noticiou o seguinte:

O presidente da Venezuela, Hugo Chávez, disse nesta sexta-feira (13) que se um candidato da oposição vencer a eleição presidencial deste ano, **ele será o primeiro a reconhecer a vitória do rival e entregar o poder. Os críticos mais extremos do controverso líder socialista sul-americano sugerem que ele poderá se recusar a aceitar os resultados se perder o pleito** de 7 de outubro (FOLHA.COM, 14 de janeiro de 2012).

Vemos novamente discursivizado o aspecto da tirania, no que tange à discussão em torno do poder, de sua manutenção ou de *sua entrega*, como diz literalmente o *site*, falando de uma eventual transição para outro presidente que não Chávez. Apesar de registrar o que seria uma fala de Chávez no sentido de que *reconhecerá a vitória do rival*, caso perca as eleições de 2012, o emprego da expressão *controverso líder socialista sul-americano* (para referir o político), associado ao destaque para a impressão dos *críticos mais extremados*, ou seja, de que *há um risco de Chávez não aceitar os resultados caso perca*, traz à tona novamente a discussão em torno da insegurança jurídica e o *clima* de constantes ameaças políticas que rondam o governo do *tirano*, como vimos na *Antígona* de Sófocles e em Aristóteles (A política), citados nas páginas anteriores.

O dado de que Chávez se comprometeu a aceitar a vitória da oposição ou de que o temor de que ele não entregue o poder parta de *críticos mais extremos* não apaga os elementos constitutivos de um Enunciado em torno da tirania quando se trata deste político, sobretudo porque o próprio *site* que se refere a ele como **controverso líder**, indicando que o uso combinado que fazemos do trabalho de Fontana (1997) e de Foucault (1969; 1974) para explicar que a atualização deste enunciado está ligada a uma *nova transição à democracia* (num contexto de América Latina), é plausível, já que Chávez tem aparecido como um líder-herói-tirano na passagem de porta-voz a mandatário (destinatário das demandas do povo).

Em outra reportagem de FOLHA.COM, igualmente veiculada em 14 de janeiro de 2012, com o título *Chávez anuncia fechamento do consulado da Venezuela em Miami*, o sítio publicou que:

O presidente da Venezuela, Hugo Chávez, ordenou nesta sexta-feira (13) o fechamento do consulado venezuelano em Miami, dias depois de a responsável pela delegação diplomática na cidade norte-americana ser expulsa pelos Estados Unidos ao ser acusada de conspiração. O atual atrito entre ambos os países, que apesar da intensa relação comercial se enfrentam ideologicamente, deixará dezenas de milhares de venezuelanos que vivem na Flórida sem representação diplomática e complicará a possibilidade de votar nas eleições presidenciais de 2012 (FOLHA.COM, 14 de janeiro de 2012).

No texto acima, vemos, a um só tempo, a presença de pelo menos dois aspectos da tirania (do modo como a temos tratado) em torno do que se falou a respeito de Chávez e da Venezuela. Primeiro, a menção às eleições presidenciais de 2012, mostrando que a questão da permanência no poder continua. Segundo, que, diante do embate diplomático entre Venezuela e os EUA, Chávez (em sinal de represália ao governo norte-americano) fez a sua vontade prevalecer à necessidade de representação consular aos cidadãos venezuelanos que vivem na Flórida. Vemos, portanto, estar presente uma *posição de sujeito segundo a qual Chávez impõe a sua vontade à nação e àqueles que lhe fizeram frente (os EUA), para mostrar a extensão do seu poder, o tamanho da sua autoridade, sem se importar com os danos que isso possa causar*. É como ler na *Antígona* fala de Creonte no diálogo com seu filho Hemon: *A que a cidade conferiu poder, a este importa obedecer, seja nas grandes questões seja nas justas... e até nas injustas.[...] Por vontade de outro hei de governar esta cidade ou por minha? [...] A cidade não pertence a quem governa?*

Aqui, também entendemos estar presente o Enunciado relacionado à tirania, discursivizando o aspecto do excesso do poder (abuso de poder) como na **loucura de Creonte** (que Antígona acusou e que Tirésias admoestou no final da tragédia): uma posição de

sujeito segundo a qual Hugo Chávez prejudicou *dezenas de milhares de venezuelanos* que ficaram *sem representação diplomática*, tanto quanto os cidadãos de Tebas tiveram que suportar o corpo de Polínice se decompor sem um ritual fúnebre, ou a peste, que assolou a população nos tempos de Édipo. O capricho do governante leva-o a entrar em contradição com o amor que jurava ter pela *polis*, como nas primeiras falas de Creonte: *E quem, acima da pátria, estima o amigo, declaro-o ninguém [...] Um homem mal intencionado para com a cidade jamais declararei amigo [...] com estes princípios engrandecerei a cidade*. Em meio a esta contradição, é possível identificar um discurso político e jurídico contemporâneo em que o *excesso do governante* é sinal de *tiranía* e a *tiranía* sinal de *loucura*, como algo inaceitável, descabido, fora da ordem do discurso. É o que encontramos em Ascensão (2005):

Em abstrato, poderia pensar-se este como modo de o homem, aglutinado pela tendência denominada *affectiosocietatis*, subsistir sem ordem jurídica. Toda a sociedade estaria dependente da vontade perpetuamente variável de um só. [...] Na verdade, um puro despotismo, em que a arbitrariedade se sobrepusesse totalmente à ordem normativa, só é imaginável em hipóteses de **loucura** do déspota, e isto enquanto ele se pudesse impor fisicamente. O puro despotismo, afastado da ordem, equivale de fato a um voluntarismo desconexo: à **loucura**. Caso não fosse momentâneo, o seu resultado seria a desagregação da comunidade, tal como na pura anarquia (ASCENÇÃO, 2005, p. 49-51, negritamos).

É também o que faz o discurso jurídico e político contemporâneo (o Direito e a [Ciência] Política como instâncias de Saber, no sentido da categoria operacional de Foucault) se organizarem em torno de determinados princípios de ordem político-jurídica, com o intuito de conter abusos dentro de uma ordem democrática contemporânea, como é o caso do Princípio da Legalidade, no dizer de BONAVIDES (1967):

A legalidade supõe por conseguinte o livre e desembaraçado mecanismo das instituições e dos atos da autoridade, movendo-se em consonância com os preceitos jurídicos vigentes ou respeitando rigorosamente a hierarquia das normas, que vão dos regulamentos, decretos e leis ordinárias até a lei máxima e superior, que é a Constituição. O poder legal representa por conseqüência o poder em harmonia com os princípios jurídicos, que servem de esteio à ordem estatal (BOANVIDES, 1967, p. 8).

O sítio da internet EXAME.COM veiculou, em 17/07/2012, duas matérias sobre a situação política da Venezuela. A primeira delas, cujo título é *Chávez intimida oposição, diz HumansRightsWatch*. *Chávez adotou "medidas drásticas" para "conservar seu controle político" sobre o Poder Judiciário, destaca o relatório*, se propõe a tratar de um relatório

apresentado por uma Organização Não Governamental (ONG) internacional interessada no cumprimento dos direitos humanos em diversos países e diz que:

Caracas - A organização HumanRightsWatch (HRW) afirmou nesta terça-feira que a **concentração do poder no Executivo tem permitido ao presidente venezuelano, Hugo Chávez, intimidar e processar judicialmente os que lhe fazem oposição**. “O acúmulo do poder no Executivo, a eliminação das garantias institucionais e a deterioração das garantias de direitos humanos deram ao governo Chávez passe livre para intimidar, censurar e investigar penalmente os venezuelanos que criticam o presidente”, destaca a HRW. Segundo o relatório **“Concentração e abuso de poder na Venezuela de Chávez”**, no país existe **“uma máquina e uma legislação que redefiniu instituições com o propósito de colocá-las a serviço do atual governo”** para **“validar”** suas políticas. O diretor da HRW para as Américas, José Miguel Vivanco, disse que o caso mais flagrante é o da Suprema Corte de Justiça, que “não apenas tem uma composição pró-governo, mas mostra em suas decisões total parcialidade”. Chávez adotou “medidas drásticas” para “conservar seu controle político” sobre o Poder Judiciário, destaca o relatório. **Este panorama gera “enormes desafios e obstáculos” para a oposição diante das eleições presidenciais de outubro**, nas quais o presidente Chávez busca mais uma reeleição, destacou Vivanco (EXAME.COM, 17/07/2012, negritamos).

De acordo com esta matéria, o presidente Hugo Chávez estaria concentrando o poder, de modo a intimidar e suprimir os que lhe fazem oposição. A matéria comenta que a Venezuela tornou-se, sob o comando de Chávez, um lugar de desrespeito aos direitos humanos e que o novo sistema legislativo se transformou num mecanismo de abuso de poder com a intenção de legitimar as políticas do atual presidente, enfatizando que Chávez adotara *medidas drásticas para conservar seu controle político*. Por fim, entra no tema das dificuldades que tais pontos impõem à oposição no sentido de vencer as eleições de 2012.

As formulações veiculadas materializam, assim, o Enunciado da tirania, tanto no que tange ao aspecto da manutenção do poder, quanto no que toca à discussão sobre a legitimidade no exercício do poder e o cometimento de abusos da função presidencial, ante a sua ocupação de maneira *lícita* pela via eleitoral. Conforme adiantado acima, o fato de estarem amparados em leis (serem válidos), não retira dos atos de Chávez [no nível do discurso] a condição de abusivos (injustos ou iníquos).

Convém lembrar, nesse sentido, que, embora legais, conforme Locke, os atos do presidente não deixam de ser discursivizados como tirânicos, justamente porque foram construídos discursivamente num dos pontos comuns que as tragédias de Sófocles possuem: a prevalência absoluta da *vontade do governante*. Antes, apontam para as análises de Aristóteles

(A política), quando afirma que um dos pontos cruciais na tirania é necessidade de ter que se legitimar aos olhos da população (comparando a figura do tirano com a do monarca).

EXAME.COM, em 24 de julho de 2012, também publica sobre Chávez. Na matéria, *Chávez revela “verdadeiro rosto” de Bolívar*, o site aborda a apresentação de uma imagem de Simón Bolívar, pelo atual presidente venezuelano, destacando que a sua reprodução se deu através de critérios científicos, com base em pinturas de época.

Caracas - O presidente venezuelano, Hugo Chávez, celebrou nesta terça-feira o 229º aniversário de nascimento de Simón Bolívar mostrando um retrato digitalizado do Libertador, que, segundo o líder, mostra o “verdadeiro rosto” do herói nacional. No Twitter, o candidato opositor respondeu as afirmações de feitas por Chávez: “A melhor forma de honrar a memória de nosso Libertador Simón Bolívar é solucionando os milhares de problemas dos venezuelanos” (EXAME.COM, 24 de julho de 2012).

Na passagem acima, a menção a um o retrato digitalizado de Bolívar enquanto *libertador* e a sua associação ao termo *líder*, colocado logo à frente para designar Hugo Chávez, trazem à tona a memória de Simón Bolívar, de quem encontramos relatos de ter contribuído decisivamente na independência dos territórios onde hoje se situam a Bolívia, a Colômbia, o Equador, o Panamá, o Peru e a Venezuela. A atribuição da expressão *verdadeiro herói nacional* a Chávez atualiza o aspecto do heroísmo num discurso relacionado a este governante.

A afirmação de que a oposição teria criticado o presidente, objetando-lhe que *a melhor forma de honrar a memória* de Bolívar seria *solucionando os milhares de problemas da Venezuela*, reitera a ligação deste aspecto do heroísmo com a apresentação de soluções aos problemas da *polis*, conforme encontramos em Édipo, ainda que seja um dizer contrário a Chávez. Ou seja, também neste ponto, o tema da **legitimação no poder** passa pela discursivização de uma habilidade/saber/capacidade de *salvar a polis*.

Todavia, tão logo esta *condução do povo a uma melhor situação* (demagogia) comece a se mostrar ineficaz no aplacamento dos males que assolam a cidade (Venezuela), o governante passa a ocupar uma posição antagônica àquela que inicialmente o levou ao poder. É a peste edipiana: um deslizamento de sentido no interior do discurso [político] que faz com que o herói se transforme em vilão, estando na *origem dos problemas*. Efeito de sentido garantido, especialmente, pela utilização do termo *líder* para se referir a Chávez, já que, conforme visto em Fontana (1997), este caminho da *liderança* se mostra dúplice, ambíguo, no percurso que leva um do povo que se destaca à função de mandatário.

Uma outra reportagem de EXAME.COM, publicada em 27 de julho de 2012, também trata da Venezuela e de seu presidente. O título da matéria é *EUA serão firmes contra Chávez*

com Romney, diz Giuliani, Líder republicano que foi prefeito de Nova York. Giuliani viajou à Flórida para fazer campanha à favor (sic) de Romney. A seguir trechos da reportagem:

Washington- **Os Estados Unidos serão “mais firmes” contra o regime de Fidel e Raúl Castro e o presidente venezuelano, Hugo Chávez**, e terão melhores relações com a América Latina e a Europa se o republicano MittRomney ganhar as eleições para a Presidência, declarou nesta sexta-feira à Agência Efe o ex-prefeito de Nova York, Rudolph Giuliani. [...] Com um presidente como Romney, haverá uma **política externa “mais sensata” que incentive e apóie países democráticos e com economias de livre mercado, e haverá “uma oposição mais firme e mais significativa contra Chávez e Castro”**, prometeu [...]. **“Haverá mais acordos (de livre-comércio) com países da América Latina e menos deste desejo desesperado de Obama de querer negociar com todos estes ditadores e tiranos”**, acrescentou o republicano, que não economizou críticas à relação do atual presidente com alguns líderes (EXAME.COM, 27 de julho de 2012, negritamos).

A matéria informa que o ex-prefeito de Nova York, Rudolph Giuliani, teria tecido severas críticas ao governo Obama (EUA), especialmente, no que diz respeito à sua política internacional com os países da América Latina. Segundo ele, se Romney (para quem o *site* diz fazer Giuliani campanha) vencer as eleições presidenciais de 2012, os EUA mudarão sua postura em relação a Cuba e a Venezuela. A menção a um *regime de Fidel e Raúl Castro* e a um *regime de Hugo Chávez* materializa um discurso segundo o qual os governos de tais presidentes seriam personalistas e de poder concentrado nas mãos dos políticos citados.

A referência expressa a uma *política externa mais sensata que [...] apóie países democráticos* e o uso da expressão *todos estes ditadores e tiranos* atualizam um Enunciado segundo o qual Chávez seria um tirano. Não necessariamente um ditador, já que na ordem da construção do parágrafo esta se apresenta como uma característica mais ligada aos governantes de Cuba, do que ao presidente da Venezuela, que vem logo depois.

A oposição *países democráticos x Cuba (de Fidel e Raúl Castro) e Venezuela (de Chávez)*, salientada no texto, dá conta da existência de uma posição de sujeito de acordo com a qual a *tiranía* é uma forma de governo antagônica à democracia. Já a ênfase à necessidade de uma política externa *mais sensata contra Chávez e Castro* atualiza o aspecto da ameaça constante ao governo do tirano, sua instabilidade política, conforme Foucault (1974).

A última matéria de EXAME.COM selecionada é do dia 29 de julho de 2012 e possui o seguinte título: *Chávez tenta deixar imagem de doente para trás*. A matéria aborda o assunto da doença (câncer) de Chávez e a possível repercussão do tratamento nas eleições presidenciais do ano de 2012:

O presidente da Venezuela, Hugo Chávez, voltará ao cenário internacional na terça-feira no encontro do Mercosul em Brasília, após ficar meses afastado para tratar um câncer. Recentemente, ele fez um de seus primeiros comícios para um público grande, em que discursos longos suavizaram as preocupações com a doença dele. Chávez foi diagnosticado com câncer em junho de 2011, mas declarou neste mês, após uma longa série de tratamentos e duas operações em 2011 e 2012, que estava “curado”. Durante o tratamento, Chávez, de 58 anos, ficou longe da corrida eleitoral e de eventos regionais importantes, como o encontro das Américas na Colômbia em abril. Sua presença na reunião do Mercosul vai sinalizar sua volta e conter rumores sobre sua doença, disse Luis Vicente Leon, chefe da Datanalysis, principal instituição de pesquisa da Venezuela (EXAME.COM, 29 de julho de 2012).

Na passagem transcrita, o sítio da internet comenta sobre a condição de saúde de Hugo Chávez diante da aproximação das eleições presidenciais de 2012. Diz que o presidente ficou meses afastado para tratar de um câncer, mas que já voltou à ativa, fazendo comícios, o que teria *suavizado as preocupações com a doença dele*. Ao afirmar que o político *declarou que estava “curado”*, pondo entre aspas o estado de saúde alegado por Chávez, na medida em que utiliza aspas de distanciamento para destacar o estado de cura, é como se EXAME.COM afirmasse: quem disse isso não fomos nós, mas o próprio Chávez, portanto não temos qualquer responsabilidade em relação à referida afirmação. Logo após, a notícia faz referência à idade de Chávez, relacionando-a à enfermidade, e diz que Chávez *ficou longe da corrida eleitoral*. Por fim, relata acreditar que a presença do político na reunião do Mercosul conterà rumores sobre o seu estado de saúde mais recente.

Nas formulações analisadas, notamos a **repetição de um Enunciado sobre a tirania** em que Chávez aparece como um político sedento pelo poder e que sacrifica a própria saúde (tratamentos) para participar da corrida presidencial, colocando, assim, o *poder* acima do valor *vida*. A dúvida apresentada em relação à cura definitiva do câncer coloca Chávez na condição de político simulador/dissimulador, o qual é capaz de arquitetar ardis (ao estilo do demagogo que convence) no intuito de se manter como governante. Nesse mesmo sentido, tal dúvida, combinada com o aspecto da idade (58 anos), encerra sobre a figura de Chávez uma espécie de contagem regressiva em que *poder, eleições e expectativa de vida* se entrelaçam, evocando o aspecto da insegurança política e jurídica em torno do governante-tirano. Indicando que *talvez ele não devesse se candidatar* para não expor o país futuramente.

4CHÁVEZ: ENTRE A DEMOCRACIA E A TIRANIA (PARTE II)

4.1 VÍDEOS

Além das revistas de informação (escritas e *online*) e dos *sites* da internet, outras materialidades mereceram a nossa atenção neste trabalho. É o caso dos vídeos divulgados no *YouTube*, ferramenta que disponibiliza a divulgação de vídeos de forma aberta na rede de computadores. Passemos a eles.

No vídeo *Obama reconhece: “Chávez es el líder de su país”*, encontramos um diálogo estabelecido entre um repórter do canal de televisão *CNN em español* e Barack Obama, presidente dos Estados Unidos. Dele extraímos as seguintes falas:

[Repórter] Há um movimento na América Latina de **países que estão usando métodos democráticos para mudar a Constituição para que seus líderes possam se perpetuar no poder**: Venezuela, Bolívia, Equador e está ocorrendo na Colômbia. O que pensa você? [Obama] bem. Acho que é importante que os EUA não digam a outros países como resolver seus assuntos, suas práticas democráticas, e o que deve conter nas suas Constituições. Tudo o que posso dizer é que um dos pontos fortes do governo dos EUA, nossa democracia, sua estabilidade, é que as pessoas podem tirar as pessoas podem, através de meios constitucionais, retirar quem esteja no poder sem cumprir as expectativas da população. [...] Hugo Chávez é o líder do seu país, é uma das pessoas muitas pessoas que terei a oportunidade de conhecer (traduzimos).

Nesta passagem, o vídeo aborda o assunto da manutenção do governante no poder, atualizando o Enunciado sobre a tirania, na medida em que apresenta a modificação constitucional como um ardil do governante para se *perpetuar* enquanto tal. Nesse ínterim, a expressão *métodos democrática* faz referência às eleições, à submissão das modificações aos diversos referendos populares. Não obstante, esta menção aos *métodos* que seriam *democráticos*, ou seja, a forma como tal menção aparece descaracteriza aquelas formas de governo como democracias, na medida em que a *obediência às leis* e a *alternância contínua no poder* aparecem como caracterizadoras desta forma de governo. A fala de Obama, por outro lado, não destitui a condição de líder de Chávez, pois o venezuelano continua sendo discursivizado como representante do seu povo.

O vídeo *Jornal da Globo – Chaves e Mercosul* exibe uma reportagem de 03 de julho de 2007 em que o apresentador narra que Hugo Chávez teria dado o prazo de três meses para que o senado brasileiro aprovasse a entrada da Venezuela no Mercosul, caso contrário o presidente

retiraria o pleito a uma vaga. O entrevistado, um político não identificado, manifesta-se dizendo que:

Na verdade, em nos dando um prazo[...], ele nos ajuda a rejeitar a entrada da Venezuela, até porque uma das normas fundamentais para o ingresso do Mercosul é a **manutenção do regime democrático, coisa de que a Venezuela, infelizmente, já está distante.**

Nas formulações acima, verificamos o ultimato dado pelo presidente Chávez ser encenado como uma medida de excesso no que tange às relações diplomáticas com o Brasil. Já na fala do entrevistado, vemos a Venezuela ser retirada da condição de república democrática, dando conta de que estão em funcionamento uma posição de sujeito segundo a qual, sob o governo de Hugo Chávez, a Venezuela se distanciou de uma forma democrática de governo para uma espécie de regime em que o seu presidente se vê autorizado a cometer determinados abusos, como, por exemplo, intimidar o Brasil, pressionando-o a acolher um pedido seu. Da forma como aparece no vídeo, este pleito da Venezuela estaria mais para uma ordem a ser acatada pelo país estrangeiro.

No vídeo *Chavez expulsa embaixador americano, 11 Setembro 2008. Rússia fortalece aliança militar com a Venezuela*, vemos Chávez num ato público diante de uma multidão em postura hostil contra os EUA. A seguir trechos transcritos da fala do político:

Nos informam neste momento que agora mesmo o Departamento de Estado dos EUA acaba de anunciar a expulsão do embaixador da Bolívia de seu território. Bem. Nós começamos, a partir deste momento, a avaliar as relações diplomáticas com o governo dos EUA. E, para que a Bolívia saiba que não está sozinha, a partir... Que horas são?... São 7h:15min. Tem 72 horas, a partir deste momento, o embaixador yankee em Caracas, para sair da Venezuela, em solidariedade à Bolívia e ao povo da Bolívia e ao governo da Bolívia. [...] De imediato, tragam de volta nosso embaixador, antes que o expulsem de lá. Que volte uma vez [...], que regresse à pátria. Quando houver um novo governo nos EUA, mandaremos um embaixador. Um governo que respeite os povos da América Latina. A América de Simón Bolívar, caralho! Ao caralho, yankees de merda! Porque aqui há um povo digno, yankees de merda! Vão ao caralho cem vezes. Aqui estamos, os filhos de Bolívar, os filhos de Guaicaipuro, os filhos de TupacAmarú, e estamos decididos a ser livres. Faço responsável por tudo isso e do que possa ocorrer, ao governo dos EUA, que anda por trás de todas as conspirações contra nossos povos. Nós yankees de merda, saibam, estamos decididos a ser livres! Aconteça o que aconteça e custe-nos o que custe. Já chega! (traduzimos).

Nesta fala pública, vemos Chávez expulsar o embaixador norte-americano de Caracas, Venezuela, em retaliação aos EUA, por terem expulsado de seu território o embaixador da Bolívia. Chávez diz que, em solidariedade ao povo da Bolívia (*para que a Bolívia saiba que*

não está sozinha), determinava que o embaixador dos EUA se retirasse do território venezuelano em 72 horas. Afirma que o governo dos EUA não respeita o povo latino-americano e, numa referência a heróis nacionais da região, diz que os Estados Unidos andam **por trás de todas as conspirações** contra os povos da América Latina. Brada que estão decididos [os países mencionados] a ser livres, colocando-se, claramente, na posição de *líder ou representante* destas nações. Profere xingamentos: manda os americanos *ao caralho* e os chama de *yankees de merda*.

Em outro vídeo, cujo título é *Chávez reta a Obama a probaracusaciones de narcotráfico*, Hugo Chávez, numa coletiva de imprensa, ao responder a uma pergunta sobre a Líbia (o que fazer para que os EUA não se apoderem no petróleo líbio?), diz que este é um desafio dos líbios e que este drama só está começando, mas apresenta a união latino-americana e a política da Venezuela como *a outra via*. Afirma que o mundo tem dois caminhos: o da *loucura imperial* [dos EUA] ou o caminho da resistência:

Ao menos na América do Sul não chegará esta loucura. Para isso estamos aqui. E para isso estamos unidos e nos unindo. UNASUL, ALBA, os povos da América do Sul e os governos da América do Sul estamos decididos a que este continente se converta, primeiro, em um território de paz, um território de liberdade, de igualdade de luta por um futuro melhor, um território de democracia. E, a partir daqui, sai uma luz que é esperança para o mundo, para que o mundo não siga pelo caminho da loucura, senão pelo caminho da América do Sul. [...] Parafraseando Fidel, o grande Fidel, seremos absolvidos pela história (traduzimos).

Na fala acima, vemos Chávez falar de um lugar segundo o qual a América do Sul se opõe às influências políticas norte-americanas. Remete às ditaduras militares da segunda metade do século XX na região, classificando o *caminho* norte-americano como *loucura imperial*, mostrando que há instabilidade política (ameaças ao poder), envolvendo a relação EUA versus Venezuela (América do Sul). Ao dizer que *a os povos da América do Sul e os governos da América do Sul [estão] decididos a que este continente se converta, primeiro, em um território de paz, um território de liberdade, de igualdade de luta por um futuro melhor, um território de democracia*, Chávez materializa em sua fala um discurso segundo o qual a *sua via* (a via da política venezuelana atual) é inevitável para que se opere a transição para a democracia, remetendo a uma forma de governo tirânico como vimos em Lima Filho (1999).

Por fim, quando parafraseia Fidel para afirmar que será *absolvido pela história* Chávez coloca-se como herói de uma causa, mas que enfrenta críticas, resistências e oposições. No limite, diz com isso que *coisas/práticas do seu governo que são julgadas erradas, equivocadas, incomuns*, justificam-se em nome de um futuro a que ele conduzirá o país (aspecto da

demagogia). Note-se que Chávez fala em nome da América do Sul, de modo que também se coloca como **líder/representante destes povos**. O Enunciado presente é o mesmo, da tirania, com o detalhe de que, nas formulações acima, vemos ele aparecer como um herói *para dentro e para fora do país*, colocando-se como porta-voz do seu povo e também como porta-voz do continente contra o imperialismo dos Estados Unidos (inimigo comum). Nesse sentido, a menção a Fidel também atualiza um lugar de *resistência heroica* contra os EUA, já que em nenhum momento vemos ser discursivizado o socialismo ou o comunismo: quando Chávez se refere a Cuba é no sentido de retomar um lugar de insubordinação política aos EUA, não de uma revolução proletária.

Este mesmo lugar de liderança latino-americana é ativado no vídeo *Chávez: Argentina no está sola, con ella está Suramérica*. Neste vídeo, da TV TeleSUR, de 02 de fevereiro de 2012, Chávez toma a defesa da soberania argentina sobre as Ilhas Malvinas em face da Inglaterra, e diz:

a Argentina não estará só nunca [...] Mandaram um navio de guerra para as Malvinas, e creio que vem o Príncipe a bordo. Bem. Não se equivoquem. Se faz mais de duas décadas que a Argentina ficou só [...] **as coisas mudaram...** Não se lhe ocorra, velho império, em ruínas, crer que a Argentina está só, como há trinta anos... **Aqui está a América do Sul!** (traduzimos).

Aqui, novamente vemos materializado um discurso de ordem política e jurídica em que há instabilidade política e ameaça aos governos da região. Pelo fato de não se referir precisamente à Venezuela, senão à Argentina, notamos se tratar da memória das ditaduras militares voltando à cena, como fator de desestabilização política regional. Ao tomar a defesa de um país latino-americano, bradando que *as coisas mudaram* e que *aqui está a América do Sul*, Chávez acaba por se colocar na defensiva contra qualquer ameaça ao seu governo também. É o Enunciado da *tirania* novamente sendo atualizado, com o diferencial de que Chávez se apresenta como liderança (porta-voz) de todo o cone sul. Nesse sentido, passa a ocupar o lugar de Fidel num discurso não de defesa do comunismo/socialismo, mas de resistência contra o imperialismo que representa os EUA e que a Inglaterra representou. Chávez passa a se tornar, no nível do discurso, o arauto libertador dos povos continentais, o que uma vez já significou a figura de Fidel.

É nesse sentido também que Chávez se expressa no vídeo *Venezuela no dejará sola a la Argentina en caso de guerra por las Malvinas*. Numa transmissão ao vivo, do Palácio de Miraflores, pela televisão venezuelana, da XI cúpula de Chefes de Estado e de Governo da ALBA-TCP 2012, Chávez diz que:

A nós dói muito o tema das Malvinas. Não pode. [...] É um tema que **não é só argentino é de todos nós**. E o velho, velho e em ruínas, império inglês deve entender que este é um sentimento de toda a nossa América, não só dos governos, dos povos da nossa [...] América Latina. [...] A América Latina quanto avançou no processo de consciência unitária. E, neste caso, falo só pela Venezuela, se o Império Britânico, se lhe ocorrer agredir militarmente a Argentina, a Argentina não estará só nesta ocasião. A Venezuela não é nenhuma potência, mas algum dinheiro temos e vontade para enfrentar qualquer agressão imperialista a um país irmão (traduzimos).

Aqui, Chávez, mais uma vez, se coloca como *líder*, representante e porta-voz (Fontana, 1997) de todo o povo da América Latina e não só da Venezuela. Ao afirmar, em sua fala, que prestará solidariedade militar à Argentina (país irmão), no caso de indisposição com a Inglaterra, Chávez novamente coloca sob ameaça o poder no continente, atualizando um **discurso sobre a tirania em que ele se coloca como um herói regional**, como um *irmão* mais velho, ou mais forte, se coloca em posição de defender o outro, mais fraco. Destarte, por meio de suas falas, Chávez leva, discursivamente, a Venezuela a uma posição de destaque no cenário político regional, pela sua qualidade de orador/demagogo como aparece, na matéria de Caros Amigos (edição 42, setembro 2000), no texto de Gabriel Garcia Marquez.

No vídeo *Hugo Chaves reitera candidatura e instiga oposição*, gravado da TV pública argentina, em 01/08/2011, Chávez fala das suas expectativas para as eleições presidenciais de 2012 e da atual situação da oposição no seu país, acusando-a de fazer uma

política dos EUA, coerente com a do império. Incapacitados para apresentar uma só idéia séria para a Venezuela da mesa dos EUA. [...] De todo modo, levaremos a batalha, **levemos a batalha ideológica... Qual é a sua ideologia? Nós somos [do] socialismo, democracia, socialismo democrático e profundo. Qual é a deles? Digam! Capitalismo? Ditadura? Que opinam sobre o bombardeio à Líbia? Que opinam sobre a violência e das ameaças contra a mesma Venezuela, da parte do Império? Que opinam sobre isso? Falam de uma cultura de paz [...], seria só a cultura da guerra, da violência**. [...] Agora eu analiso com mais calma. Do meu quartel [...], da minha trincheira, do meu posto de mando, que é meu posto de combate, com mais razão me digo: “tens que viver”, com mais razão digo a Chávez: **“Chávez, tens que viver!”**, **“Chávez, tens que ganhar as eleições ano que vem e governar este país durante 100 anos mais com o povo, cada vez mais com o povo!”** (traduzimos).

No fragmento acima, extraído da fala de Chávez, notamos a materialização de uma posição de sujeito segundo a qual os Estados Unidos são aliados políticos da oposição venezuelana e que, nesse sentido, não tem pretensões democráticas para com o país. Chávez retoma em termos de ameaça e de instabilidade política, a influência norte-americana sobre a Venezuela, de acordo com um discurso em que os golpes militares da segunda metade do século

XX e o golpe sofrido por ele em 2002 são indicativos de que tipo de democracia os Estados Unidos é partidária.

A oposição *socialismo democrático profundo x capitalismo e ditadura*, para designar, respectivamente, a sua forma de governo e a dos EUA não produz, no entanto, o efeito de identificação (sinonímia) de nenhuma das duas *formas de democracia* com um regime genuinamente democrático. Com efeito, só o termo *democracia* designa *democracia*, conforme uma teoria do valor linguístico (SAUSSURE, 1916): qualquer outra variação representa um desvio de significado. Este mesmo debate, no plano dos estudos políticos, remete à discussão filosófica sobre a dificuldade de a democracia ser plenamente realizada:

Se houvesse um povo de deuses, esse povo se governaria democraticamente”. Com tais palavras, repassadas de pessimismo, mostra Rousseau, no *Contrato Social*, o grau de perfeição que se prende a essa forma de governo [...]. Governo tão perfeito não quadra a seres humanos – acrescenta o pensador, depois de haver afirmado, na mesma ordem de reflexões, que, tomando o termo com todo o rigor, chegar-se-ia à conclusão de que jamais houve, jamais haverá verdadeira democracia (BONAVIDES, 1967, p. 265).

A menção a uma *cultura da guerra, bombardeios, violência e ameaças contra a Venezuela* ao falar dos EUA coloca em cena, por outro lado, o caráter de ameaça que ronda o seu governo: tanto de perda do poder pela violência, quanto de retorno a uma situação anterior, de uma *oligarquia* (aqui representada pela oposição mais EUA) detentora do poder, remontando com isso o deslocamento que operamos no trabalho de Fontana (1997) em relação à figura do *líder*, bem como o aspecto da *demagogia* visto em Aristóteles (A Política) e em Lima Filho (1999).

Finaliza a gravação dizendo que, diante da sua doença (o câncer já existia) e da ameaça de retorno do domínio dos EUA, ele tem que viver e *ganhar as eleições ano que vem e governar este país durante 100 anos com o povo, cada vez mais com o povo*. Nesta formulação, vemos repetido o Enunciado da tirania, primeiro porque fala da manutenção/permanência no poder por tempo indeterminado, segundo porque, para que essa permanência no poder se efetive, o tirano deve contar sempre com o apoio do povo, conforme sustenta Lima Filho (1999).

No vídeo *Eleições na Venezuela: Chaves diz que tem condições de governar*, a doença de Chávez é o ponto central de uma reportagem exibida no Jornal da Band, em 2012, em que o apresentador, Ricardo Boechat, afirma que *depois de uma semana de silêncio, o Presidente da Venezuela, Hugo Chávez, está de volta*. O repórter Sérgio Gabriel narra que:

O presidente Hugo Chávez está em Cuba onde realiza um tratamento de radioterapia contra o câncer. [...] Disse que continua exercendo o poder

mesmo em Cuba durante o tratamento. [...] No momento em que muitos venezuelanos tem dúvidas se Chávez tem condições de saúde para enfrentar a campanha eleitoral e tentar a sua terceira reeleição em outubro, o Presidente venezuelano disse que vai ganhar por *knockout* e que a oposição nunca mais vai vencer eleições no país.

Na passagem, vemos que o câncer de Chávez e o sucesso/insucesso do tratamento é colocado como decisivo na campanha eleitoral de 2012, na qual Chávez tentará sua terceira reeleição, uma vez que muitos venezuelanos duvidam de sua recuperação. Na formulação, *o Presidente venezuelano disse que vai ganhar por knockout e que a oposição nunca mais vai vencer eleições no país*, notamos a presença de um discurso político relacionado à tirania segundo o qual Chávez tem sede pelo poder, em que, independentemente da sua condição de saúde, a permanência no lugar de chefia é algo muito importante para ele. Este *excesso* também está presente na afirmação de que *continua a exercer o poder mesmo em Cuba durante o tratamento*.

No vídeo *Caso Investigacion Enfermedad de Chavez*, um programa chamado *Caso de investigacion* narra a cronologia da enfermidade de Chávez desde junho de 2011. Depois que um médico alegou em público que Chávez dispunha de apenas dois anos de expectativa de vida, o presidente aparece no vídeo falando, em uma coletiva de imprensa ocorrida em 26/10/2011, que:

É um grande mentiroso. Se apresenta como médico da família: não o é. Disse que operou minha mãe: não operou minha mãe. Disse que me viu e que até me reclamou e não sei o que mais... Um grande embusteiro. Depois foi ao “El país” [um jornal] dizendo que... **Qual é a intenção? Perturbar o clima nacional [...]. Tratar de que o povo venezuelano creia que eu estou morrendo ou que estou a ponto de morrer.** Resulta que estou na direção contrária a tudo isso: cada dia estou mais vivo, cada dia estou mais são, cada dia estou melhor (traduzimos).

Neste fragmento, encontramos muitas semelhanças com o analisado por Michel Foucault (1974) em torno da tragédia de Édipo. Nas formulações linguísticas, *Qual é a intenção? Perturbar o clima nacional [...]. Tratar de que o povo venezuelano creia que eu estou morrendo ou que estou a ponto de morrer*, notamos a presença de uma posição de sujeito de acordo com a qual **o importante é o poder, a sua permanência e o seu controle**. Chávez figura como o indivíduo que ocupa esta posição [vazia] para [dela] poder dizer algo que já está na ordem do discurso. A utilização de expressões como *grande mentiroso* e *grande embusteiro* para se referir ao médico mostra a necessidade que Chávez tem de se defender, justificando que

a doença não é empecilho para que exerça o poder, como fez Édipo ao objetar o escravo, *mutatis mutandis*:

Disse isso para me envergonhar, para fazer o povo acreditar que eu sou filho de um escravo; mas mesmo que eu seja filho de um escravo, isto não me impedirá de exercer o poder; eu sou um rei como os outros (FOUCAULT, 1974, p. 42-43).

Em *A Chávez le queda un año de vida ABC*, o programa *Club de prensa*, canal NTN 24, da TV espanhola, traz os jornalistas Juan Carlos Iragorri, Pedro BurellieEmiliBlasco (correspondente em Washington do ABC de Madrid), em debate sobre a saúde do presidente venezuelano Hugo Chávez. No programa, discutem o fato do *Jornal online ABC* da Espanha ter veiculado a seguinte matéria: *A Chávez só resta um ano de vida, a menos que aceite um tratamento intensivo*. Os interlocutores do vídeo falam que Chávez, *segundo fonte sigilosa*, teria um câncer incurável e que poderia ter sua expectativa de vida aumentada se se submetesse a um tratamento intensivo no exterior ao que ele teria se recusado para não se afastar do poder:

Disse que não quer... Que quer seguir no dia-a-dia, em controlar o poder. E, portanto, prefere, já que o veredicto [médico] é... uma morte em algum momento, prefere estar [no poder] no dia-a-dia, a custo de perder meses de vida (traduzimos).

Deste modo, aqui também vemos materializado o enunciado da tirania, na medida em que Chávez aparece como aquele que *abre mão de sua própria saúde e, no limite, da própria vida para se manter no exercício e no controle do poder*. É a **loucura de Creonte** (Antígona) atualizada, na medida em que não é (ou não seria) *normalo* sacrifício da própria vida para se manter no lugar de chefe da nação. **Loucura**, conforme postula Ascensão (2005).

No vídeo intitulado *Presidente Hugo Chávez será sometido a nuevaoperaciónen los próximos días*, vemos uma entrevista ao vivo dada à TV venezuelana em 22 de fevereiro de 2012. Neste vídeo, Chávez fala sobre o seu estado de saúde e sobre a superação da doença, mas inicia dando uma definição do socialismo posto em prática na Venezuela:

O socialismo é a democracia verdadeira. [...] É impossível que haja fraudes nas eleições. [...] me senti como se a vida houvesse acabado em algum momento, mas não, a vida não se acaba, e logo a primeira operação, a segunda operação, a recuperação nada fácil, [...] a quimioterapia, todo o tratamento, e sempre os rumores de algumas pessoas que querem que eu morra. Eu sei: há gente que quer que eu morra. Me odeiam tanto que querem isso (traduzimos).

Neste fragmento, vemos Chávez definir o *socialismo* como a *democracia verdadeira*, o que remete a uma relativização do valor democrático (que pode ser até *não-democrático*)¹⁹ do tipo de política praticado *neste socialismo*. Há uma identificação entre *democracia verdadeira* e *não existência de fraudes nas eleições*, o que coloca no nível do discurso que o conceito de *democracia* em questão dispensa a alternância no poder como um de seus pilares. Os elementos que indicam o desânimo de Chávez (*me senti como se a vida houvesse acabado*) e a posterior superação (*mas não, a vida não acaba*) evocam *oheroísmo* e o destino desigual [do *tirano*], narrando um histórico de vida composto por altos e baixos. Finalmente, as proposições que apontam para o desejo, por parte de alguns (ou muitos), de que Chávez morra reafirmam outro aspecto em torno do poder, pois materializam a oportunidade, por parte dos seus opositores, de vê-lo (Chávez) fora do governo e, portanto, de vê-lo sem poder. As formulações analisadas apontam para a repetição do mesmo Enunciado: aquele referente à tirania, no sentido de que há, por parte do tirano, um forte desejo de permanência no comando da *polis*.

O vídeo *Arnaldo Jabor comenta as loucuras de Hugo Chavez* exibe uma gravação do *Jornal da Globo* de 15 de outubro de 2012. O comentário de Arnaldo Jabor, repleto de metáforas e comparações, busca classificar o presidente da Venezuela:

Como classificar o Chávez? Caudilho de esquerda ou fascista de direita, de centro, de lado, de trás? A sua missão é desestabilizar a América Latina, como acabou de fazer com o caso do Zelaia, obrigando o Brasil a abrigar o cara. Como não há mais condições para revoluções populares reais, o Chávez inventou a palhaçada revolucionária. A sua figura diz tudo: o queixo do Mussolini, o beijo arrogante, o enriquecimento de seus amigos da burguesia bolivariana, suas invocações à guerra... Já ouviu um tempo em que o socialismo foi um sonho sério, até em Cuba, quando Fidel e seus homens lutaram como machos e derrubaram a ditadura de Fulgencio Batista. O Chávez se cobre com o manto rasgado da velha dignidade revolucionária e com isso consegue salvo conduto para suas pegadinhas... [...]Esse provocador barato desmoraliza até mesmo a herança da esquerda clássica. Ele trabalha na mídia o trabalho novo da esquerda virtual, ajudado por alguns idiotas do nosso governo e por intelectuais que babam por sua macheza ridícula... Ninguém o enfrenta. Temos medo dele. Esta é a verdade.

¹⁹ O trabalho de Saussure (1916) acerca do valor linguístico serve para sustentar tal análise, pois mostra que, no interior do sistema, um termo é definido em relação ao outro, o que permite afirmar que o sentido de “democrático” relaciona-se com o sentido de “não-democrático”. Do mesmo modo, o trabalho de Frege (1892), em que o autor afirma que não há uma identificação plena entre a referência e o termo que é utilizado para designá-la, mostra que há diferenças entre o objeto no mundo (a referência) e o sentido (caminho que conduz ao objeto). Nesse sentido, se é possível falar em uma “democracia verdadeira” é porque o termo “democracia” não esgota a democracia enquanto objeto do mundo, havendo variações que permitem falar tanto em uma “democracia verdadeira” quanto em uma “democracia falsa”.

Na passagem vemos a *loucura* de Chávez (título) ser classificada como um misto de *caudilhismo de esquerda* com *fascismo de direita*. O ponto de encontro destas duas formas políticas seria a sede pelo poder e, talvez, o apoio popular. Segundo o texto, Chávez, teria obrigado o Brasil a aceitar um refugiado, porque *ninguém o enfrenta* e porque *tem-se medo dele*. Seu governo e sua política são descartados como socialista-revolucionários e tal condição (de esquerda) somente seria evocada por Chávez para respaldar as suas ações e os seus excessos, tais como: o *enriquecimento de seus amigos da burguesia bolivariana*, as *suas invocações à guerra* e a *desestabilização da América Latina*. O exemplo de Fidel (Cuba) é trazido para comprovar que Chávez não é de esquerda, senão de uma *esquerda virtual que trabalha na mídia*. Mais uma vez, vemos materializado um discurso segundo o qual Chávez é um homem de excesso, excêntrico, cuja política se define em termos de manutenção no poder e justificativa (por meio do socialismo) de abusos não socialistas.

No vídeo *Hugo Chavez al borde de la locura*, Hugo Chávez aparece fazendo o uso da palavra em uma coletiva de imprensa, diante de um sem-número de repórteres. Em sua fala, faz uma crítica ao presidente Álvaro Uribe (Colômbia) e a suas relações com os EUA. Usa termos e expressões como: *palhaço, vagabundo, asqueroso, cachorro do império*, etc.

Uma ameaça para o continente sul. O governo da Colômbia se transformou em uma bomba ativada que pode levar esta parte do mundo a uma guerra. Impressionante... Ele é um cachorro do império. [...] Até quando presidente Uribe? Anda desesperado presidente Uribe [...] Tem que respirar fundo... [...] Uribe é co-responsável por isso. [...] Este show vergonhoso é um novo ato de agressão [...]. Portanto nós estamos obrigados a colocar novamente as relações com a Colômbia em uma profunda revisão (traduzimos).

Na leitura deste fragmento, verificamos que Chávez acaba sendo caracterizado como louco pelo uso da mesma ferramenta que, segundo Garcia Marquez, o levou ao poder: o uso da palavra, suas qualidades de orador. Aqui, vemos um Chávez que utiliza em sua fala termos nada comuns para um presidente, especialmente ao se reportar a outro. Ao dizer que Uribe é *palhaço, vagabundo, asqueroso, cachorro do império* (norte-americano), Chávez coloca a relação entre ele e o presidente da Colômbia no nível de um *bate-boca entre vizinhos*, **um excesso**. Quando fala da relação *Colômbia x Estados Unidos* trata essa relação em termos de *ameaça para o continente sul*, colocando-se, a um só tempo, como porta-voz/líder do continente e como governante que tem *o exercício do seu poder* ameaçado, evocando uma memória sobre as ditaduras militares do século XX no cone sul. As referências à guerra e aos atos de agressão remetem à violência que cerca o governo do *tirano*, como vimos na *Antígona*. Aparece,

portanto, o mesmo **Enunciado sobre a tirania** analisado, presente na materialidade das demais matérias, textos e vídeos acima.

No último vídeo trazido para esta análise: *Hugo Chavez esta cada dia mas LOCO*, novamente o tema da loucura reaparece. O vídeo mostra cenas gravadas do encontro da cúpula da ALBA, realizada em Caracas. Antes, porém, uma inscrição é mostrada em letras brancas sobre um fundo preto: *Cada dia és mas grande La locura deste TARADO*.

[REPÓRTER] Desta vez na cúpula dos países membros da ALBA, celebrada em Caracas, ali [Chávez] surpreendeu a todos ao pedir ao seu colega boliviano Evo Morales folhas de coca e começou a consumir em público. [CHÁVEZ] Eu repito: a coca não é cocaína. [REPÓRTER] No domingo [...] voltou a criticar o que chamou de oligarquia colombiana e império norte-americano. Ameaçou seus partidários de expulsá-los da revolução se se lançarem por conta própria às eleições regionais e ameaçou com a guerra a oposição se esta aparecesse em seus comícios. [...] [REPÓRTER] “Para alguns analistas a conduta de Chávez procuraria distrair a opinião pública dos verdadeiros problemas que o seu governo não resolve e que pode agravar-se ainda mais nos próximos meses em matéria de falta de segurança, falta de alimentos, saúde e até inflação, etc. (traduzimos).

A loucura é posta em cena, neste caso, por meio da censura feita a Chávez, devido ao fato de ele ter consumido folhas de coca diante de toda uma reunião de líderes regionais da América Latina. O uso do termo *consumir* ao referir-se às *folhas de coca*, faz funcionar um jogo linguístico ligado ao deslizamento de sentidos, pois, o sentido de *cocaína* (droga refinada e mais potente) é trazido para causar o efeito de sentido de loucura, de excesso, de mal exemplo, de irracionalidade. Esse sentido, porém, não poderia ser cogitado se se utilizasse o termo *mascar*, já que não se refere à ingestão do pó refinado (droga) com o uso desta forma verbal. Destarte, linguisticamente, *mascar* só leva a entender *as folhas* (costume boliviano), ao tempo em que *consumir* permite este deslizamento de sentido de folhas de coca para cocaína, droga ilícita.

Adiante, a utilização do termo *oligarquia colombiana* retoma o aspecto da transição política que se operou na Grécia Arcaica, quando a Tirania marcou o abandono da forma de governo Oligarquia. Na frase *ameaçou seus partidários de expulsá-los da revolução se se lançarem por conta própria às eleições regionais e ameaçou com a guerra a oposição se esta aparecesse em seus comícios* vemos uma discussão em torno do poder e a referência a uma ameaça ao governo, além da violência, como também encontramos em *Édipo* e na *Antígona*. Por fim, uma série de maus resultados entram em cena: *falta de segurança, falta de alimentos, saúde e até inflação*, tudo isso para mostrar que o governo do político está impondo suplícios à nação, tanto quanto a peste ou a putrefação do corpo de Polínice foram impostos ao

povo de Tebas, respectivamente, pelos Tiranos Édipo e Creonte, personagens de Sófocles. Em todo caso, o que está presente é o mesmo Enunciado de ordem político-jurídica repetido: o da tirania, o de que Hugo Chávez no poder da Venezuela porta-se como um tirano.

4.2 ENTREVISTAS

Além dos textos (reportagens e notícias) e vídeos que tratam de Hugo Chávez e, por vezes, veiculavam as suas falas, proferidas em comícios, catalogamos algumas entrevistas dadas pelo presidente à televisão venezuelana e internacional (inclusive à TV brasileira) para verificarmos se o enunciado em questão sobre a tirania também se encontra presente nas formulações por ele enunciadas (enunciação como ato de fala). O intuito é o de comprovar ou refutar, portanto, se os elementos discursivos até então vistos no que se fala sobre Chávez também estão presentes no que ele diz de si mesmo.

Os vídeos *Hugo Chávez BBC interview part 1/3*, *Hugo Chávez BBC interview part 2/3* e *Hugo Chávez BBC interview part 3/3*, exibem uma entrevista dada pelo político ao canal de televisão inglês BBC. Um dos trechos da entrevista, encontra-se transcrito abaixo:

[REPÓRTER] Você disse que é possível ter alguma forma de capitalismo com um sistema socialista. É possível ter uma **democracia genuína e um respeito genuíno às leis no seu socialismo**? [CHÁVEZ] Vou te dizer algo: faz 11 anos que eu cheguei aqui. Eu era um iludido, que cheguei, inclusive a acreditar na terceira via. Mas é uma farsa. Eu pensei que era possível articular um capitalismo mais humano, colocar um rosto humano no capitalismo, mas me dei conta que não, estava equivocado. **No capitalismo é impossível a democracia. O capitalismo é o reino da injustiça e a tirania dos mais ricos contra os mais pobres.** Já dizia Rousseau *entre o poderoso e o fraco a liberdade oprime, só a lei liberta*. Por isso o único caminho para salvar o mundo é o socialismo, um socialismo democrático. Aqui não há ditadura. Eu fui eleito aqui três vezes. E quando os ricos me tiraram através de um golpe de estado o povo voltou a me trazer. Eu sou um democrata: **tenho a legitimidade que me dá a maioria do povo.** Socialismo democrático. É a palavra-chave: democracia, o poder do povo. [...] Em primeiro lugar estou totalmente de acordo com você, e eu gostaria que todos os que governaram o mundo aplicassem esse mesmo princípio. **A democracia não é só ir votar a cada 5 anos, a cada 4 anos. A democracia é muito mais que isso. É um modo de vida, é dar o poder ao povo.** Lincoln dizia *é o poder ou o governo do povo, pelo povo e para o povo*. Não é o governo dos ricos contra o povo, que é o que acontece em quase todo o mundo chamado democrático ocidental capitalista. Eu te digo algo, Stephen: dificilmente você encontrará um país no mundo em que haja mais democracia do que na Venezuela. Difícil encontrar, com todo respeito aos demais países do mundo. [...] **Eu sou o primeiro neste país que luta**, até onde as minhas atribuições me permitem, **para restituir a todos os Venezuelanos os direitos humanos fundamentais**, os direitos humanos estabelecidos na Constituição e nos tratados internacionais (traduzimos).

No trecho transcrito, o repórter questiona a existência de uma democracia na Venezuela, caracterizando este governo, especialmente, como aquele em que há um respeito genuíno às leis. Ao inserir a expressão *seu socialismo*, vemos o governo de Chávez ser retirado do conceito comum de socialismo, discursivizando que o seu governo não seria de esquerda. A seguir, Chávez diz que é impossível haver democracia no capitalismo, já que nesta forma de política-econômica o capital ascende/sustenta/mantém, tiranicamente, os mais ricos no poder numa situação de exploração aos mais pobres, donde se extrai que não há democracia. Neste trecho, *a tirania dos mais ricos contra os mais pobres*, vemos a fala de Chávez materializar um discurso em que não há identificação entre democracia e tirania. Após, ao mesmo tempo em que diz que é um *democrata*, Chávez diz que sua democracia é o *socialismo democrático*, excluindo-se de tal conceito [de democracia], ao tempo em que a utiliza para justificar-se no exercício do poder político (*tenho a legitimidade que me dá a maioria do povo*), mostrando que o tema da sua *legitimidade no governo* e a *constante ameaça* encontram-se presentes.

Ao retomar as críticas que tecera ao capitalismo, Chávez diz que democracia não é só ir votar a cada 5 ou a cada 4 anos, justificando, portanto, a sua manutenção no poder após sucessivas eleições. Em seguida, ao dizer que democracia é *dar o poder ao povo*, Chávez chama para si uma *condição de herói*, como aquele que pode fazer isso que está fazendo. Quando afirma que *difícilmente você encontrará um país no mundo em que haja mais democracia do que na Venezuela*, Chávez evoca uma noção de democracia em que apenas a **existência de eleições** é suficiente para sustentar a sua existência, independentemente de alternância no poder (manutenção do mesmo governante). Finalmente, quando diz: *eu sou o primeiro neste país que luta [...], para restituir a todos os Venezuelanos os direitos humanos fundamentais*, a fala do político reivindica uma condição de ***o melhor venezuelano***, melhor que todos os demais, mostrando a presença do aspecto do saber autocrático do tirano, do modo como mostrou Foucault (1974) em relação a Édipo, denotando a busca por legitimação do exercício do poder (sempre ameaçado) e a permanência no comando da nação.

Temos, portanto, a atualização do **Enunciado sobre a tirania**, com quase todos os elementos apontados nas tragédias de Sófocles acima estudadas, o que serve para reafirmarmos, com base também no referencial teórico adotado, que, **o sujeito que *enuncia* (no sentido de proferir o ato de fala) é irrelevante. O que se busca do ponto de vista do discurso é o enunciado e a correspondente posição de sujeito [vazia] que pode ser ocupada por diferentes indivíduos desde que tais condições, sob condições bastante restritas, se adéquem àquela determinada ordem [discursiva].**

No vídeo intitulado *Chávez - 4 de febrero de 1992*, disponível no sítio do *YouTube* na internet, encontramos parte do que disse Chávez às câmeras e aos repórteres no ato da sua rendição na tentativa fracassada de golpe de 04 de fevereiro de 1992. Vejamos:

Esta **mensagem bolivariana** é dirigida aos valentes soldados [...]. Companheiros, lamentavelmente, por agora, os objetivos que planejamos não foram alcançados na capital. Nós, aqui em Caracas, **não conseguimos controlar o poder [...], já é tempo de evitar mais derramamento de sangue**, já é tempo de refletir que virão outras situações no país [...]. **Ouçam as minhas palavras, ouçam o comandante Chávez**, que lhes lança esta mensagem para que: por favor, reflitam e abaixem as armas, porque, na verdade, os objetivos que traçamos em nível nacional é impossível que os logremos. Companheiros, ouçam esta mensagem. **Solidário, lhes agradeço [...] sua valentia, seu desprendimento. E eu, ante o país e ante vocês, assumo a responsabilidade deste movimento militar bolivariano** (traduzimos).

A menção de Chávez, no texto, à sua mensagem como uma “mensagem bolivariana”, mostra a apropriação da memória do personagem histórico Simón Bolívar como fundamentação político-filosófica de sua fala. Vista deste modo, a “mensagem bolivariana” não é mais bolivariana, senão de Chávez (*chavista*), ou do que Chávez diz e pensa [professa] sobre Bolívar. Destarte, tal apropriação do personagem lendário (ou quase lendário), inclusive em textos oficiais como a própria Constituição da Venezuela, indica a utilização argumentativa da figura de Bolívar como um recurso à autoridade (argumento de autoridade), a partir do qual Chávez arvora ou sustenta as suas demais premissas, confundindo o “que é seu” com o “que é de Bolívar”, trazendo à tona o aspecto da sua vontade, como marco histórico (divisor de águas), tanto quanto o *libertador* do século XIX. É a presença da vontade tirânica que reaparece como vemos nas falas de Creonte, personagem da *Antígona* sofocliana.

Em seguida, aparece a afirmação de foi impossível **controlar o poder**, e de que é tempo de **evitar mais derramamento de sangue**, o que nos remete às características da tirania grega acima estudadas, dentre elas o fato de que tudo gira em torno do exercício do poder político (conforme vimos em *Édipo*), e que este poder está sempre circundado por ameaça e violência (conforme visto na *Antígona*).

Por outro lado, a violência e o ardil do tirano grego, consoante Lima Filho (1999), também aparecem atualizados no trecho acima, quando há referência à *violência* [no golpe], *soldados, armas e derramamento de sangue*, e quando vemos o **talento de orador** de Chávez trabalhar no sentido da sua inserção num determinado lugar do discurso político em que, apesar do envolvimento de outros personagens, **ele é líder, o responsável e o porta-voz** (FONTANA, 1997). É o que notamos quando ele fala: *Ouçam as minhas palavras, ouçam o comandante*

Chávez e também quando ele diz: *Solidário, lhes agradeço sua valentia e seu desprendimento*. Em nenhum momento outro nome é dito (citado), só o dele, Chávez, que também não enuncia (fala) em nome do MBR-200 (o movimento agradece...), mas dele próprio, o comandante: *Ouçam as minhas palavras, ouçam o comandante Chávez...*[Eu, Chávez] *lhes agradeço...*

Finalmente, o aspecto da **demagogia** (aquele que conduz o povo) aparece também materializado no trecho acima, quando o político diz: *eu, ante o país e ante vocês [soldados], assumo a responsabilidade deste movimento militar bolivariano...* É justamente aqui que encontramos discursivizado o seu **heroísmo**, o que lhe leva à ascender ao poder: a assunção da culpa e da responsabilidade. Ninguém mais viu como ele viu; foi ele quem arquitetou: é um homem de saber mais eficiente que o dos demais cidadãos e companheiros; está apto para ser o condutor de mudanças contra o poder instituído, se assim o autorizar o povo. *Mais uma vez, o Enunciado encontrado é o da tirania [em torno de Chávez], materializado e repetido em seus próprios atos de fala, nos textos que, deste lugar está autorizado a dizer*. Nos dizeres que, deste lugar, pode/deve repetir segundo uma *ordem do discurso*(FOUCAULT, 1971).

No vídeo intitulado *Golpe de Estado del 27 de Noviembre de 1992*, encontra-se uma entrevista gravada no cárcere em que Chávez fala em nome do MBR-200 (Movimento Bolivariano Revolucionário 200). A péssima qualidade do áudio, em termos de ruídos, e o baixo volume da gravação nos impediram de transcrever o texto na íntegra, mas a temática girou em torno da necessidade de se *lutar por liberdade na Venezuela*. No vídeo, o político trajado de militar, com a sua farda e a característica boina, fala de uma *democracia bolivariana*, donde se extrai a presença de uma posição de sujeito segundo a qual o conceito de democracia tradicional não serve para o movimento político evocado. Por fim, Chávez pede o apoio do povo e diz que é a oportunidade de Caracas *dar ao mundo um exemplo no século XX*. Vemos aqui, portanto, que Chávez apresenta-se à sociedade como aquele que pode conduzi-la à liberdade, a condições de vida melhores. A fala de Chávez representa o seu ardil, pois, por meio desta fala pública, o referido político coloca-se num lugar de demagogia, atualizando o bom orador saído dentre os militares, como analisou Aristóteles (A Política) sobre as tiranias gregas da antiguidade.

Na entrevista encontrada no vídeo *JOSÉ VICENTE HOY - 22 ENE 2012 Entrevista al Pde Hugo Chávez en José Vicente Hoy por Televen*, vemos Hugo Chávez comentar o seguinte sobre o golpe fracassado contra o governo de Carlos Andrés Pérez, em 04 de fevereiro de 1999: *O 02 de fevereiro de 1999 é consequência direta do 04 de fevereiro. [...] O 04 de fevereiro foi um acontecimento legitimado inclusive antes de acontecer. [...] Foi legitimado imediatamente, ipso facto, pelo mesmo povo, o grande apoio. 80%*.

De acordo com tal fala, a vitória eleitoral de Chávez em 02/02/1999 deu-se em decorrência do golpe fracassado de 04/02/1992. Este episódio político, enquanto tal, não teria se dado, entretanto, como *golpe* (já que o texto silencia a este respeito), mas sim como **acontecimento legítimo, legitimado imediatamente pela eleição de Chávez** com a vitória esmagadora nas urnas, cerca de 80% dos votos. As formulações acima reforçam o analisado nos parágrafos anteriores, no sentido de que **o ardil de Chávez** se deu na sua aparição pública, no **uso da linguagem**, para se colocar enquanto aquele que podia guiar a Venezuela por um caminho novo e de mudanças políticas. Encontramos aqui, mais uma vez, o enunciado da tirania, pois a menção a vitória eleitoral por 80% dos votos, retoma o postulado por Lima Filho (1999), no sentido de que *o povo confiava cegamente no tirano grego* desde que este concede ao povo o que este povo queria.

No vídeo *Hugo Chávez 1994 entrevista Venezuela La Hojilla VTV. Pueblo de México, escucha esto*, Hugo Chávez dá uma entrevista a um canal de TV mexicana no ano de 1994, pouco depois da sua saída da prisão pelo golpe frustrado de 1992, em um dos trechos da entrevista, há a seguinte formulação:

Não se trata, na verdade, da revolução de Chávez. É um processo histórico e assim o vejo. [...] Como revolucionários que nos sentimos, somos continuadores desta etapa histórica. Então como vai ser essa revolução? Já vínhamos buscando vias e **há duas fundamentalmente: pelas armas, pela violência, ou sem a violência.** [...] **usamos as armas para abrir esta porta. Saímos da prisão**, que foi uma escola para nós, para reafirmar princípios, com uma proposta aos venezuelanos de que *em paz podemos sair do labirinto*, agora isso, a vontade nossa é essa, mas não dependerá de nós, que seja em paz, que nós saíamos do labirinto. Dependerá muito mais das classes dominantes, dependerá de que o governo de Dr. Caldeira entenda que o compromisso de um governo é com o povo não com os setores poderosos. **Se a Colômbia deixou na mão da oligarquia a solução constituinte e a nova Constituição, não é isso que queremos na Venezuela, porque seria cair no mesmo, seria outro engano ao povo venezuelano.** Nós planejamos ao país nacional, por exemplo, chamar a constituinte fora do marco dos partidos políticos. É dizer que os partidos políticos devem apartar-se da mesa de jogo, para chamar a constituinte. **Depois a constituinte elaboraria a Constituição e dali sairia uma nova lei dos partidos políticos, uma nova lei eleitoral e se reativariam então os partidos políticos**, mas com outra dimensão, com outro sentido moralizante, e **verdadeiramente democrático**, porque **os partidos políticos hoje, quase sem exceção, são bolsões antidemocráticos no corpo da nação** (traduzimos).

Na passagem acima, vemos o movimento político bolivariano ser estruturado em torno de Chávez. O uso do apostrofo *na verdade* para explicar que, em outro nível, não se trata de algo organizado **em torno do político**, não exclui, em alguma medida, em alguma dimensão, que a revolução (de que o texto trata) seja *dele* [de Chávez]. A referência às armas [numa alusão ao

04 de fevereiro de 1992], para dizer que foi neste dia *que a porta da violência foi aberta como uma via possível*, atualiza o aspecto da **força, da ameaça violenta, ao governante**, encontrada em Lima Filho(1999) e na *Antígona*. A menção à prisão em um contexto de liberdade e de glória política (entrevista no México para tratar dos seus intentos políticos) evoca o **caráter desigual do destino do tirano** (cheio de altos e baixos), diante do qual se afirma o seu heroísmo e o seu saber autocrático, já que ele consegue superar sozinho as dificuldades que lhe foram e são impostas pela vida.

A alusão a uma *oligarquia colombiana*, para dizer que o processo de implantação de uma nova Constituição venezuelana tem que seguir por outro caminho (em que se dê voz ao povo) também retoma a tirania grega enquanto **transição obrigatória** de uma forma de governo **oligárquica para a democracia**, no sentido de Lima Filho (1999). Nesse sentido, também a implantação de novas leis (vista no mesmo autor), pode ser trazida para analisar a necessidade de convocação de uma nova Assembléia Constituinte sem a participação dos partidos políticos, já que ao dizer *os partidos políticos são bolsões antidemocráticos*, o texto remete a um governo de importância fundamental para mudar a ordem político-jurídica, num contexto em que **as leis instituídas não atendem às [novas] exigências da população**. Vemos, por meio da análise das formulações linguísticas acima, que há um Enunciado de ordem política e jurídica em que **o sentido da tirania é atualizado** em torno da figura de Hugo Chávez.

No vídeo *Hugo Chavez 1998*, encontramos uma entrevista do político dada ao jornalista Jorge Ramos, do canal de *TV Univision*, no ano de 1998, situada, portanto, num contexto de corrida presidencial, já que as eleições venezuelanas se dariam em 1999:

[RAMOS] **Comandante, permita-me falar sobre o medo** que o senhor gera em muitas pessoas. No exterior **há pessoas que lhe tem medo**, o senhor sabe disso, não? [CHÁVEZ, sorrindo] Não sei porque. [RAMOS] Bem, primeiro, **dizem que não é democrata. O senhor está disposto a entregar o poder depois de 5 anos?** [CHÁVEZ] Claro! Estou disposto a entregá-lo não somente depois de 5 anos, talvez até antes. Por que **nós vamos propor aqui uma reforma constitucional, uma transformação do sistema político para ter uma democracia verdadeira, muito mais autêntica**. Se, por exemplo, depois de 2 anos resulta que eu sou um fiasco, um fracasso, ou cometo um delito, um ato de corrupção, ou algo que justifique a minha saída do poder antes dos 5 anos, eu estaria disposto a sair. [...] [RAMOS] A última pergunta sobre Cuba é esta: **se para você Cuba é uma ditadura ou não é uma ditadura?** [CHÁVEZ] **Sim, é uma ditadura. Mas eu não posso condenar a Cuba**. Há um princípio de direito internacional que é o da Auto Determinação dos Povos. Os povos devem dar-se seus governos, podem fazer sua própria história. Eu não posso, de Caracas, sentado aqui, começar a julgar os governos e os povos do mundo (traduzimos).

Acima, o que primeiro nos chama atenção é utilização do pronome *comandante* em relação a Chávez. Tal uso é indicativo de que o político, de algum modo, é ligado a um *militarismo*, e este militarismo pode ser entendido de pelo menos duas formas: ou de *ditadura militar* ou de *tiranía*, no sentido de Aristóteles (A política), como aquele que é escolhido de dentro do militarismo por usar a palavra com eloquência. A menção ao **medo** atualiza as falas de Hemon ao seu pai Creonte, então tirano de Tebas, na tragédia *Antígona: Tua imagem intimida o homem do povo que não se atreve a pronunciar palavras que não te agradariam*. A pergunta sobre não ser democrata e sobre o fato de Chávez ter entregado o poder depois de 05 (cinco) anos também retoma um sentido de tirania, em que esta não se identifica com a(s) forma(s) democrática(s) nem com a alternância no poder.

A alusão a alterações legislativas para transformar o sistema político, *para ter uma democracia verdadeira, muito mais autêntica*, evoca as mudanças na lei. No caso dos tiranos gregos, também ocorriam mudanças nas leis. Do mesmo modo, a passagem para Democracia (como governo de transição) retoma este personagem histórico. Por outro lado, a adjetivação da palavra democracia para *democracia verdadeira, muito mais autêntica*, desloca o sentido de democracia que passa a operar não com o sentido de “regime democrático” (como dito em outra passagem deste trabalho, um termo só se identifica plenamente com ele mesmo), mas com qualquer outra coisa, segundo uma teoria do valor de Saussure (1916).

Na última pergunta sobre Cuba, vemos Chávez responder que: *Sim, [Cuba] é uma ditadura*, mas que não pode condená-la, em face de princípios políticos e de Direito Internacional. E, pelo que temos analisado ao longo desta pesquisa, parece que a afirmação de Chávez tenha tomado como base a realização (ou não-realização) de eleições periódicas para a escolha de presidentes, já que este tem sido o principal critério que notamos em sua fala para caracterizar o seu governo como democrático. As formulações analisadas indicam, portanto, a presença de uma posição de sujeito em que o medo (o temor) da população diante do governante, a não alternância de poder, não são próprios da democracia, mas de algum outro regime, próximo de uma ditadura.

No vídeo *JOSÉ VICENTE HOY - 7 agosto 2011 Hugo Chávez Entrevista especial de José Vicente Rangel 7 agosto 2011 Completa*, vemos o presidente da Venezuela falar sobre o 04 de fevereiro de 1992 e sobre as eleições presidenciais de outubro de 2012:

[CHÁVEZ] Trabalhamos sem descanso. Era absolutamente **necessário**, e eu creio que a história o confirmou. [...] necessário e, ademais, **inevitável** inclusive para por freio no golpe de direita que se estava articulando, na extrema direita civil e na extrema direita militar. [...] Eu enxergo o destino da revolução na organização da mobilização popular, na unidade do povo, da

força revolucionária, na unidade cívico-militar, na consciência de construir aonde vamos, na ideologia... as eleições serão apenas um avento a mais. Não creio que aí se determine o destino da revolução bolivariana. [...] Não, não perderemos. Nós vamos ganhar. Agora, se pergunta desta maneira, eu te respondo que já é história, minha atitude pessoal, em eventos em que não fomos favorecidos pela vitória em algumas eleições. Com efeito, estou absolutamente certo que viverei, que passarei por esta situação exitosamente, que serei o candidato [...]. Não podemos aceitar a menor possibilidade de sermos derrotados. [...] com mais ação temos que nos preparar para o cenário que eles [oposição], o que chamam de plano “b”, a embaixada ianque, o império ianque, a CIA estão preparando. [...] ante o que eu qualifico como impossibilidade estrutural e orgânica de derrotar-nos no campo eleitoral. [...] Se a diferença for pequena, eles terão um plano de violência... E bem, já imagino a CNN e as grandes redes mundiais e os governos da direita européia e o Conselho de Segurança da ONU... bem, temos grandes aliados aí, mas com efeito... é um plano internacional, vão dizer, já imagino: **o tirano Chávez! Se agarra ao poder! Não quer mais entregar [largar]!** Vão tratar de gerar violência, desestabilização e intervenção... Esse é o plano deles. Mas este plano desde já começamos: *Guerra avisada não mata soldado*. Este plano já está começando a ser neutralizado. E se pretendem colocá-lo em marcha vai ser pior para eles. Eu não seria o Chávez, aquele, do crucifixo, de 14 de abril [...], seria uma ocasião mais para continuar aprofundando a revolução bolivariana rumo ao socialismo (traduzimos).

No fragmento acima, os comentários em relação ao [golpe de] 04 de fevereiro de 1992 afirmam que se tratava de um movimento *necessário e inevitável*, da ordem do *imprescindível*. Esta adjetivação coloca tal evento dentro das observações que Lima Filho (1999) faz sobre os governos tirânicos gregos, no sentido de que foram inevitáveis à passagem para a Democracia. A referência a um golpe de estado, articulado entre a *extrema direita civil* e *extrema direita militar*, que teria sido evitado pelo movimento do 04 de fevereiro, põe em cena o risco de retorno a uma ditadura militar, conforme postulado por Fontana (1997), dando conta de que a nossa hipótese sobre as **condições de existência** que permitem o reaparecimento ou atualização do enunciado sobre a tirania em torno de Chávez é plausível.

Ao mencionar que a *força revolucionária* estaria na mobilização do povo e que as eleições não são determinantes para o processo político em marcha, o texto retoma o **apoio popular** imprescindível ao sucesso (ascensão e permanência) do tirano no poder e, por outro lado, mostra que este apoio prescinde de sua expressão pela via eleitoral. No limite, esta observação pode remeter à **violência**, à ascensão e à manutenção do poder à força (pelo menos não se pode excluir esta possibilidade), já que o apoio dito no texto é *cívico-militar*, remetendo ao analisado por Aristóteles (A Política) de que o **demagogogrego** era, não raro, um orador, pessoa eloquente, retirada dentre os militares.

Adiante, a certeza de que Chávez não sofrerá derrota materializa o debate em torno da **manutenção do poder**. Mas a vontade do povo é lembrada como medida (como um

termômetro) de sua aceitação, quando Chávez lembra que já sofrera outras derrotas na urna e as respeitou, ou seja, não impôs sua vontade pela força. A doença, o câncer, é inserida no texto como um dos **altos e baixos** (destinos desigual) por que passa o tirano, mas que não serve como forma de dissuadi-lo de continuar tentando se perpetuar na presidência. A memória das ditaduras e do golpe sofrido por Chávez em 2002 surge nas formulações em que há uma alerta para uma possível investida violenta dos Estados Unidos e da oposição venezuelana. Tal memória traz para a cena linguística o aspecto das **constantes ameaças** que sofre o Tirano no exercício do poder (instabilidade política), conforme aparece em Sófocles.

Mais a frente, há uma ponderação interessante: a de que se a oposição e os EUA quiserem investir violentamente contra o presidente reeleito [se o for em 2012], tal investida se dará pelo argumento de que: *o tirano Chávez! Se agarra ao poder! Não quer mais entregar [largar]!*, demonstrando que a nossa hipótese de trabalho é realmente sólida nesse sentido, já que as palavras saíram da boca do próprio político no vídeo analisado, não em momento obscuro ou de indução argumentativa, mas numa entrevista concedida a um jornalista que já fora seu ex-vice-presidente: José Vicente Rangel.

Por fim, após mencionar a possibilidade de golpe, caso Chávez ganhe a eleição, o texto mostra que a defesa do presidente seria igualmente violenta: *Guerra avisada não mata soldado. Este plano já está começando a ser neutralizado. E se pretendem colocá-lo em marcha vai ser pior para eles*, o que aponta para o afirmado por Lima Filho (1999), no sentido de que o tirano se apóia na força ou num ardil, ou numa combinação das duas coisas.

Interessante salientar, contudo, que, embora os dizeres sobre a relação diplomática Estados Unidos *versus* Venezuela [da era Chávez] não apareçam discursivizados como o embate Direita *versus* Esquerda (ou Capitalismo *versus* Comunismo) da Guerra Fria, o coloca, no nível do discurso, como uma espécie de **herói Latino Americano**, ao estilo de Fidel Castro: aquele que afronta, que desafia, que *peita* a Casa Branca. Em todo caso, o Enunciado presente nas formulações do fragmento acima é o de *tiranía* e diz respeito ao governo de Hugo Chávez e à sua política.

As duas entrevistas mais completas, dentre todas as coletadas, foram as da *RedeTV!* e da *TV Cultura*, respectivamente, programas *É Notícia* de Kennedy Alencar, e *Roda Viva*. Por se tratarem de debates muito longos, não os iremos transcrever e analisar *na íntegra*. Afinal, uma transcrição integral e detalhada fugiria aos propósitos da pesquisa, dado que trabalhamos com uma metodologia voltada à identificação de indícios. Assim, comentaremos, em linhas gerais, o conteúdo das entrevistas e destacaremos para análise, dentro de uma perspectiva metodológica indiciária, consoante Ginzburg (1986), os pontos fulcrais que interessam à

comprovação de que um Enunciado sobre a tirania encontra-se materializado no que é dito e escrito sobre Hugo Chávez, presidente da Venezuela, especialmente no que diz respeito à questão central da *ascensão e da manutenção no poder*, ou seja, daquilo que ultrapassa o limite do heroísmo e é analisado por Foucault (1974) como uma característica negativa da *tiranía*: o excesso [de saber e de poder]. Vejamos:

O vídeo *Hugo Chávez - Kennedy Alencar - É notícia - RedeTV – Maio de 2010*, veicula a entrevista dada por Chávez ao canal de TV aberta brasileira *Rede TV*, no dia 03 de maio de 2010, no programa *É Notícia*, apresentado pelo jornalista Kennedy Alencar. Nela, o presidente Hugo Chávez responde a perguntas sobre a sua origem, a sua infância e a sua aparição no cenário político. Nas formulações linguísticas que se referem a questões sobre o seu passado, Hugo Chávez responde que nasceu numa cidadezinha rural e que os pais (professores) não puderam lhe oferecer muitas opções senão lhe mandar para morar com a avó, na capital, pois na localidade não havia colégio:

A Venezuela era muito atrasada [...] o ambiente no qual fui criado no meio dos camponeses vendo a pobreza, vendo a miséria, precisando trabalhar desde criança para poder ajudar a sustentar a família. Na minha juventude, na adolescência, vivíamos na pobreza. [...] Só entrei no exército porque pensava passar ali apenas um ano ou dois, e depois ficar em Caracas, porque éramos muito pobres e o meu pai não podia pagar meus estudos em Caracas. Eu queria ir para Caracas para jogar beisebol profissionalmente, era o meu sonho de adolescência.

A história contada pela boca de Hugo Chávez inicia-se com esta narrativa pela qual ele mostra que conheceu a pobreza e a miséria, superando-as para se tornar o que é (**destino desigual**). O ingresso na academia militar é contextualizado nesses termos, já que o sonho do jovem era ser *jogador de beisebol*: uma frustração. Prossegue dizendo que na academia militar foi tomando consciência política e tornou-se um soldado revolucionário, donde se extrai que seu **saber autocrático** o impede de se enquadrar onde todos os demais se enquadram: Chávez não poderia ser um soldado comum, aquilo era pouco para ele, ele tinha que ser *soldado revolucionário*, destacando-se (lugar do excesso) em relação aos outros. Perguntado se teria implantado uma ditadura caso o golpe fracassado de 1992 tivesse obtido sucesso, Chávez responde:

Não, nunca. Nós somos revolucionários. O que fizemos, os jovens militares, em 4 de fevereiro de 1992, [...] foi *agrande capitánada*, os capitães, os tenentes, os sargentos, as tropas, a juventude. Isso não foi um golpe, na verdade. Foi uma Rebelião, foi um grito. [...] A nossa rebelião não poderá ser entendida se não for contextualizada e se o observador ou o analista não

perceber que apenas três anos antes, houve um massacre na Venezuela, promovido pelo mesmo exército, no qual morreram milhares de pessoas, inclusive crianças e idosos, para defender um governo tirânico, democraticamente eleito, mas que estava aplicando as políticas de choque do Fundo Monetário num país cheio de riqueza e de petróleo, que alcançou 70% de pobreza e 25% de miséria, de pobreza extrema. Nesse contexto pré-revolucionário ocorreu a revolução popular de 1989 e, depois, a revolução militar da juventude em 1992. Ou seja, isso não foi um golpe de estado, foi muito diferente de tudo o que aconteceu na América Latina. Nós somos anti-golpistas, anti-imperialistas, somos revolucionários.

Com o emprego do termo *rebelião* no lugar de *golpe*, o político opera um deslocamento de sentido em que o seu heroísmo começa a se desenhar. Ao evocar uma contextualização histórica para justificar o movimento de 04 de fevereiro de 1992, Chávez lembra que em 1989 teria ocorrido um massacre de origem política na Venezuela em que o exército fora convocado para oprimir a população, matando inclusive crianças e idosos. Segundo o entrevistado, a ação do exército se deu para defender um **governo tirânico, democraticamente eleito**, mas que estava deixando o país em profunda situação de pobreza e miséria ao aplicar as políticas econômicas do FMI. Com isto, vemos na fala do político a justificativa do seu **heroísmo** (salvar a *polis* desta pobreza e miséria imposta pelo FMI e por este governo injusto), ao mesmo tempo em que, no nível do discurso, também encontramos o argumento que justifica as suas sucessivas reeleições: que a *democracia (leia-se eleições periódicas) não garante justiça social* e que a *tiranía [do governo] decorre do alinhamento político com os Estados Unidos contra a população pobre*, e não de se manter indefinidamente no poder.

Através destes deslizamentos de sentido, Chávez mostra que, de acordo com o discurso por ele materializado, seu governo não é tirânico, mesmo apresentando a característica de perpetuação no poder. Para esse discurso, a tirania não seria um traço característico de governo Chávez devido a dois motivos: primeiro, é um governo que está com os mais pobres (governo justo); e, segundo, trata-se de um governo que não se alinha aos EUA e à elite econômica (democracia). Reforça esta análise o fato de que Chávez identifica os **Estados Unidos com os Golpes Militares**, quando faz o uso das expressões: *somos anti-golpistas, anti-imperialistas, somos revolucionários*. Nesse último caso, o termo “revolucionários” indica a possibilidade de se encaixar em qualquer outra forma política, desde que não seja as acima apontadas (inclusive democracia com alternância no poder).

Por outro lado, a posição anti-EUA, que Chávez constrói em torno do seu governo, de algum modo o põe numa condição de herói político, como um nome de resistência contra o governo de Washington no cenário da América Latina do século XXI, substituindo Fidel Castro.

O que somente é possível pelo tom de **constante ameaça** (golpe de estado) com que o político se refere aos Estados Unidos.

Perguntado sobre as recentes alterações legislativas que estariam permitindo a ele manter-se no poder por meio de seguidas reeleições, Chávez objeta que:

Bom, na Venezuela isso aconteceu. Mas não foi precisamente comigo e conosco. Aconteceu a partir de 1961, com a constituição aprovada naquele dia, que foi feita como um pacto de cúpulas, às costas do povo, sem consultar a população. Isso acabou sendo uma verdadeira ditadura fantasiada de democracia. Não é segredo para ninguém que, desde antes da prisão, nós já tínhamos foco no aspecto estratégico: convocar uma assembléia nacional constituinte para mudar a constituição e fundar novamente a república, fazer uma nova estrutura jurídico-política. Coisa que foi conseguida, graças a Deus, não pela via militar, mas pela via popular democrática através de uma constituição que foi discutida por todos e aprovada em referendo nacional. A única constituição em nossa história que foi eleita em referendo e aprovada por todo um povo. Então, que ditadura? Uma vez Lula disse, quando foi perguntado a respeito do ditador Chávez, que a Venezuela tem mais um excesso de democracia, do ponto de vista que na Venezuela há eleição todo ano.

No fragmento acima, vemos que Chávez desloca o foco da resposta para a última alteração constitucional, no ano de 1961, que [esta sim] estaria perpetuando no poder uma elite ditatorial disfarçada sob o manto de democracia. Nesse sentido, Chávez se coloca como aquele que veio dar a solução a este problema da *polis*: acabar com as injustiças praticadas pelos que, até então, estavam legitimamente (legalmente) investidos de poder político. Retoma os aspectos históricos, jurídicos e políticos analisados por Lima Filho (1999), quando os governos tirânicos surgiram como **governos inevitáveis de transição** de uma forma de governo oligárquica para uma democrática, favorecendo o povo, especialmente com novas leis. Estas *novas leis* (metaforicamente falando), aparecem, no fragmento acima, justamente como a nova Constituição da Venezuela, que Chávez já havia defendido desde a época de campanha, segundo ele diz. Quando afirma que a *nova estrutura jurídico-política* foi implantada sem precisar recorrer à via militar, Chávez coloca em cena a **força e o ardil** próprios do tirano grego (Lima Filho, 1999). Já no fim da sua resposta, quando justifica que Lula teria dito que na Venezuela haveria mais um excesso de democracia, *do ponto de vista que na Venezuela há eleição todo ano*, o político deixa claro que a sua definição de democracia leva em consideração a realização de eleições e consultas populares nas urnas (referendos, por exemplo), mas não considera necessária a alternância no exercício do poder de presidente.

Por fim, perguntado sobre a possibilidade de um terceiro mandato de Lula no Brasil, ou seja, se havia aconselhado a Lula mudança da Constituição para lhe possibilitar uma segunda reeleição, o presidente venezuelano nega e complementa que:

seria incapaz de fazer isso. Eu respeito, como todos temos que respeitar, a soberania de cada país e as decisões de cada povo, de cada governo. Independente das preferências individuais, cada país tem sua particularidade, sua especificidade. Lula vai sair do governo com 80% de popularidade. Se houvesse a possibilidade de se candidatar novamente e ele, junto ao partido, decidisse isso, dificilmente alguém ganharia dele.

Vemos, portanto, na sua fala, que Chávez não veria problemas em Lula se candidatar novamente, já que a ampla popularidade (índice de 80%) indicaria que o povo gostaria que isto acontecesse. Da forma como está exposto o argumento, notamos que o político justifica a possibilidade de reiteradas candidaturas à presidência com base no critério de apoio popular. Esse argumento do apoio popular reforça o afirmado por Lima Filho (1999), já acima referenciado, no sentido de que o personagem histórico do tirano grego representava o *chefe ao qual a multidão seguia cegamente. A ele, a multidão tudo permitia, desde que trabalhasse em favor dela*. Nas formulações analisadas, vemos, assim, atualizado o Enunciado relacionado à tirania segundo o qual *o governo de Hugo Chávez remonta [de certa forma] a Tirania dos gregos*, tanto em seus aspectos heróicos quanto no que diz respeito à manutenção no poder.

A outra entrevista dada por Hugo Chávez a um canal de TV brasileiro foi ao programa *Roda Viva*, da *TV Cultura*, em 03 de outubro de 2005, e se inicia com um texto especialmente preparado para introduzir as perguntas que passarão a ser feitas. O texto, que apresenta o entrevistado da noite, diz o seguinte:

Hugo Chávez foi eleito pelo voto popular em dezembro de 1998. Ele já havia tentado chegar ao poder em 92, através de um golpe militar que não deu certo e o levou à prisão por dois anos. Libertado, criou seu movimento Quinta República, e com o apoio de pequenos partidos de esquerda, venceu a eleição presidencial. **De origem humilde**, sonhava em ser jogador de beisebol, mas foi para o exército com dezoito anos e fez carreira militar. Chegou ao posto de coronel e se lançou numa ação política inspirada em Simón Bolívar, o herói da independência sul-americana, que buscava uma América Latina livre e unificada. **Com um discurso popular de combate à corrupção e à pobreza, Hugo Chávez está no governo há seis anos, e sobreviveu a várias crises**. Em 2002, sofreu uma tentativa de golpe militar que fracassou, depois enfrentou duas greves gerais com saques e conflitos de rua entre opositores, partidários e policiais, que deixaram dezenas de mortos e centenas de feridos. A oposição, incluindo alas militares, setores empresariais, e a classe média e alta acusou Chávez de querer impor à Venezuela um regime autoritário à moda de Fidel Castro, mesma linha de pensamento do governo dos Estados Unidos, e conseguiu convocar um plebiscito com a idéia de abreviar o mandato do

presidente. **O povo foi às urnas, mas disse sim a Hugo Chávez.** Fortalecido e apoiado por governos do continente, especialmente Argentina e Brasil, o presidente dá seqüência à sua anunciada revolução política – **reformou o Congresso, mudou a Constituição, e com o dinheiro farto, obteve com a alta do preço do petróleo, começou a investir pesado em programas sociais, que só fizeram aumentar sua popularidade e, na opinião de muitos analistas, sua chance de reeleição no ano que vem** (negritamos).

O texto começa com uma referência ao Golpe Militar de 1992, que não deu certo e que levou Chávez à prisão por dois anos, mostrando que há oscilação no destino de Hugo Chávez, pois narra tais acontecimentos em termos de altos e baixos na vida do político. Registra que foi eleito pelo voto popular em dezembro de 1998, indicando que o golpe surtiu um efeito político providencial, na medida em que lançou Chávez na cena política da Venezuela como uma possibilidade de solução dos problemas do país, ao mesmo tempo em que destaca os aspectos da violência e o do ardil em torno da figura do presidente. Trata de sua *origem humilde* e de como venceu na vida, evocando um sentido de heroísmo e de saber autocrático, já que Chávez é encenado como aquele que venceu na vida. Em seguida, Chávez é discursivizado como aquele que combate à corrupção e à pobreza e a postura de Chávez, como salvador da Venezuela, é apresentada como causa para sua ascensão ao poder: ele (Chávez) mata a Divina Cantora da Venezuela (sua esfinge, seus problemas), mostrando que o seu ardil consiste em se colocar como salvador da nação contra estes inimigos comuns do povo.

A menção ao fato de que já está no poder há seis anos e de que sofreu várias crises traz o poder para o centro da discussão: a *permanência no poder* e a *constante ameaça de tê-lo usurpado*. A referência ao golpe militar de 2002, à oposição e aos EUA também evoca este mesmo sentido de instabilidade política. O apoio popular também é lembrado, quando o texto enfatiza que: *o povo foi às urnas, mas disse sim a Chávez*. Finalmente, a reformulação do Congresso, mudança na Constituição e o uso do petróleo para aumentar a sua popularidade são trazidos para o debate como formas de continuar no poder (vencer a reeleição).

Logo após este texto introdutório, a entrevista tem início e o apresentador/mediador abre para as perguntas, que passam a ser feitas. De todas as realizadas, destacamos duas por seu conteúdo pertinente e ao mesmo tempo inovador, em relação aos dizeres analisados até o momento no trabalho. Trata-se da questão feita por Eliana Cantanhêde: a jornalista pergunta a Chávez se ele é demônio ou santo, ao que Hugo Chávez responde:

Hugo Chávez: **Nem demônio, nem santo.** Acho que temos todos um pouco de cada coisa, não? [Chávez ri] **Eu sou apenas um homem, um soldado, um patriota, um revolucionário, e estou ao lado de muitos venezuelanos impulsionando um projeto.** Deixe-me dizer que não é tão certo que metade

creia que sou demônio e a outra que eu sou um santo. Não, não é isso. Os índices de apoio ao nosso governo cresceram muito nos últimos anos. Pesquisas de poucos meses atrás – não são do governo, são internacionais, inclusive – nos dão 70% de apoio. E os que saíram para protestar contra nós são grupos muito pequenos, que saem agora porque a classe média percebeu a loucura que houve no país. Tentaram destruir o país para derrubar um presidente. Porém, **nem demônio, nem santo; um homem** (negritamos).

No trecho acima, vemos o discurso religioso cruzar o discurso político. Quando a jornalista pergunta sobre a oposição santo ou demônio não remete a uma religião específica, já que, do modo como é formulada, a pergunta pode ser vinculada a um sem-número de contextos religiosos. Ocorre, todavia, que uma questão bastante semelhante também é encontrada no *Édipo* de Sófocles, de modo que merece a nossa associação.

Logo no início da tragédia, o sacerdote toma a palavra para se dirigir a Édipo, e o faz nos seguintes termos:

Certamente, **nem eu nem estas crianças, de joelhos diante de teu lar, te igualamos aos deuses; mas te consideramos o primeiro de todos os mortais** nos incidentes de nossa existência e nas conjunturas criadas pelos deuses. Bastou-te outrora entrar nesta cidade de Cadmo para libertá-la do tributo que ela pagava então à terrível Cantadeira. Nada tinhas ouvido da boca de nenhum de nós, não havias recebido nenhuma instrução: foi pela ajuda de um deus – todos dizem, todos pensam assim – que soubeste reerguer nossa fortuna. Pois bem! Ainda desta vez, poderoso Édipo, amado por todos aqui, a teus pés te imploramos. Descobre para nós um socorro. Que a voz de um deus te inspire ou que um mortal te instrua, não importa! Os homens experimentados são também aqueles cujos conselhos geralmente se coroam de sucesso (Sófocles, *Édipo Rei*, p. 7-8).

Nesta passagem, Édipo é colocado numa posição de intermediário entre os deuses e os homens, é o único habilitado a ouvir-lhes os conselhos e transmitir aos demais humanos, na forma de soluções aos problemas que se lhes apresentam no campo da política. Na medida em que Édipo é apresentado como aquele que destruiu a Divina Cantora sem ter ouvido qualquer um da *polis*, a sua conexão é remetida aos deuses: *todos dizem, todos pensam assim, foi pela ajuda de um deus*. O poder está presente: Édipo é chamado de *poderoso*, e seu poder é legitimado pelo heroísmo de ter solucionado sozinho o problema da Divina Cantora. Daí que a cidade toda se coloca aos seus pés para pedir-lhe, mais uma vez, que descubra um socorro. Feito isto, Édipo é, novamente, coroado de sucesso, caso contrário seu poder sofreria um abalo, na medida em que se mostrasse não eficaz. Esse sentimento religioso remonta aos reis arcaicos, conforme vimos em Lima Filho (1999): na época homérica o rei era alguém responsável, de certo modo, pela manutenção (ou auxílio na manutenção) da ordem cósmica, responsável,

portanto, pela identificação correta dos sinais divinos. Somente satisfeita esta condição é que o tirano se legitima como o demagogo, apto a conduzir a cidade a uma condição próspera (fortuna).

Da mesma forma que vimos o sacerdote não igualar Édipo aos deuses, mas ao melhor dos homens, vemos esta condição ser atualizada em relação a Chávez, quando diz: *Nem demônio, nem santo. [...] Eu sou apenas um homem, um soldado, patriota, um revolucionário, e estou ao lado de muitos venezuelanos impulsionando um projeto.* Também aqui está presente esta coincidência que nos permite conectar a narrativa em torno de Chávez com os elementos da tirania vistos em Édipo, por Foucault (1974).

Na segunda passagem que consideramos importante para a pesquisa, vemos uma pergunta sobre a esquerda (esquerdização dos países da América Latina em face dos Estados Unidos) ser feita, ao que Chávez responde que

Se vemos do ponto de vista da ideologia política é um processo deesquerdização, com certeza. Mas no fundo, creio que haja outras razões. Cai a UniãoSoviética, impõe-nos o Consenso de Washington e o fim da história e a era datecnotrônica. [...] A esquerda, podemos trazê-la desde a Revolução Francesa: Liberdade, Igualdade, Fraternidade, democracia verdadeira. A direita é a tirania das elites, disfarçada, muitas vezes, de democracia. A direita justifica a desigualdade. Ela diz que a pobreza é inevitável, que é natural e que temos que dar pão aos mendigos para que comam. Nós, revolucionários de esquerda, dizemos não. É a igualdade de esquerda...

Aqui, Chávez tece uma definição de esquerda que não o vincula a um modelo comunista, senão a uma via distinta da dos Estados Unidos, e isso se dá especialmente quando afirma que a esquerda pode ser trazida *desde a Revolução Francesa*. O governo de Chávez, portanto, não se define como comunista e se este aspecto aparece no que é dito a seu respeito é somente por que surge como uma forma de rotular a sua política como anti-EUA. Assim, quando afirma que *nós, revolucionários de esquerda dizemos não*, ele se coloca na condição de líder, de porta-voz da América Latina, vindo também daí, em certo sentido, o seu heroísmo político. Do exposto, verificamos, então, que o Enunciado sobre a tirania também aparece em todas as formulações linguísticas acima, comprovando-se estar repetido e atualizado em relação ao presidente Hugo Chávez.

4.3 DOCUMENTÁRIOS

Certo de não termos comprometido a qualidade do trabalho com a necessária transcrição parcial das duas entrevistas dadas à TV brasileira, passamos à análise dos documentários, em

relação a que, também por força das circunstâncias, teremos que suprimir partes grandes dos textos coletados e transcritos dos vídeos, já que há a necessidade de concentrarmos a nossa argumentação precisamente no aspecto da tirania, e sobretudo trazendo formulações relativamente novas à análise (dizeres de pessoas, ou do próprio Chávez em contextos diferentes dos vistos no material coletado acima), no sentido de verificar, de um ponto de vista discursivo e indiciário, se o Enunciado que está sendo repetido efetivamente é o que postulamos como hipótese.

O documentário *Ao sul da fronteira* (*South of the Border*) foi produzido nos Estados Unidos, no ano de 2009, sob a direção de Oliver Stone. Nele, o diretor se propõe a abordar o governo do presidente Hugo Chávez e mostrar em que medida sua política tem contagiado os demais países latino-americanos, no sentido de resistência econômica e política ao que o vídeo chama de o Consenso de Washington.

A narrativa sobre Chávez não se diferencia em nada de todas as outras que analisamos até o momento. O narrador do vídeo chama o evento de 04 de fevereiro de 1992 de *golpe ilegal*, mas salienta que os defensores da democracia [de 1992] foram os mesmos que em 2002 investiriam contra o governo de Chávez por meio de outro golpe. Neste momento, vemos o golpe ser tomado no sentido do artilheiro político de que trata Foucault (1974) e Lima Filho (1999), pois o narrador dirá que a partir de então: *por outro lado, não passou despercebido que a maioria da população via Chávez como um herói*, segundo o que o político se legitimava ao exercício do poder político. É nesse sentido também, que a eleição de 1998 aparece, como a condução dele ao poder pelo povo, no intuito de serem operadas mudanças na estrutura política: [JORNALISTANA TV] *Seus apoiadores chamaram de voto de punição. E levou este homem ao poder na Venezuela. O ex-militar do exército disse que vai lutar contra uma tradição de corrupção e desigualdade econômica.*

Mais adiante, numa montagem em que vários vídeos se sobrepõem, ou aparecem imediatamente um após o outro, formando uma unidade textual, vemos a questão de uma apresentadora de TV ser respondida por populares no meio da rua: [APRESENTADORA PERGUNTA À REPÓRTER DO SEU CANAL] *Porque alguém que liderou um golpe há apenas seis anos é tão popular para o povo?* [MULHER NA TELA DA TV] *Vivemos 40 anos vendo ladrões vestidos de políticos.* Nesse trecho, portanto, vemos que Chávez aparece como aquele que livrou a Venezuela da sua esfinge, da sua Divina Cantora.

Adiante, o presidente [já eleito], em uma fala pública num comício diz que: *Este poder que vocês me deram não pertence a mim. Este poder é de vocês. Vocês elegeram o governo que não será o governo de Chávez. Porque Chávez é o povo. Vai ser o governo do povo!*

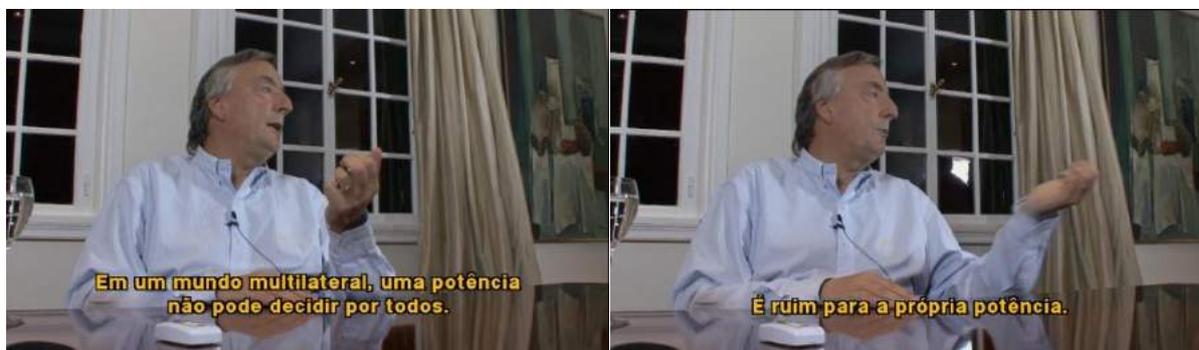
Neste trecho, notamos a presença de uma discussão em torno do poder em que o apoio popular é evocado como sustentação do governo.

Em outra passagem, o narrador do vídeo comenta sobre as alterações ou mudanças que o político prometeu fazer no país:

[NARRADOR DO VÍDEO] Ele prometeu reformas para elevar as condições de moradia dos pobres. **Aprimorar a democracia.** E partilhar os lucros do petróleo do país com aqueles que nunca foram beneficiados no passado. Nos três anos seguintes, Chávez proclamou na Venezuela uma República Bolivariana. E começou a cumprir sua promessa (negritamos).

Aqui, como em outras passagens, o aspecto do heroísmo aparece, mas não sem antes permitir que também possamos constatar a presença de uma forma de governo destoante da democracia (ou pela menos que não se identifica plenamente com a forma democrática, já a relação mostrada no vídeo não é de identidade, mas de *democracia* para uma *democracia aprimorada*) e do cumprimento de suas promessas, com a transição da situação anterior para uma melhor, no sentido de um governo tirânico grego em que o tirano operou importantes mudanças a favor dos seus apoiadores (o povo) e contra seus opositores. Por outro lado, a menção a que *ele, Chávez, teria proclamado uma República Bolivariana*, dá um tom personalista à proposição, como se fosse o único autor, ou o único responsável, no sentido da autocracia (saber autocrático do tirano).

A parte mais significativa do documentário, no entanto, sai da boca de Nestor Kirchner, ex-presidente da Argentina, e que se diz amigo de Chávez. Ao criticar o poder absoluto que os Estados Unidos insistem em conquistar e manter em relação a todos os países do mundo (no seu entender), o político diz que:







[KIRCHNER] Em um mundo multilateral, uma potência não pode decidir por todos. É ruim para a própria potência. **Poder absoluto é sempre ruim. É o que sempre digo a Chávez. Sou muito próximo a Hugo, ele é um amigo.** Mas eu lhe digo que deve construir coletivamente. **É preciso ter 10 candidatos à Presidência... Não pode ser só ele.** Do contrário, quando ele se for, todo o processo acabará. A crença de que somente uma pessoa pode [ser] a garantia... É como crer que um só país pode resolver todos os problemas do mundo (negritamos).

No fragmento, verificamos que o fato de ser amigo de Chávez não impede que vejamos materializado na fala de Kirchner um Enunciado de cunho político e jurídico[contemporâneo] de acordo com o qual deve haver alternância no exercício do poder político, que não pode ser exercido sempre pela mesma pessoa. O fato de dizer que é amigo, embora coloque Kirchner em uma posição de endossar as atitudes políticas de Chávez, contrasta com a afirmação de *que o poder absoluto é sempre ruim*, especialmente na medida em que esta crítica, em forma de comentário, é dirigida (por Kirchner) ao próprio Chávez, quando arremata que *É preciso ter 10 candidatos à Presidência... Não pode ser só ele*.

Por fim, aos 68':38'' (sessenta e oito minutos e trinta e oito segundos), o vídeo exhibe uma mulher grávida, já com alguns meses (dado o tamanho da barriga), com a seguinte inscrição na pele, no entorno do umbigo: *Yotambiénsoy chavista* (Eu também sou chavista):



Esta frase, da forma como se encontra disposta na imagem, sobre a barriga da gestante, opera um jogo de ambiguidade: em que o “eu” da mãe se junta ao “eu” do bebê em estado gestacional, causando o **efeito de sentido de continuidade, de perpetuação**: o apoio a Hugo Chávez vai ser passado de pai para filho. Por outro lado, a referência a um *chavismo*, remete ao ambiente da *tietagem*, em que os **membros de fãs clubes** costumam usar artefatos (camisas, bonés, bandeiras, faixas etc.) e fazer inscrições na pele com o nome do artista predileto. Chávez aparece, portanto, como **um ídolo**, pois ninguém mais, além dele, pode realizar os seus feitos, fazer o que ele faz (o melhor dos homens). Unindo os dois aspectos, vemos presente uma posição de sujeito segundo a qual é desejável que Chávez permaneça no poder: ele e mais ninguém, perpetuamente. Em todas as formulações, portanto, vemos o mesmo Enunciado ser repetido: o de tirania, em relação a Chávez e ao seu governo.

O documentário *A guerra contra a democracia* (*The war on democracy*) foi produzido no Reino Unido, em 2008, sob a direção de John Pilger, que também é jornalista. O vídeo se propõe a examinar o papel dos Estados Unidos e a sua relação com a manipulação política dos países Latino Americanos. Além disso, o filme aborda a luta dos cidadãos para superarem a fome e a pobreza. A trajetória política de Chávez é contada de uma forma que lembra a *Antígona*, na medida em que o episódio violento 2002 (tentativa de golpe contra Chávez) põe em cena uma luta sangrenta em torno do poder presidencial, mas também permite que os caracteres heróicos de Chávez e sua infância pobre (história de superação) ocupem lugar de importância na narrativa. O vídeo não chegou, contudo, às salas de cinema brasileiras, nem está à venda na internet. A cópia de que dispomos foi colhida de *downloads* feitos do sítio *YouTube*, com o auxílio de programas de captação de som e imagem. É um documentário de boa qualidade e integrou a seleção oficial de *Cannes* no ano em que foi lançado. Dele destacamos dois trechos.

A primeira passagem é a fala de um apresentador de TV da Venezuela: *Você acha que o presidente da República está louco?*, mostrando que há a presença de uma posição de sujeito segundo a qual, o exercício do poder à maneira de Chávez, ou seja, com tantos excessos (mudanças drásticas na estrutura jurídica e política do país) seria sinal de loucura. Destarte, a objeção de Tirésias à Creonte é logo lembrada, pois, foi assim também que o adivinho se reportou ao tirano grego: a arrogância leva a loucura. Coisa que também vemos em Ascensão (2005), ao tratar do despotismo.

Adiante, depois de tratar do histórico de Ditaduras Militares que existiram na América do Sul e na América Central com o expresso apoio dos EUA, o vídeo passa a tratar de um momento posterior, um momento de *democracia*. Democracia estanque, no entanto, somente em tese significou a eleição *democrática* de líderes locais com a cara do povo. O vídeo postula que, o que se deu na prática foi a eleição de candidatos da elite alinhada com os interesses dos Estados Unidos. Pondera que, desta vez, não mais *impostos pelos EUA na forma de ditadura*, mas ainda submissa à sua política, ou seja, de forma não livre.

Após esta abordagem, passando por outros países como o Chile, o vídeo retorna a Chávez e o define como um político realmente disposto a enfrentar (peitar) os EUA, materializando um discurso segundo o qual ele é o iniciador e melhor exemplo desta reação latino-americana, portanto, seu líder e porta-voz (heroísmo fora das fronteiras nacionais, como Fidel Castro), mostrando, mais uma vez, que ele em nada é discursivizado como político comunista:

[CHÁVEZ] Sem dúvida, isto está crescendo. Está a alastrar-se [está se propagando]. Por todo o continente, da América Latina ao Caribe, mas, também, sobretudo, à América do Sul. Eu percorro a América Latina desde Buenos Aires até Brasília, Montevidéu, La Paz, e, por todos os lados, sente-se uma energia avassaladora.

Por outro lado, vemos o deslocamento que fizemos do trabalho de Fontana (1997) mais uma vez mostrar-se plausível, permitindo que o tema da transição para governos democráticos (pós-ditaduras), nos auxilie na compreensão desta **condição de existência**, que permite a atualização de um enunciado sobre a tirania na contemporaneidade, com características muito semelhantes às que encontramos na Grécia Arcaica.

Por fim, merece registro a última fala do narrador do vídeo e também seu diretor, o qual, depois de ter produzido um vídeo dedicado a analisar em que condições se desenrola o governo de Chávez (sobretudo naquilo que é contrário os Estados Unidos), diz que:

[NARRADOR] Na América Latina, agora, há líderes a oferecerem novos começos. É claro que **a história está cheia de heróis que ofereceram novos começos e acabaram por fazer pactos de submissão com a riqueza e com o poder**. Se estes novos líderes estão a chegar, a maior ameaça pode não vir de Washington, mas das pessoas humildes das encostas (negritamos).

Neste trecho, a liderança de Chávez é posta em dúvida. Seu heroísmo como condição de ascensão ao poder aparece discursivizado como *aquela que oferece um novo começo*, portanto, relacionado a um regime político de transição, a um futuro melhor (demagogia). Entretanto, a submissão à riqueza e ao poder é trabalhada como um empecilho para que a possibilidade desse novo começo possa se concretizar eficazmente. Novamente, a questão do poder volta ao centro do debate em torno deste político, como vimos reiteradas vezes. Aqui, verificamos um Enunciado segundo o qual a não realização desta transição política [rumo a uma condição melhor para a população] pode **deslegitimar o exercício do poder**. E a principal barreira para que isto aconteça é apresentada como sendo o **apego excessivo a este mesmo poder**, na forma de submissão, de cegueira pelo poder, de encantamento ou loucura. Uma loucura causada pelo excesso de autocracia, que de tanto bastar-se a si mesmo acaba só, sem legitimidade, como afirma Hemon ao seu pai, Creonte, na *Antígona*: *Quem julga deter saber exclusivo [...] nesse, se o abres, verás o vazio. [...] Não há cidade que seja de um só. [...] Belo governante serias, sendo único numa cidade deserta*.

O documentário *A revolução não será televisionada (The revolution will not be televised)* trata do golpe de estado sofrido pelo presidente Hugo Chávez no ano de 2002. É um vídeo irlandês, produzido no ano de 2003, sob a direção de Kim Bartley e Donnacha O'Briain que se propõe a mostrar os detalhes sobre tal acontecimento político, já que a equipe havia chegado em Caracas (capital venezuelana) coincidentemente na semana em que o golpe iria acontecer, permanecendo na cobertura até a o momento em que Chávez retornou à presidência, no Palácio Miraflores. O documentário ganhou doze importantes prêmios internacionais e foi indicado para mais quatro, tendo sido exibido no Brasil pela TV Câmara, mas cópias não são (foram) encontradas no mercado para aquisição.

No início do filme, Chávez é mostrado num palanque, num comício político, falando a uma multidão de pessoas:

Aqui na Venezuela, como em quase toda a América Latina, vinha galopando **o projeto do neoliberalismo selvagem**, de que há uma mão invisível no mercado, em todas suas regras. Mentira! Mentira! Mil vezes mentira! Claro que há alternativas e na Venezuela estamos provando. Eu precisei aguentar as maiores pressões internacionais, mas não me importo nem um pouco. **Se algum dia eu precisar descer aos quintos dos infernos para defender o**

povo bolivariano da Venezuela, então irei aos quintos dos infernos para defendê-lo do demônio (traduzimos).

No trecho acima transcrito, vemos o presidente Chávez se reportar ao projeto do neoliberalismo selvagem, fazendo alusão às intenções de dominação político-econômicas dos EUA em relação à América Latina. Diz que não há uma mão invisível que controla o mercado, que isso é uma mentira, e que há outra alternativa: *na Venezuela estamos provando isso*. Com isso, mostra que o seu heroísmo passa pela oposição aos Estados Unidos, às suas políticas, e que faz oposição à Casa Branca não apenas do ponto de vista da Venezuela, mas da América Latina.

Afirma que precisou suportar grandes pressões internacionais, mas que não se importa nem um pouco, *pois se algum dia tivesse que descer aos infernos para proteger a Venezuela o faria para defendê-la do demônio*. Esta passagem retoma a famosa aparição pública de Hugo Chávez na assembleia da ONU (Organização das Nações Unidas), quando chamou George W. Bush, então presidente dos Estados Unidos, de diabo, mostrando com isso que aqui também coloca a relação com os EUA em termos religiosos. Lembra também a fala de Creonte, no início da *Antígona*, quando ele, já governante da *polis*, afirma que *os interesses da Cidade estariam acima dos seus próprios interesses: e quem, acima da pátria, estima o amigo, declaro-o ninguém [...]. Um homem mal intencionado para com a cidade jamais declararei amigo [...]* com estes princípios engrandecerei a cidade.

Contudo, o ponto mais interessante a ser analisado é, novamente, a forma como o **discurso religioso perpassa o discurso político**, fazendo com que Chávez se enuncie (no sentido de ato de fala) como aquele que se preciso for, está pronto a descer aos infernos para defender o *povo bolivariano* (portanto não a toda a nação, mas aqueles que estão com ele, que o apóiam) do demônio. Nesse sentido, Chávez se coloca numa posição de intermediação entre as dimensões **humana e divina**, como o melhor dos homens, aquele que é responsável, junto com os deuses, pela organização do cosmos e, por conseguinte, pela organização da *polis*, **legitimando-se assim para o exercício do poder político na Venezuela**. De certo modo, é o que também encontramos nas primeiras páginas de *Édipo*, na fala do sacerdote ao suplicar ao tirano a salvação.

Adiante, o narrador do filme discute os motivos que levaram o documentário a ser produzido. E quando afirmam que gostariam de conhecer Hugo Chávez, *o homem por trás do mito*, fazem um apanhado biográfico do referido político:

[NARRADOR] Sete meses antes do golpe tínhamos chegado à Venezuela para filmar um documentário sobre o presidente Hugo Chávez. Queríamos conhecer o personagem por trás dos mitos que cercavam este famoso líder latino-americano. Em 1998 Chávez foi eleito por uma ampla maioria num país rico em petróleo, mas com profundas desigualdades. Um país de enorme importância para os Estados Unidos, onde Chávez se destacava como uma figura fascinante e polêmica. Inspirado por Simon Bolívar, o homem que libertou a Venezuela do domínio espanhol no século dezanove, agora Chávez, com a sua revolução bolivariana queria libertar a Venezuela de uma nova forma de dominação: a das políticas liberais impostas por Washington. [...] O apoio de Chávez vinha, principalmente, dos pobres, que representam oitenta por cento da população. A Venezuela é o quarto maior produtor mundial de petróleo, mas somente uma minoria beneficia-se disso. Chávez prometeu redistribuir as riquezas e envolver o povo no processo político. [...] Com uma nova constituição, aprovada via referendo em 1999, Chávez dedicava-se a conscientizar o povo dos seus direitos. [...] Existiam outras razões para a popularidade de Chávez. Não era branco, nem vinha da classe política tradicional. Em 1992, tentou dar um golpe contra o governo da época. Falhou e foi preso, porém virou um herói popular. Dois anos após sua eleição tinha inimigos poderosos entre os que sempre governaram: os donos do poder econômico. O seu estilo simples era natural e foi importante para fortalecer o seu apoio dentro e fora do palácio. Com sua experiência militar, entendia instintivamente como conquistar a lealdade da tropa (traduzimos).

O texto trata de um líder latino-americano, de modo que Chávez aparece encenado como um porta-voz das Américas Central e do Sul, o representante que expõe e reivindica as suas demandas. Aponta que os motivos que levaram Chávez à presidência em 1998 estão ligados aos problemas econômicos do país que, apesar de rico, mantinha os venezuelanos em condições desiguais (contraste entre ricos e pobres). Ressalta a importância que a Venezuela tem para os Estados Unidos, em decorrência do petróleo, e que Chávez surge como um libertador (inspirado em Bolívar) para promover a libertação dos venezuelanos de uma nova forma de dominação: *as políticas liberais impostas por Washington*. Desse modo, vemos o político discursivizado como **herói** que vai se legitimando, como aquele que está pronto para dar cabo da *Divina Cantora* da Venezuela (como fez Édipo com a esfinge). Por outro lado, o embate com os EUA é posto no nível ideológico (comunismo *versus* capitalismo, ou esquerda *versus* direita), mas do ponto de vista da resistência, da não submissão, da coragem de falar e de apontar o que ninguém tem coragem: o melhor dos homens.

A seguir, o texto aborda o apoio político de Chávez: sua sustentação no poder vem do povo que passou a ser beneficiado com as mudanças promovidas por Chávez. O político aparece, assim, como o **demagogo** (conforme Aristóteles), aquele que se propõe a realizar mudanças para uma situação melhor: nele o povo confia cegamente, desde que ele dê ao povo o que este quer. Em outro momento, a substituição da Constituição nacional pelo texto de 1999, aprovado em referendo, remete à **alteração das leis** que promovia o *tirano grego*, quando da

sua chegada ao poder. O heroísmo de Chávez passa ainda pelo fato de não ser da classe política tradicional, ou seja, **de se opor a ela (como o tirano grego à Oligarquia)**, e o golpe frustrado de 1992 surge como o **ardil que promoveu**, no sentido de se colocar como uma referência, uma liderança. Lembremos que, para Fontana (1997), o próprio conceito de liderança deve passar pela identificação com o povo: o líder é, contudo, aquele que, sendo do povo, dele **se destaca como porta-voz**. Ainda, a referência a um *golpe* caracteriza Chávez como aquele que, além do ardil, chegou ao poder pelo emprego do **recurso à força**.

Mais à frente, o fato de ter falhado e de ter sido preso, como fator determinante para que se tornasse um *herói popular*, são colocados em termos de alternância de sorte (altos e baixos), como o **destino desigual** dos tiranos, no dizer de Foucault (1974). Os inimigos poderosos (*os donos do poder econômico*) aparecem como **aqueles que sempre governaram**, mostrando que o aspecto da *tiranía*, no sentido de deter o poder (permanecer no exercício do poder político) **não é somente privilégio de Chávez, é algo circunstancial**, do mesmo modo que a *tiranía* não pode ser vista apenas em relação ao personagem *Édipo*, mas dentro de um momento histórico específico: a Tirania Grega. **Destarte, Laio era um Tirano, Édipo também o foi, Creonte depois dele, e o próprio Polínice (este que tentou usurpar o poder pela violência, na Antígona, sendo derrotado).**

A oposição vista no texto entre o *seu estilo simples e natural* e a *sua experiência militar* produz o efeito de sentido da liderança de que trata Fontana (1997), pelo que vemos que Édipo é mostrado como o demagogo (da Política de Aristóteles) já que é destacado dentre os militares para **servir de guia ao povo**, conduzindo-o rumo a *mudanças inevitáveis*. Por fim, a referência a *experiência militar* lhe torna apto a *conquistar a lealdade da tropa* (aqui colocada como metáfora para *a população*) e atribui a Chávez a característica de que este pode **usar a tropa-povo para conseguir o que ele quer**, como instrumento para se alcançar algo: o poder. Uma via de mão dupla em que ele utiliza o povo tanto quanto é utilizado por este mesmo povo. Vemos, portanto, mais uma vez, ser repetido o **Enunciado sobre a tirania** em relação ao político venezuelano.

Em uma dada parte do vídeo, canais da TV venezuelana são exibidos. As falas de seus apresentadores e jornalistas veiculam os seguintes dizeres sobre Chávez:

[CANAL DE TV VENEZUELANA] O nosso presidente está fascinado com o senhor Fidel Castro. Há uma fascinação... [OUTRO CANAL] Dirigentes da “Ação Democrática” impetraram na justiça uma declaratória de insanidade mental do Presidente da República, Tenente Coronel Hugo Chávez Frias (traduzimos).

Assim, além de colocado no lugar de um político que substitui Fidel Castro, em certa medida, como líder/arauto de uma oposição contra as políticas norte-americanas, o presidente Chávez aparece como um *fascinado* por Fidel e como um doente mental, um insano, que por meio do que diz, pelas mudanças político-jurídicas que postula em suas falas, é posto no **lugar de louco**, já que há um temor de que ele se perpetue indefinidamente no poder (efeito causado pela evocação à fascinação por Fidel), pois Chávez representa um excesso e uma autocracia inadmissíveis.

Mais à frente no documentário, uma mulher dá entrevista à TV venezuelana. Ela participa de uma manifestação de oposição ao governo de Chávez (Caracas, janeiro de 2002) e é exibida no filme dizendo o seguinte: *O povo está cansado de mentiras, Chávez. Não queremos ditadura. Vá embora para Cuba! Você não tem olhos nem ouvidos?* Dito desta forma, o protesto assimila Chávez ao personagem *Édipo* no que tange à metáfora representada pela sua cegueira. Chávez é encenado como aquele não vê nem escuta o que o povo tem a dizer, assim como Édipo (Foucault, 1974) não dá ouvidos a ninguém, pois seu saber autocrático lhe basta no governo da *polis*. Ocorre, contudo, que esta atitude acaba lhe custando o poder, já que Foucault (1974) afirma que é justamente isto que torna Édipo *inútil*, o saber em excesso. É também o argumento que Hemon usa contra seu pai, Creonte, na *Antígona*, afirmando que aquele que julga ser melhor que todos, abrindo-o, só haverá *ovazio*.

A seguir, o vídeo passa a narrar como, no dia 10 de abril de 2002, a oposição teria organizado uma marcha ao Palácio Miraflores e lá, com o apoio dos Militares, forjado o disparo de armas de fogo dos partidários de Chávez contra a população. O vídeo afirma que os tiros foram disparados por atiradores de elite enviados pela própria oposição e pelos militares para darem esta impressão, e que as filmagens foram manipuladas nos canais controlados pela oposição para que parecesse um massacre ao povo por ordem de Hugo Chávez (**ardil ou fraude da oposição contra o poder instituído de Chávez**). Com isto, o presidente teria sido deposto. Ocorre, todavia, que Chávez se recusa a assinar a renúncia à presidência e só teria se entregado aos militares (sob custódia) para evitar o bombardeio do palácio.

A certa altura, o documentário mostra Chávez sendo levado preso do Palácio Miraflores ao som do Hino da Venezuela cantado por seus partidários (aqueles presentes no palácio), destarte, os que ali estão e que se mostram contrários ao que o vídeo chama de *golpe*. Em seguida, o vídeo mostra populares na rua protestando (em 13/04/2012) contra a usurpação do poder. É quando um dos populares se dirige à câmara: *Queremos o Chávez agora. Não outra ditadura! Ontem traíram a Venezuela, foi isso o que aconteceu! Violentaram a nossa Constituição!*

Neste protesto, Chávez é encenado como o líder, como o porta-voz latino-americano de que trata Fontana (1997). Dessa forma, verifica-se que a legitimação do poder de Chávez também se dá como forma de não permitir a retomada do poder pelo *“inimigo comum” ditadura militar*. Esta fala, portanto, dá conta de que há, no que se diz sobre o governo Chávez, uma característica de transitoriedade, segundo a qual o medo da volta dos governos ditatoriais impõe ao político, no nível do discurso, a missão de ser o **demagogo** (o condutor e guia do povo) nesta travessia. Do analisado nas formulações acima, notamos a presença de um Enunciado de ordem política sobre a tirania em relação a Hugo Chávez.

O último documentário, e também último *documentode* esta pesquisa, é a produção francesa *Hugo Chávez*, dirigida por Ligia Blanco, no ano de 2002. Um recorte contendo algumas falas do vídeo foi selecionado e agrupado, e será tomado como um texto, o qual servirá para as nossas análises:

[NARRADOR] Quem é Hugo Chávez, o presidente da república da Venezuela? É ele um revolucionário bolivariano cristão, como se descreve ele mesmo? Ou é um demagogo? [...] [HOMEM ENTREVISTADO] Chávez recebeu um país com uma enorme expectativa de mudanças profundas e, certamente, 60% vota nele, pensando que a aquele homem com autoridade, com sua própria formação militar é capaz de encaminhar um país que, certamente, estava em muito mal estado. [...] [CHÁVEZ] Você me pergunta como governar. Governar com ética, governar rodeado pelo povo, que aí está e que já começou a receber o impacto positivo de um governo que tem um compromisso com esse povo, e, especialmente, com os mais pobres. [...] [NARRADOR] Chávez quer atender as expectativas daqueles que o elegeram. Então ele escreveu uma nova Constituição para restaurar a legitimidade do estado, que foi aceita por 70% dos votos no referendo. [...] [CHÁVEZ] Um dia um jornalista me perguntou algo e lhe respondi algo. Me perguntou: para onde vai você agora? Eu respondi: vou ao poder, mas primeiro vou às catacumbas com este povo. E desde então estou nas catacumbas, até o fundo, faz cinco anos. E hoje estou aqui, mas me sinto como [se estivesse] nas catacumbas. Não vou sair nunca destas catacumbas. Não me sinto elevado pelo poder. Mais: não me sinto com poder. O poder que eu tenho não é meu, pertence ao povo (traduzimos).

Aqui também, assim como nas revistas e nos documentários, há uma preocupação em compreender quem é Hugo Chávez e o porquê de haver tanta polêmica em torno de seu nome. No meio das perguntas, a expressão *revolucionário bolivariano cristão* e o termo *demagogose* sobressaem. A primeira, segundo o vídeo, seria o modo como o próprio Chávez se descreve, daí se extraindo que se trata de um processo **subversivo-revolucionário**, vinculado a uma idéia de **libertação de dominação estrangeira** (evocada pela menção a Bolívar) e, por fim, cristão, o que dá conta do cruzamento do discurso religioso com o discurso político, provocando o efeito de sentido de **providência, salvação e predestinação** (como vimos na fala do sacerdote, nas

primeiras páginas do *Édipo*). O segundo (o termo demagogo) não remete diretamente ao sentido postulado por Aristóteles em *A política*, mas ao sentido pejorativo que vimos em Weber (enganação). Dizemos isto porque a disjunção “ou” exclui uma das duas formas aqui analisadas (ou as duas juntas), mostrando que o político só pode ser associado a, no máximo, uma destas definições [reciprocamente excludentes].

O homem entrevistado, a certa altura do documentário, diz que Chávez **recebeu um país** com uma expectativa de mudanças profundas, o que atualiza o que Foucault (1974) comenta sobre Cípselo de Corinto e a tragédia *Édipo*:

se consideramos as histórias que Heródoto [...] contava sobre os velhos tiranos gregos, em particular sobre Cípselo de Corinto, vemos que se trata de alguém que julgava possuir a cidade. Cípselo dizia que Zeus **lhe havia dado a cidade** e que ele a havia devolvido aos cidadãos. Encontramos exatamente a mesma coisa na tragédia de Sófocles (FOUCAULT, 1974, p. 45).

A expectativa de mudanças, ao mesmo tempo em que retoma o aspecto das tiranias gregas (**saída da Oligarquia para uma melhor condição**), também toca no tema dos *governos de transição*, do modo como postula Fontana (1997), já que se trata de América Latina. A referência a um apoio de 60% nas urnas caracteriza o apoio popular, já a menção ao militarismo como uma forma de expressar *autoridade* no sentido de *encaminhar o país*, relembra o tema da **demagogia**, da forma como o analisou Aristóteles (*A Política*), para quem o tirano era escolhido dentre os militares, de acordo com a sua eloquência (boa retórica). Por último, lemos na fala do “entrevistado” em questão, que a Venezuela estava em *muito mal estado*, mostrando assim que Chávez se **legitima** enquanto aquele que retira a *polis* de um grave problema, como fez Édipo.

Em seguida, Chávez volta a salientar a importância do **apoio popular** para o seu governo, ao dizer que o seu modo de governar é com ética (superando a corrupção existente), mas, sobretudo, rodeado pelo povo (os mais pobres), mostrando que aquele aspecto da tirania a que se referia Lima Filho (1999) aqui também está presente: a multidão confia nele [no tirano] cegamente, desde que este faça tudo por ela. Outrossim, há também a menção a **novas leis**, elaboradas no intuito de *atender as expectativas daqueles que o elegeram*, o que demonstra que aqui também temos o aspecto da *nova legislação*, muito comum nas Tiranias Gregas da antiguidade arcaica.

Por fim, a resposta que Chávez dá a um jornalista coloca o poder no centro do debate em torno do seu governo. Teria Chávez dito a um jornalista que lhe perguntou “aonde ele [Chávez] iria agora”: **ao poder, às catacumbas com o povo**. E afirma que, desde então, está nas catacumbas. **Que não vai sair nunca das catacumbas do poder**. Que o poder que ele tem

não é dele, mas do povo. Notamos, assim, que, na própria fala de Chávez, encontra-se materializada uma posição de sujeito de acordo com a qual o poder é a algo a ser conquistado e mantido, que é algo que lhe pertence, pois, caso não lhe pertencesse, ele não diria *o poder que tenho* [não pertence...]. Se o pertence é porque é dele, mas se se refere ao povo é no sentido da importância fundamental do apoio popular, este de fato imprescindível como condição de governabilidade, conforme visto nas outras passagens acima do mesmo documentário.

Além dos fragmentos de textos acima, resolvemos extrair do vídeo analisado uma imagem para análise, por considerá-la relevante no que tange ao tema do trabalho. Trata-se de uma cena em que algumas mulheres, homens e jovens estão segurando cartazes com mensagens ao presidente (Chávez já se encontrava eleito), aos 22':21'' (vinte e dois minutos e vinte e um segundos) de filme.



Numa das placas, encontramos a seguinte formulação: *Quero te dar um beijo, Hugo. Te amamos* (*Quiero darte un beso, Hugo. Te queremos*), o que, do modo como está exposto no vídeo, pode ser interpretado como uma espécie de **veneração ou tietagem** em torno do nome do presidente. Aqui, o político aparece festejado como um ídolo e seu comício como um show de pop [ou de algo que o valha], o que é indicativo de personalismo, de culto personalista à sua pessoa, não de um partido, não de uma idéia nem de uma “ideologia”.

Aqui também vemos aparecer, com todos os seus elementos, um **enunciado de ordem política e jurídica que repete e atualiza a tirania em torno do nome de Hugo Chávez**, valendo-se de uma condição de existência ligada à democracia moderna e contemporânea, bem

como de um momento/movimento de transição política na América Latina em que a maioria dos países ainda é sondada pelo fantasma da Ditadura Militar, como algo latente, que pulsa no interior das práticas políticas das Américas Central e do Sul, que reclamam por meio do seu povo (ou parte dele) mudanças, superação e, sobretudo, lembranças para um não-retorno.

5 CONCLUSÃO

Há quem considere que o mito bíblico de Adão e Eva é uma narrativa sobre as danosas consequências da ambição humana em relação a Deus, e de como este teria punido as criaturas que ousaram, devido ao conhecimento, desafiar a sua autoridade, manifestando desobediência e insubordinação. Tomada desta forma, a questão de fundo seria a imposição de limites aos homens ou, dito de outro modo, da **condenação dos excessos** [injustificáveis].

Situando este tema em relação à Grécia Arcaica e Antiga vemos se tratar de uma preocupação do período, cujo testemunho encontramos na filosofia, na literatura (Sófocles, por exemplo), na religião, além de outras manifestações sociais e políticas. É esta noção que Aristóteles (384 a.C. – 322 a.C.) vai utilizar, em seu *Ética a Nicômaco*, para definir a excelência moral do homem de acordo com uma lógica do “meio-termo”, como ele mesmo denomina:

a excelência moral do homem também será a disposição que faz um homem bom e o leva a desempenhar bem a sua função. Já dissemos como isto acontece, mas o exame subsequente da natureza específica da excelência moral tornará esta noção mais nítida. De tudo que é contínuo e divisível é possível citar uma parte maior, menor ou igual, e isto tanto em termos da coisa em si quanto em relação a nós; e o igual é **um meio-termo entre o excesso e a falta**. Por “meio-termo” quero significar aquilo que é equidistante em relação a cada um dos extremos, e que é único e o mesmo em relação a todos os homens; por “meio termo em relação a nós” quero significar aquilo que não é **nem demais nem muito pouco**[...]. Em relação ao medo e à temeridade, o meio-termo é a coragem (Aristóteles, *Ética a Nicômaco*, p. 143-145 – negritamos).

Concordando, pois com Foucault (1974), também entendemos que a tragicidade do personagem de Édipo, no texto de Sófocles, passa pelo excesso [de saber e de poder] que, desde as primeiras páginas, o marca e o distingue dos demais cidadãos da *polis*, selando o seu destino desigual. Na primeira fala do sacerdote de Zeus, notamos que todos os que habitam a cidade, inclusive ele, o próprio sacerdote, está aos pés de Édipo, suplicando-lhe socorro, para que aplaque os terríveis males causados pela peste. Contudo, o mesmo “sucesso” que é utilizado para exaltá-lo como o “melhor dos homens”, legitimando-o como governante, também é usado para ameaçá-lo (mostrar que está sobre constante ameaça de deslegitimação), informando-nos, em última análise, que é no povo que se sustenta o seu poder.

[Sacerdote] Ó soberano do meu país, Édipo, vês a idade de todos esses suplicantes de joelhos diante de teus altares. Unsainda não tem forças para

voar muito longe, outros estão curvados pela velhice; **eu sou sacerdote de Zeus** [...]. O resto do povo, piedosamente ornamentado, está de joelhos [...]. Certamente nem eu nem estas crianças, **de joelhos diante de teu lar**, te igualamos aos deuses; mas te consideramos o primeiro de todos os mortais nos incidentes de nossa existência [...]. Sim, reabilita nossa cidade, ó tu, melhor dos humanos! **Sim, protege a ti mesmo!** Este país hoje te chama seu salvador [...]: que o teu reino não fique com a triste lembrança de nos ter reabilitado para em seguida nos deixar cair. [...] Foi sob felizes auspícios que nos trouxeste outrora a salvação: **o que foste, sê ainda** (Sófocles, Édipo Rei, p. 6-8 – negritamos).

Nesse sentido, vemos Édipo personificar a ambígua e contraditória figura de um “bode expiatório” ante o excesso que representa o seu saber [salvador e inútil] e o seu poder [redentor e sem limites], que o colocam em posição intermediária entre os homens e os deuses²⁰. No papel político que o texto de Sófocles ocupa/desempenha no seu tempo, em relação àquela sociedade, vemos Édipo encarnar o condenável excesso de saber de que Hesíodo²¹ (séc. VIII a.C.) fala em *Os Trabalhos e os Dias*²² – o que pode também ser aplicado ao Creonte de *Antígona*, naquilo que se lhe aplica neste particular²³:

Homem excelente é quem por si mesmo tudo pensa, refletindo o que até então e até o fim seja melhor; e é bom também quem ao bom conselheiro obedece; mas quem não pensa por si nem ouve o outro é atingido no ânimo; este, pois, é homem inútil (Hesíodo, *Os Trabalhos e os Dias*, p. 43).

Certo é que o fato de a tragédia grega (e aqui nos reportamos a Ésquilo, Sófocles e Eurípedes – séc. V. a.C.) ter se dado num determinado período daquela cultura, portanto como uma manifestação de uma sociedade específica numa época específica, impede que sejam tomados os caracteres do herói trágico como algo universal e atemporal. Este herói não é possível destacado de uma determinada ordem em que ele se insere e com a qual vem a se chocar. O trágico pertence à esfera dos valores (crise dos valores) e, no caso de Édipo, se refere especialmente ao **esvaziamento da noção de limite**, um dos valores fundamentais da

²⁰ Aristóteles, em *Ética a Nicômaco*, lança luz sobre esta questão, ajudando-nos a compreender o que representa o homem sábio ou de conhecimento nesta posição intermediária entre homens e deuses: “As pessoas que usam sua própria razão e a cultivam parecem ter o espírito nas melhores condições e ser mais queridas pelos deuses. De fato, se os deuses se interessam de algum modo pelos assuntos humanos, como geralmente se crê, é razoável imaginar, que aquilo que é melhor e tem maiores afinidades com eles (isto é, a razão) lhes dê prazer, e que eles recompensem as pessoas que amam e honram a razão acima de tudo, porque tais pessoas cuidam do que é caro aos deuses e agem retamente de maneira nobilitante. Agora é claro que todos estes atributos pertencem às pessoas sábias mais que a qualquer outra” (Aristóteles, *Ética a Nicômaco*, p. 315).

²¹ Hesíodo foi um dos dois grandes poetas gregos da idade arcaica. Junto com a de Homero, sua obra constitui um dos pilares sobre os quais se edificou a identidade helênica. Viveu por volta de 800 a.C. na Beócia, região situada no centro da Grécia.

²² *Os Trabalhos e os Dias*, versos 293 e seguintes.

²³ Como vimos anteriormente, Creonte, em relação às suas leis e decisões, não aceitou críticas ou conselhos, mostrou-se intransigente no seu saber autocrático e solitário.

civilização grega, conforme assinala Ávila (1985). A própria observação da natureza e de seus ciclos teria instalado esta noção nos gregos: o fim de uma coisa leva sempre a uma outra, ao início de outra. Assim como cada coisa, cada espécie, nasce, cresce (atinge um ponto ideal, ou ótimo), depois decai e morre, também o homem deveria ter um limite: um estado próprio adequado à sua realização. O que estivesse além representaria declínio e decadência.

“A grande inimiga da justiça ou da medida é a *hybris* ou a desmedida”, diz Bornheim [...]. O conflito trágico seria o momento em que a desmedida se choca contra a medida. [...]“O limite (peras) define ao mesmo tempo o ser e a norma. O ilimitado, o infinito, o sem-fim (*apeiron*) é evidentemente não acabado, imperfeito, menos-ser”. Ultrapassar o limite “seria simplesmente dar para trás”. [...] Para os gregos, não reconhecer um limite à capacidade humana seria prescindir da instância divina, colocar o homem como medida do mundo, caminhar em direção ao caos, à indiferenciação. **Na própria busca do saber deveria haver uma barreira além da qual não seria sensato avançar** (ÁVILA, 1985, p. 110-111 – negritamos).

É justamente, portanto, em relação ao seu saber quase-divino e à sua necessidade de poder sem-limites que Édipo se tornou, a um só tempo, *inútil e monstruoso*, nas palavras de Foucault (1974). Em seu excesso de saber, de poder, na família (pai dos irmãos), na sexualidade (esposo da mãe), Édipo, o melhor dos homens se equiparou ao pior deles, e como tal precisa ser extirpado da *polis*, como um sinal da desmedida que ultrapassa os limites da justiça [divina]: o *apeiron* grego. Édipo, o de qualidades ilimitadas, infinitas e sem-fim também é (e justamente por isso o é) não acabado, imperfeito, menos-ser. Resulta desta análise que, o melhor dos mortais e, por isso mesmo, o mais decadente, precisa servir de exemplo, num **ritual catártico**, que é o que acaba sendo a obra de Sófocles.

Com efeito, entre os costumes gregos, havia determinadas cerimônias que serviam para manifestar este horror à desmedida e à desordem. A eleição de um bode expiatório era comum, dentre estas cerimônias, para que este bode expiatório, simbolizando todo o excesso que a cidade tinha que eliminar, ser expulso da *polis*. É o caso do *pharmacós*,

que durante o rito anual das Targélias atenienses era escolhido para encarnar a poluição acumulada durante o ano todo, sendo expulso após desfilar pela cidade. Os *pharmacói* eram escolhidos na rala da sociedade, sendo notáveis por sua maldade e feiúra. Dotados de qualidades simetricamente opostas às do *Tyrannos*, no entanto eram, como este, responsáveis pela saúde coletiva do grupo. Seu papel é o de *Katharmós*, purificador (ÁVILA, 1985, p. 112-113).

Responsável pela saúde coletiva da cidade, Édipo, o tirano da tragédia sofocliana, por seu saber-poder desigual e desmedido, também é afastado da *polis* pelo excesso que representa. Sua figura não é menos monstruosa que a dos *pharmacói*, o fato de se destacar como um “quase-

deus” entre os homens, justifica o **ostracismo** entre os gregos, cuja ocorrência também vislumbramos em Sófocles, quando Édipo se retira de Tebas:

a instituição do ostracismo vinha dar vazão ao sentimento de inveja e de desconfiança dos gregos para com aquele que ultrapassava em virtude e capacidade o nível comum. Um tal homem poderia atrair sobre a cidade a punição divina por chegar a crer que, como aos deuses, tudo lhe fosse permitido [...]. O ostracismo e o *pharmacóssão*, portanto, encarnações simétricas e opostas do mal: o primeiro encarna o mal que vem do alto e o segundo o que vem de baixo. Seu “crime” é um só: querendo se igualar aos deuses, no primeiro caso, e aos animais, no segundo, eles ameaçam destruir o *nomos* (ÁVILA, 1985, p. 113).

Também é esta a análise de Nietzsche (1873), em seu *A Filosofia na Época Trágica dos Gregos*, quando afirma que, **em todos os tempos**, a busca pelo saber excessivo (o caminho em direção aos inícios²⁴) é da categoria dos males políticos que devem ser combatidos tanto quanto o ódio ao saber.

O caminho em direção aos inícios leva por toda parte à barbárie; e quem se dedica aos gregos deve sempre ter presente que o impulso de saber, sem freios, é em si mesmo, **em todos os tempos**, tão bárbaro quanto o ódio ao saber, e que os gregos, por consideração à vida, por uma ideal necessidade de vida, refrearam seu impulso de saber, em si insaciável – porque aquilo que eles aprendiam queriam logo viver (NIETZSCHE, 1873, p. 254 – negritamos).

Após as investigações de caráter histórico e político-filosófico empreendidas, podemos afirmar que, em certa medida, uma tal formatação (que resolvemos chamar metaforicamente de tirania) se encontra discursivamente colocada em torno de Hugo Chávez, presidente da Venezuela. E se, por um lado, só podemos falar de tirania enquanto produto da civilização grega, nada nos impede que possamos verificar estas práticas serem retomadas ou atualizadas em contextos sócio-políticos similares, como acreditamos acontecer com a Venezuela dos dias de hoje. Argumentos para isso não faltam, e, se nos é lícito dizer que empreendemos a nossa pesquisa com êxito nesse sentido, que o digam a apropriação esclarecedora do trabalho de Fontana (1997) acerca das atuais condições sociais e políticas da América Latina (que, em todo caso, se aplica à Venezuela), bem assim, a menção aos clássicos da literatura política ocidental, como Aristóteles, Maquiavel, Locke, Montesquieu, Hobbes, Weber, Nietzsche, etc., para

²⁴ No nosso ver, esta expressão, *o caminho em direção aos inícios*, pode ser utilizada para fazer referência, em certa medida, tanto ao ímpeto de Édipo por descobrir o início dos males da *polis*, quanto à influência anti-dogmática de Nietzsche na obra de Michel Foucault, que se recusa a voltar a sua atenção aos inícios, mas sim às genealogias e aos regimes de verdade descritíveis por meio das práticas sociais, a um só tempo determinantes e determinados por estas mesmas práticas.

mostrar que a teorização sobre os caracteres tirânicos dos governantes atravessou os séculos, sem deixar de ocupar o centro das principais reflexões político-filosóficas dos gregos até os nossos dias.

Sendo este um dos objetivos norteadores da nossa pesquisa, qual seja, compreender *como e porque* é possível falar de um tipo de heroísmo e de tirania nos discursos sobre Hugo Chávez, ainda nos restaria tecer as considerações finais sobre o outro objetivo traçado: mostrar que o enunciado sobre a tirania encontra-se atualizado em relação a Chávez nas mais diversas materialidades significantes (e não somente em uma ou outra revista dita de direita), cujos textos versaram sobre o político venezuelano.

Nesse sentido, a eleição/análise do *corpus* foi satisfatória e possibilitou que fossem identificados, com o rigor desejável da pesquisa científica, os elementos constitutivos de um *enunciado discursivo sobre a tirania [em relação a Chávez]*, nos termos em que o define Foucault (1969), já que: i) diante de um mesmo *referente discursivo*, que estabelecem as leis de possibilidade do que pode e deve ser dito na ordem do político e do jurídico [atuando na esfera do sentido e do valor de verdade] sobre as formas de governo (democracia, tirania, etc.); ii) de um sujeito que não se identificou com a existência física de nenhum autor de formulações, mas com a posição vazia a ser ocupada; iii) de uma rede de memória que funciona como uma trama, favorecendo (ou não) a emergência do dizível; e iv) o mesmo “dito”, por meio de diferentes formulações linguísticas, podemos afirmar ter detectado o *referencial*, a *posição de sujeito*, o *campo associado* (ou domínio de memória) e a *materialidade repetível*, de que trata o autor (no seu *Arqueologia do Saber*), em todos os textos e documentos mobilizados, permitindo **confirmar a nossa hipótese de trabalho**, no sentido de que está discursivamente colocado em relação a Hugo Chávez que sua ascensão aopoder se dá pelo heroísmo, mas que a sua autocracia e a sua permanência indefinida no poder o deslocam para o lugar de tirano (como metáfora), como aquele que se julga o único detentor de um saber e de um poder quasedivinos, aquele destinado a salvar a *polis*.

Eis que a *raridade* deste enunciado, que permite falar de umaatualização da “tirania” [de Édipo a Chávez], também nos impõe o dever de não generalizar – como o fantasma epistemológico dogmático-estruturalizante combatido por Pêcheux (1983) – os resultados desta pesquisa, na medida em que nos impõe o gesto descritivo incansável, interminável, como antídoto a este mal. Mas foi justamente o trabalho de análise (sobre este *corpus* que parecia não ter fim) que nos permite afirmar que este é um enunciado **também porque é raro**, *também* porque, de *tudo* que poderíamos ver, *foi isto o visto*, e não que isto *deva ser sempre visto* em

análises de discursos político-jurídicos desta ordem: o exaustivo trabalho de análise nos permite tal observação [um alerta?].

Por fim, resultando este trabalho de uma pesquisa orientada para a investigação, no nível do discurso, sobre elementos que, em última análise, vão atuar no campo da produção de sentido de legitimação ou de deslegitimação do governante (ou político) no exercício do poder político em cargos centrais da *polis* (no país, no estado, na cidade, etc.), parece-nos lícito – já que a pesquisa que se preze deve começar com uma boa pergunta, mas terminar com tantas outras – indagar se os resultados ora obtidos não lançam luz em pelo menos duas questões: primeiro, sobre o funcionamento do heroísmo, na medida em que questiona acerca dos limites para exercício de determinadas habilidades individuais coroadas com o sucesso ou a vitória, em diversas áreas de atuação (no esporte²⁵, por exemplo); e, segundo, se este funcionamento discursivo acerca do excesso do poder e do saber políticos não estariam presentes em outras narrativas biográficas modernas e/ou contemporâneas, como é o caso de líderes como Hitler, Fidel Castro, Stalin²⁶, dentre outros. A quem interessar possa, entendemos que este trabalho pode fornecer algumas pistas e um início de reflexão.

²⁵ Especula-se na mídia, em geral, sobre a hora certa de um grande atleta interromper as suas atividades. Segundo algumas leituras biográficas que temos empreendido, o traço determinante para a rotulação de “herói” (e, em alguns casos, de “rei”) numa dada prática esportiva, relaciona-se com o nível de competitividade que o esportista tinha na época que se afastou (ou teve que se afastar) das competições. É assim que vemos Pelé ser considerado o rei do futebol, por ter parado de jogar, sem ter alcançado a decadência, ou Ayrton Senna, ser exaltado como o grande piloto brasileiro de Fórmula 1, por ter se acidentado e morrido, quando ainda era considerado por muitos o melhor.

²⁶ Análises preliminares têm demonstrado que a narrativa de líderes como Hitler, Fidel Castro e Stálin os vinculam a uma narrativa biográfica heróica, uma vez que tiveram que vencer adversidades pessoais e de seus países (levando-os ao sucesso em determinadas áreas ou aspectos), para depois ficarem marcados como políticos autocratas/centralizadores e sedentos pelo poder, que, nos cargos ocupados, permaneceram longos períodos, não necessariamente pela força ou pela violência, mas com algum envolvimento em conflitos armados e guerras “pelo poder”.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, L. **Aparelhos Ideológicos de Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de estado**. Rio de Janeiro: Graal, 1985. Edição original: 1970.
- ARISTÓTELES (384 a.C. – 322 a.C.). **A Política**. São Paulo: Atena Editora, 1963.
- ARISTÓTELES (384 a.C. – 322 a.C.). **Ética a Nicômaco** (Coleção. Os Pensadores). São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- ASCENÇÃO, J. O. **Introdução à ciência do direito**. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.
- ÁVILA, M. C. A. Édipo e a noção de limite na cultura grega. In: BRANDÃO, J. L. (Org.). **O enigma em Édipo Rei e outros estudos de teatro antigo**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 1985.
- BONAVIDES, P. **Ciência Política**. São Paulo: Malheiros Editores, 2000. Edição original: 1967.
- BOURDIEU, P. **A TV precisa de um contrapoder**. Revista Espaço Acadêmico. Ano I – n. 10, março, 2002 – <http://www.espacoacademico.com.br/010/10bourdieu.htm>, acessado em 17/11/2009, às 11h:36min.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. Edição original: 1989.
- BOURDIEU, P. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997. Edição original: 1996.
- COURTINE, J-J. **A política como espetáculo**. In: GREGOLIN, Maria do Rosário. (Org.). **Discurso e mídia: a cultura do espetáculo**. São Carlos: Claraluz, 2003.
- FONSECA-SILVA, M. da C. Mídia e lugares de memória discursiva. In: FONSECA-SILVA, M. da C.; POSSENTI, S. (Org.). **Mídia e Rede de Memória**. Vitória da Conquista: Edições Uesb, 2007a.
- FONSECA-SILVA, M. da C. **Poder-Saber-Ética nos Discursos do Cuidado de Si e da Sexualidade**. Vitória da Conquista: Edições Uesb, 2007b.
- FONTANA, M. G. Z. **Cidadãos modernos: discurso e representação política**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.
- FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007. Edição original: 1969.
- FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2006. Edição original: 1971.
- FOUCAULT, M. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2005. Edição original: 1974.
- FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. São Paulo: Martins Fontes, 2007. Edição original: 1966.
- FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2010. Edição original: 1976.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007. Edição original: 1979.

- FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H.L.; RABINOW, P. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012. Edição Original: 1982.
- FREGE, F. L. G. Sobre o sentido e a referência. In: FREGE, F. L. G. **Lógica e filosofia da linguagem**. São Paulo: Cultrix, 1978. Edição original: 1892.
- GINZBURG, C. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. Edição original: 1986.
- GREGOLIN, M. do R. A mídia e a espetacularização da cultura. In: GREGOLIN, Maria do Rosário. (Org.). **Discurso e mídia: a cultura do espetáculo**. São Carlos: Claraluz, 2003.
- HESÍODO (séc. VIII a.C.). **Os Trabalhos e os Dias**. São Paulo: Iluminuras, 2006. Edição original: 1989.
- HÖFFE, O. **Justiça política: fundamentação de uma filosofia crítica do direito e do Estado**. São Paulo: Martins Fontes, 2005. Edição original: 1987.
- KELSEN, H. **Teoria pura do direito**. São Paulo: Martins Fontes, 2003. Edição original: 1934.
- LIMA FILHO, A. V. de. **O poder na Antiguidade: aspectos históricos e jurídicos**. São Paulo: Ícone, 1999.
- MACHADO, R. **Foucault, a ciência e o saber**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009. Edição original: 1982.
- MAQUIAVEL, N. **O Príncipe**. São Paulo: Nova Cultural, 1996. Edição Original: 1532.
- MELLO, L. I. A. John Locke e o individualismo liberal. In: WEFFORT, Francisco (Org.). **Os Clássicos da Política**. São Paulo: Ática, 2011. Edição original: 2006.
- MONTESQUIEU. **Do espírito das leis**. Nova Cultural: São Paulo, 1997. Edição original: 1748.
- NIETZSCHE, F. **A Filosofia na Época Trágica dos Gregos** (Coleção. Os Pensadores). São Paulo: Nova Cultural, 2000. Edição original: 1873.
- NORA, P. **Entre a memória e a história: a problemática dos lugares**. Projeto História, nº 10, p. 7-28, dez. 1993. Edição original: 1984.
- ORLANDI, E. P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. No movimento dos sentidos. São Paulo: Ed. da Unicamp, 2007. Edição original: 1999.
- PÊCHEUX, M. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Campinas: Pontes, 2008. Edição original, 1983.
- POSSENTI, S. **Questões para analistas do discurso**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.
- RIBEIRO, R. J. Hobbes: o medo e a esperança. In: WEFFORT, Francisco (Org.). **Os Clássicos da Política**. São Paulo: Ática, 2011. Edição original: 2006.
- SADEK, M. T. Nicolau Maquiavel: o cidadão sem *fortuna*, o intelectual de *virtù*. In: WEFFORT, Francisco (Org.). **Os Clássicos da Política**. São Paulo: Ática, 2011. Edição original: 2006.
- SARGENTINI, V. M. O. A descontinuidade da História: a emergência dos sujeitos no arquivo. SARGENTINI, Vanice Maria Oliveira; NAVARRO-BARBOSA, Pedro. (Org.). **M. Foucault e os domínios da linguagem – Discurso, poder, subjetividade**. São Carlos: Claraluz, 2004.
- SAUSSURE, F. de. **Curso de Linguística Geral**. São Paulo: Cultrix, 2006. Edição original: 1916.

SCHILLING, V. **Os caudilhos no Rio Grande do Sul**. Cadernos de História do Memorial do Rio Grande do Sul (publicado em: <http://www.memorial.rs.gov.br/cadernos/Caudilhos.pdf>, acessado em 13/11/2009 às 14h:00min).

SOARES, R. M. F. **Curso de introdução ao estudo do direito**. Salvador: JusPodivm, 2009.

SÓFOCLES (496 a.C. – 406 a.C.). **Antígona**. Porto Alegre: L&PM, 1998.

SÓFOCLES (496 a.C. – 406 a.C.). **Édipo Rei**. Porto Alegre: L&PM, 1998.

VIEIRA, R. P. **Memória e discurso: Chávez na mídia impressa**. Orientadora: maria da Conceição Fonseca-Silva. 2009. Dissertação (Mestrado em Memória: Linguagem e Sociedade). Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista.

WEBER, M. **Ensaio de Sociologia**. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 1982. Edição original, 1946.

WEBER, M. **Parlamentarismo e Governo numa Alemanha reconstruída (uma contribuição à crítica do funcionalismo e da política partidária)**. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 1982. Edição original, 1958.